

CARLOS AUGUSTO MITRAUD

HISTÓRIA E TRADIÇÃO NO LIVRO I DE TITO LÍVIO

Belo Horizonte
Faculdade de Letras da UFMG
2007

CARLOS AUGUSTO MITRAUD

HISTÓRIA E TRADIÇÃO NO LIVRO I DE TITO LÍVIO

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração: Estudos Clássicos

Orientadora: Prof^a Dr^a Mônica Valéria Costa Vitorino.

Belo Horizonte
Faculdade de Letras da UFMG

2007

M679 h
129 f. enc.

MITRAUD, Carlos Augusto
História e Tradição no Livro I de Tito Lívio / Carlos Augusto Mitraud. – 2007

Orientadora: Mônica Valéria Costa Vitorino

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras.

Bibliografia: f. 126 a 129

1. Tito Lívio. 2. História de Roma. 3. História Antiga. 4. Tradição Romana. I. Vitorino, Mônica Valéria Costa. II. Universidade Federal de Minas Gerais – Faculdade de Letras. III. Título.

CDD 937
CDU 909



Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Letras
Programa de Pós – Graduação em Letras: Estudos Literários

Dissertação intitulada “História e tradição no livro I de Tito Lívio”, de autoria do mestrando Carlos Augusto Mitraud, apresentada ao Curso de Pós – Graduação, em Letras, da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profª Drª Mônica Valéria Costa Vitorino – FALE/UFMG
Orientadora

Belo Horizonte, 13 de novembro de 2007

Av. Antonio Carlos, 6627 – BH –MG – 31270-901 – Brasil – tel (31) 3499-5112

AGRADECIMENTOS

À Prof^a Dr^a Mônica Valéria Costa Vitorino, pela orientação e apoio.

Ao Prof^o Dr^o Júlio Vitorino, pelo incentivo.

À Nelma Cristina Diniz, pelo excelente trabalho de correção, organização e normatização do texto, pelo qual serei sempre devedor.

À Dona Hyla Hermeto, à Prof^a Ana Maria Saravia e à Mônica Maldonado, pela ajuda imprescindível na tradução de textos.

Aos amigos Miriam Hermeto e Cláudio Rodrigues, pela leitura de textos, acompanhamento e incentivo.

Ao Luis, familiares e amigos pelo apoio, paciência e colaboração, que tornaram a tarefa mais leve.

E acima de todos a Deus.

RESUMO

Neste trabalho analiso dois aspectos do trabalho de redação do livro I da obra *Ab Vrbe Condita Libri* de Tito Lívio: o recurso à tradição como fonte de consulta e a forma como o autor articula as informações e constrói o texto. O objetivo é mostrar que, embora o autor tenha procurado apresentar fatos cuja veracidade fosse atestada pela tradição, a construção de sua narrativa obedeceu ao seu interesse pessoal de resgatar exemplos e valores na história da fundação da cidade. Dessa forma o livro I apresenta um texto que se baseia em fatos históricos fornecidos pela tradição, mas que são usados para permitir a construção de personagens exemplares e a exposição de episódios cujo objetivo é mostrar a constituição dos valores que moldaram a romanidade.

Palavras chave: Tito Lívio. História de Roma. História Antiga. Tradição Romana.

ABSTRACT

This study analyses two aspects of the work of writing of the book I from the Livy work *Ab Vrbe Condita Libri*: an appeal to tradition as a source of search and the way the author joins the pieces of information and build the text. Although the author's intention was to present facts proved to be true, by the tradition, the purpose of the study is to show that the built of his narrative followed the personal interest in recovering examples and values do the history of the city foundation. This way, the book I presents a text based on historic facts given by tradition but used to allow the built of ideal characters and the exposition of episodes with the aim to show the constitution of the values that molded the romanity.

Key words: Livy. History of Rome. Old History. Roman Tradition.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	09
2	HISTÓRIA E MEMÓRIA	16
2.1	Memória.....	17
3	O AUTOR E A OBRA	31
3.1	Tito Lívio.....	31
3.2	Os Ab Vrbe Condita Libri.....	39
3.3	A tradição manuscrita.....	46
3.3.1	Composição e edição do texto.....	46
3.4	A trajetória da obra de Tito Lívio.....	48
3.5	A tradição manuscrita.....	50
3.6	Os manuscritos da primeira década	51
3.7	A tradição simaquiana.....	53
3.8	Fontes, estrutura, características.....	54
4	O LIVRO I DO “AB VRBE CONDITA	63
4.1	Características do livro I	63
4.2	O Prefácio.....	65
4.3	As origens de Roma.....	66
4.4	A fundação da cidade.....	68
4.5	A Monarquia.....	75
4.6	As mulheres.....	102
4.7	O estrangeiro.....	111
5	PERSPECTIVAS DE SÍNTESE	120
	REFERÊNCIAS	126

1 INTRODUÇÃO

A grande obra de Tito Lívio, os *Ab Vrbe Condita Libri*, foi escrita entre os anos 27 a 25 a.C.; compreendia 142 livros, dos quais se conservaram 35, do I ao X e do XXI ao XLV, sendo este último incompleto; nela, o autor Lívio apresentou toda a história de Roma, desde a sua fundação até à sua época, retomando a estrutura analítica que tinha caracterizado desde o início a historiografia romana e recusando, implicitamente, a forma monográfica das primeiras obras de Salústio.

As fontes utilizadas por Tito Lívio foram obviamente numerosas; para as primeiras décadas que contêm a história mais antiga de Roma, havia à disposição um número muito reduzido de fontes literárias, quase exclusivamente os analistas: Valério Anciate, Licínio Magro, Cláudio Quadrigário, Fábio Píctor, de cuja obra restam, hoje, pouquíssimos fragmentos. Salientou-se bastante o fato de que Tito Lívio não pareceu dispensar um atento exame crítico das próprias fontes. Em certos casos, a facilidade de acesso parece ter sido o critério de escolha determinante; é evidente a falta de esforço para preencher a lacuna da tradição historiográfica com o recurso à documentação de outro tipo.

Tito Lívio utiliza muito pouco a documentação contida em manuscritos e antigas inscrições, como, por exemplo, os resultados das pesquisas escrupulosas dos antiquários da geração precedente, como Ático e Varrão. Como conseqüência observa-se nele, bastante freqüentemente, uma tendência em amplificar e enfeitar os fatos que encontrava na própria fonte por meio de uma dramatização cheia de variedade e de movimento.

Tal atitude de Tito Lívio poderia nos levar a uma avaliação negativa de sua competência como historiador, mas a história antiga é mais arte do que ciência e, portanto, não se pode julgar um historiador antigo com os critérios atuais. Ele não é um pesquisador científico, mas, sobretudo um escritor. O termo “história” que designa o gênero literário é importado da Grécia, o assunto da história são as *res gestae*, os grandes feitos.

O historiador antigo ignora a concepção de verdade histórica, e ao escrever tem tanta liberdade quanto qualquer outro escritor, procede como um poeta. Fatos, lendas e acontecimentos fantásticos são tão úteis para a explicação dos fatos quanto qualquer argumento. (TAINÉ, 1923, p. 25). Ele não tem a preocupação de abandonar o que não é plausível, se está preocupado com a verdade dos fatos, basta-lhe como prova a persistência de uma tradição oral sólida, o testemunho dos autores que o precederam e a verossimilhança dos

fatos e dos personagens. A história dos fatos mais antigos, para ele, pertence à área da tradição; o que interessa é como as coisas foram contadas a partir do acontecido. O historiador é um cidadão, ele se preocupa em realçar a dignidade do seu povo. Ele mantém laços efetivos muito profundos com o passado dos seus antecessores, entendido dentro da sua própria tradição, que ele repete e renova, dando-lhe sustentação. Procura, no passado, modelos do que realmente deve ou não fazer. Interessam-lhe as lições e as mensagens do passado. Há mesmo um certo misticismo nesse respeito dos descendentes dos antepassados, que faz o historiador antigo ter essa espécie de devoção pelo seu povo e pelas suas tradições, tornando-se parcial para qualquer aspecto que não enalteça as qualidades de sua nação.

Analisando-se o posicionamento de Tito Lívio no contexto da antiga teoria historiográfica, fica claro que muitos dos defeitos a ele atribuídos são falhas da própria tradição romana, que o desvia das análises dos processos de guerra e da política para a preocupação central com o caráter humano. A incapacidade de perceber os verdadeiros motivos dos acontecimentos, que aparecem relacionados apenas ao gênio ou à loucura dos homens, conduz o autor a uma preocupação excessiva com análises psicológicas. Pode-se afirmar que o objetivo principal de Tito Lívio, apontado inicialmente no prefácio do livro I, é o de infundir um novo vigor a um povo dito degenerado através das recordações das suas origens. Também no prefácio, ele enfatiza a degradação moral do Império e nesta questão, ainda que com outro ponto de vista, aproxima-se bastante de Salústio. Se ele empreende a sua monumental empresa de penetrar nos recônditos do tempo da história romana, é para encontrar ali a confirmação e a explicação desse diagnóstico. Na verdade, para ele a história tem uma outra utilidade que é mais importante: ela permite reencontrar os modelos esquecidos. A construção do seu texto histórico é a representação mais ou menos idealizada do confronto entre bons e maus exemplos. Então aparece claramente a função da sua historiografia, como a ocasião de uma busca da consciência romana, uma maneira de retornar às raízes profundas dos valores humanos e políticos.

Muito mais do que Políbio, ele nos ajuda a compreender o caráter romano, com sua mistura de razão e de superstição, bem como, no plano político, as relações entre as questões internas e externas. Sua investigação sobre a grandeza de Roma é rica em reconforto e em lições. Ele imputa ao afluxo de riquezas o início da decadência moral e da perversão dos valores pelo luxo.

A história de Tito Lívio contribuiu muito para a construção de uma imagem monumental e grandiosa de Roma, cujas virtudes espetaculares se demonstraram bastante

cômodas a uma ampla exploração. Ao celebrar a resistência particular do povo romano ao encanto da ambição, seu culto à pobreza e à economia, lança um outro aspecto da ideologia oficial: a restauração de uma ordem moral fundada sobre as virtudes da romanidade, das quais o próprio Augusto, em muitas ocasiões, gostava de dar exemplo. Em sintonia com os valores dessa ideologia, sua história tem suas bases no elogio da sobriedade e da dignidade moral (BAILLET, 1965, p. LX).

Um historiador, de acordo com P. Walsh (1982, p. 1058), para ser reconhecido como mestre em seu ofício, deve apresentar as seguintes qualidades: ser completamente versado nas evidências fornecidas por autoridades competentes e em métodos auxiliares de pesquisa e deve também ter a perspicácia e a aptidão para avaliá-los; ter o discernimento imaginativo para transformar essa evidência factual em uma experiência viva da sociedade que ele descreve; ter a capacidade intelectual para reconhecer todos os modelos de evolução em mudança, para relatar acontecimentos individuais e ocupações individuais nesse processo de desenvolvimento; ter talento literário necessário para tornar sua interpretação clara e memorável.

Ainda segundo Walsh, de tais qualidades Tito Lívio apresenta o discernimento imaginativo e o talento literário. Falta-lhe talento para uma avaliação crítica das fontes do seu material e a habilidade para reunir os acontecimentos em um modelo significativo de interpretação. Ele não procura explicações históricas em termos políticos. Para alguns a história era um estudo político através do qual se esperava explicar ou desculpar o passado e o presente, mas Tito Lívio percebeu a História em termos pessoais e morais; mais em termos de personalidades e indivíduos representativos do que de partidos políticos.

Uma outra característica de Tito Lívio, tendência presente há muito tempo na historiografia latina, é a de deixar grande espaço à dramatização da narrativa, sem, contudo permitir que essa sufoque a impostação pragmática. São famosos os dramas onde ocorrem cenas ricas de *pathos*, dos quais um exemplo típico é o caso de Lucrecia. Mas a dramatização é uma tendência quase onipresente na narração liviana, encontrada, inclusive, na descrição de batalhas. Assim a “história”, mais que busca rigorosa da verdade, podia tornar-se atividade retórica, entrando na categoria do literário e angariando a simpatia de um público mais amplo.

O primeiro livro constitui um corpus particular na obra de Tito Lívio. Essa seção da obra é dedicada a um período obscuro da história de Roma, abrangendo as origens troianas da cidade, a sua fundação e o período da monarquia, ou seja, uma época sobre a qual não existia nenhuma documentação histórica, a não ser os relatos míticos da tradição, que constituíam,

porém, uma espécie de proto-história da cidade, de ampla difusão. Esse material constitui a base com a qual o autor vai elaborar o seu relato.

Se, por um lado, esse tipo de informação, aos nossos olhos, pode ser desprovida de verdade histórica, é uma conquista relativamente recente a descoberta que o conjunto de relatos míticos e lendários corresponde a uma efetiva ideologia de um povo. O dado primário, no campo da cultura é a identificação das categorias de análise e de julgamento com as quais se recebe e se cria o real. A descoberta e a definição da ideologia indo-européia é mérito do grande estudioso francês, Georges Dumézil, que a essa problemática dedicou toda a sua longa atividade científica.

Segundo DUMÉZIL (1977), a cultura indo-européia enquadrava-se, em todos os seus aspectos, em três categorias: ou na função do sagrado, ou do militar, ou do econômico. Essa última categoria deve ser entendida como produção de bens ou como usufruto de tudo aquilo que confere prazer e segurança à vida. A totalidade é representada pela presença conjunta das três funções. Essa ideologia tripartida sobreviveu por milênios à dissolução da unidade indo-européia, continuando a ser o parâmetro segundo o qual cada povo construía os seus cultos, as suas lendas, a sua história mítica.

Um âmbito privilegiado para observação dessas categorias propostas por Dumézil é exatamente a história dos primórdios de Roma, tal como se encontra narrada por Tito Lívio. Quando em época muito arcaica, os romanos decidiram reconstruir e narrar as origens da sua cidade, tiveram bem presente a exigência de colocá-las sobre uma base de totalidade, sem desequilíbrio a favor de uma ou outra função. Essa exigência foi satisfeita com as figuras dos três primeiros reis, cada um deles expressa claramente uma das três funções da ideologia indo-européia. Rômulo, que protege os pastores dos ladrões, funda a cidade, proporciona mulheres e descendência aos seus homens, exprime a função econômica. Numa Pompílio, infatigável criador de cultos religiosos, de colégios sacerdotais e organizador do calendário, representa o sagrado. Tulo Hostílio, o guerreiro, encarna a terceira função: a militar. Desse modo, no nível ideológico, Roma se construía sobre uma base de perfeição e de totalidade que era garantia de força e de duração.

Portanto, os reflexos do aparato ideológico aparecem claramente na construção dessa proto-história mítica. Do ponto de vista historiográfico, essa constatação abre perspectivas esclarecedoras para a análise da feição literária dessa seção da obra de Tito Lívio. Em primeiro lugar, a própria natureza da matéria vai impor problemas de método ao autor, como ele mesmo observa no prefácio, pois não existem documentos históricos seguros sobre os

assuntos que ele pretende tratar, os poucos relatos existentes constituem fábulas poeticamente concebidas. Além disso, existe a questão propriamente literária da construção de cada seção, uma vez que cada personagem vai condicionar não só o tipo de informação a ser apresentada, mas também a própria organização do texto: desse modo, por exemplo, os capítulos sobre Numa Pompílio estão repletos de informações sobre as instituições religiosas, ritos e procedimentos a serem executados em determinadas ocasiões; no entanto, apesar da grande importância desses dados, expressos através de um vocabulário específico, a extensão dessa seção é relativamente pequena se comparada com a seção subsequente, dedicada ao feroz Tulo Hostílio, a qual se prolonga em dez capítulos, com amplas digressões sobre guerras e batalhas, descritas com tons vibrantes que às vezes chegam ao patético, numa escrita bem diferente da seqüência tranqüila e pacata dedicada ao rei Numa.

Quando Tito Lívio volta a sua atenção para o período de sete séculos que levaram uma pequena cidade do Lácio ao domínio do mundo, ele mostra reverência diante de tão longo espaço de tempo e de fatos. Na evocação dessa imponente marcha, ele é ciente da pressão da história, percebe o peso e o condicionamento que as imagens do passado exercem sobre a consciência do tempo presente. Essas imagens, que atuam como modelos de comportamento social e individual, positivos ou negativos, são convites à virtude ou advertências contra as atrocidades. A mitologia do passado, em suma, não tem somente sentido para os homens contemporâneos, mas também dá sentido ao seu modo de agir, a partir do momento que sabe ilustrar exemplarmente as suas necessidades ideológicas.

É importante, portanto, reafirmar que ao estudar o primeiro livro da História de Roma, obra que felizmente chegou completa até nós, deve-se ter em mente que Tito Lívio desejava criar uma obra literária e artística e que, com esse objetivo, era lícito modelar, embelezar ou suprimir elementos das narrações tradicionais segundo dois critérios: por um lado, atender às exigências artísticas, e por outro, buscar na tradição os elementos que o ajudariam a compor os cenários e as características dos personagens da longa história que constituiria sua narrativa e que, no conjunto, deveriam representar a matriz que daria origem à complexa rede de modelos, caracteres, posicionamentos e atitudes que caracterizavam, aos seus olhos, a história romana. Além disso, os acontecimentos deviam exprimir a personalidade das figuras históricas dominantes, das quais permanecia apenas uma vaga lembrança, sem sólidas bases documentais para o desenvolvimento de uma verdadeira historiografia, e isso significava ainda mais liberdade para a imaginação do historiador construir uma história que, sendo fiel

aos valores do autor e de sua época, não fugisse ao papel que lhe cabia no contexto cultural do mundo romano.

Nesse intuito, dividimos o presente trabalho em três capítulos que receberam os títulos História e Memória, O autor e a obra e O Livro I do “*Ab Vrbe Condita*”. O primeiro capítulo deveu-se à necessidade de rever o surgimento do próprio conceito de história através das contribuições teóricas e das práticas operativas através das quais se constituíram os modelos historiográficos antigos e, daí, esboçar um panorama particular da historiografia latina, particularmente a anterior a Tito Lívio, a partir do qual seja possível compreender contextualmente as escolhas efetuadas pelo autor entre as possibilidades oferecidas por um gênero literário então já plenamente consolidado em ambiente romano. Esse material constitui um apoio imprescindível para o estudo do livro I da História Romana de Tito Lívio, principalmente quando se procura verificar a importância e papel da tradição para a construção da narrativa, pois permite uma melhor compreensão do peculiar conceito de «história» que guia a construção desse livro, baseada no uso da tradição como fonte de pesquisa histórica e na aceitação, mesmo se com algumas reservas, da presença de elementos míticos nesse livro que constitui uma parte *sui generis* no conjunto da obra de um autor tão importante para a sua época e para toda a literatura, não só historiográfica, posterior.

O segundo capítulo tem como objetivo apresentar a obra de Tito Lívio. Em sua primeira seção apresentamos o autor, as poucas e incertas notícias sobre sua vida, sua relação com Augusto, sua formação cultural e postura política. Procuramos lançar luzes sobre as razões que levaram Tito Lívio a compor sua obra, situando o empreendimento no contexto cultural e político romano. A seção seguinte traz os *Arbe Vrbe Condita Libri* como objeto de análise, com informações sobre a concepção, redação e publicação da obra. Aqui também são feitas relações entre a obra liviana e o contexto político e cultural de Roma por ocasião do início da Era de Augusto. A terceira seção do capítulo apresenta a transmissão da obra ao longo do tempo, desde as primeiras publicações até os nossos dias. Por fim, na quarta seção, a obra liviana será analisada sob o ponto de vista da sua constituição. A busca e uso de fontes, a estruturação e os métodos de redação usados por Tito Lívio e algumas características próprias de sua obra serão o tema da porção final do segundo capítulo.

O último capítulo traz enfim a análise da relação entre a história e a tradição no livro I dos *Ab Vrbe Condita Libri*. Para tornar esta análise mais compreensível e agradável dividimos o capítulo em sete seções. Iniciamos com uma breve introdução na qual apresentamos algumas peculiaridades do livro I, em seguida analisamos o Prefácio que abre o

mesmo. A partir de então optamos por recortar o livro por temas, que são As origens de Roma, A fundação da cidade, A Monarquia, As mulheres e O estrangeiro.

Para a fundamentação dessa análise nos valem de toda a bibliografia na qual baseamos nossos estudos, mas recorreremos com maior constância a duas obras em particular. A edição da obra de Tito Lívio aqui utilizada foi a tradução de Mônica Costa Vitorino, (em fase de elaboração) da editora Crisálida.¹ Para a crítica do uso da tradição por Tito Lívio recorreremos com maior frequência à obra de R. M. Ogilvie, tanto em razão da dificuldade de se encontrar outro autor que tenha feito trabalho semelhante, tanto como pela especificidade do seu livro, dedicado exclusivamente a comentar tal relação na obra liviana.

¹ TITO LÍVIO. *História do povo romano*. Livro I - A Monarquia. (Tradução de Mônica Valéria Costa Vitorino) Belo Horizonte: Editora Crisálida. 2007, 188 páginas.

*Informamos que para identificar os trechos citados indicamos apenas o número do capítulo do livro I, entre colchetes, como no exemplo à frente [I].

2 HISTÓRIA E MEMÓRIA

Desde os tempos mais remotos, quando os primeiros grupos humanos começaram a ocupar territórios no planeta, a vida em conjunto se mostrou como um imperativo para a sobrevivência dos nossos ancestrais. Porém, na medida em que a cultura humana se sofisticou, nossa sobrevivência passou a depender de situações cada vez mais complexas. Da simples provisão de víveres e proteção contra os inimigos naturais e intempéries à formação de um mundo imaterial, formado por leis e normas, as diversas sociedades humanas passaram a exigir do conjunto de pessoas, e de cada indivíduo em particular, uma participação cada vez maior na coletividade.

Esta é a lógica que leva à formação das comunidades humanas, a união de indivíduos em torno de interesses, ideais e crenças afins. Entretanto, para que possamos compreender esta lógica, precisamos ter em mente a seguinte questão: todas as comunidades, em sua grande variedade, são formadas por indivíduos que se identificam através de valores e da cultura próprios do seu grupo. Porém, o forjar da identidade, fator fundamental para a coesão das comunidades, é um fenômeno complexo, o qual se dá a partir de algumas etapas. Em um primeiro momento, é necessário que ocorra a afirmação da subjetividade, o reconhecimento, por parte de cada um, da sua individualidade. É somente a partir deste momento que as pessoas são capazes de reconhecer seus semelhantes e a eles se unirem. Paralelamente à afirmação da subjetividade é necessário um trabalho de inserção do indivíduo no ambiente cultural que o rodeia, pois se identificar significa reconhecer-se no outro, como em um espelho. É assim que se consegue a união social, da qual resultam ações praticadas pelos indivíduos, mas que objetivam sempre satisfazer um *eu* que é, ao mesmo tempo, individual e coletivo.

São diversas as estratégias, intencionais ou não, que cada sociedade usou e usa para atingir tais objetivos. Uma das principais estratégias, comum nas mais diferentes partes do mundo e da história, é a transmissão de histórias, narrativas ou textos que ajudam a constituir e preservar a memória, a manter, criar e transmitir valores, conhecimento, regras. Histórias que também jogam fatos no esquecimento, que apagam muito daquilo que seu autor, seja ele um indivíduo ou uma coletividade, considerou indigno ou inapropriado aos ouvidos e mentes do seu público.

A construção de histórias se faz sempre através de um exercício de volta ao passado, à memória coletiva. Os caminhos que levam à memória são tortuosos, mal iluminados, tal como foram descritos por Agostinho:

Chego agora aos campos e às vastas zonas da memória, onde repousam os tesouros das inumeráveis imagens de toda a espécie de coisas introduzidas pelas percepções; onde estão também depositados todos os produtos do nosso pensamento, obtidos através da ampliação, redução ou qualquer outra alteração das percepções dos sentidos, e tudo aquilo que nos foi poupado e posto a parte ou que o esquecimento ainda não absorveu e sepultou. Quando estou lá dentro, evoco todas as imagens que quero. Algumas apresentam-se no mesmo instante, outras fazem-se desejar por mais tempo, quase que são extraídas dos esconderijos mais secretos. Algumas precipitam-se em vagas, e enquanto procuro e desejo outras, dançam à minha frente com ar de quem diz: “Não somos nós por acaso?”, e afasto-as com a mão do espírito da face da recordação, até que aquela que procuro rompe da névoa e avança do segredo para o meu olhar; outras surgem dóceis, em grupos ordenados, à medida que as procuro, as primeiras retiram-se perante as segundas e, retirando-se, vão recolocar-se onde estarão, prontas a vir de novo, quando eu quiser. Tudo isto acontece quando conto qualquer coisa de memória.²

2.1 Memória

A memória “é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades (...)” (LE GOFF, 1990, p. 476).³ A memória é, portanto, fundamental no processo de constituição de identidades, processo que, por sua vez, exige o reconhecimento de subjetividades, pois embora o sujeito se forme no presente, o faz baseado em uma memória (ligada ao passado), individual e coletiva. A memória, por si só, não tem longa duração: no plano individual, dura uma vida, e no plano coletivo, uma geração ou pouco mais. Os atos de preservar e comunicar a memória é que lhe dão permanência social.

A história tem a ambição de reconstituir, preservar e comunicar a memória, e com isso serve como suporte ao processo de formação de novas subjetividades, novas identificações grupais e a continuação da própria história – do grupo, da comunidade, da nação. Ao reconstituir a memória, no intuito de preservá-la, a história acaba por participar do processo

² HARTOG, François.(Org.) *A história de Homero a Santo Agostinho*. Tradução de Jacyntho Lins Brandão Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.

³ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução de Bernardo Leitão, et al. — Campinas, São Paulo: UNICAMP, 1990.

de construção de identidades relacionadas aos interesses e/ou visões de grupos específicos, geralmente ligados ao poder. A palavra “história” exprime, nas línguas românicas, três conceitos diferentes, mas que convergem e se relacionam sempre com o ato de atualizar e perpetuar o passado ou fragmentos dele. História significa:

(...) 1. esta ‘procura das ações realizadas pelos homens’ (Heródoto) que se esforça por se constituir em ciência, a ciência história; 2. uma série de acontecimentos ou a narração desta série de acontecimentos (Paul Veyne), 3. ou ainda, *narração*, seja ela verdadeira ou falsa, “com base na ‘realidade histórica’ ou puramente imaginária – pode ser uma narração histórica ou uma fábula.⁴

Ao realizar a “atualização” do passado, o historiador, construtor da narrativa histórica, independentemente dos motivos e interesses que o levam a tal ação, tem como ponto de partida o seu presente. Essa é uma outra característica fundadora da história, a sua relação com o tempo.

March Bloch não gostava da definição “a história é a ciência do passado” e considerava absurda “a própria idéia de que o passado, enquanto tal, possa ser objeto da ciência”. Ele propunha que se definisse a história como a “ciência dos homens no tempo.⁵

Le Goff usa as palavras de March Bloch para nos apresentar mais três outras características da história. A primeira é o seu “caráter humano” – “(...) a história humana tornar-se-ia sem sentido se negligenciássemos o fato de os homens terem objetivos, fins, intenções”. A segunda seria o fato de que história é “história social”, e para melhor explicar tal idéia, cita Lucien Febvre: “Não o homem, mais uma vez, não o homem, nunca o homem. As sociedades humanas, os grupos organizados”. Por fim vêm as “relações que o passado e o presente entrecem ao longo da história”. March Bloch considerava que a história não só deve permitir compreender o “presente pelo passado” – atitude tradicional – mas também compreender o “passado pelo presente”. Ele não aceitava que o trabalho historiográfico fosse “estritamente tributário da cronologia, dizendo ser um erro acreditar que as investigações dos historiadores se modelassem pela mesma ordem em que se deram os acontecimentos. Para encerrar o raciocínio desenvolvido por Le Goff acerca da ação do historiador no seu trabalho de atualizador e restaurador da memória pelo recurso ao passado, apresentamos uma frase de Benedetto Croce, escrita em *La storia come pensiero e come azione*: “toda história” é “uma

⁴ LE GOFF, op. cit. p. 23

⁵ Idem., Ibidem. p. 23

história contemporânea”, (...) “por mais afastados no tempo que pareçam os acontecimentos de que trata, na realidade, a história liga-se às necessidades e às situações presentes nas quais esses acontecimentos têm ressonância” (LE GOFF, 1990, p. 23).

Até aqui falamos da relação entre o presente (o tempo do historiador) e o passado (o tempo da memória). Poderíamos ter então a ilusão de que o que chamamos presente seja sempre variável, uma vez que cada historiador vive em uma época distinta. Se, por um lado, a datação não pode ser muito flexível sem o risco de erros, e a cronologia implica rigidez, o passado, por sua vez, é passível de ser construído por aquele que a ele se volta. Croce chega ao que Le Goff chamou de “negação da história”, ao afirmar que se os acontecimentos podem ser repensados constantemente, “deixam de estar ‘no tempo’; a história é o ‘conhecimento do eterno presente’”. Lucien Febvre (1949 apud Le Goff, 1990, p. 24), vem ao socorro da história, e contra a “negação da história” apresenta o que chamou de “função social do passado ou da história”

A história recolhe sistematicamente, classificando e agrupando os fatos passados, em função das suas necessidades atuais. É em função da vida que ela interroga a morte. Organizar o passado em função do presente: assim se poderia definir a função social da história.⁶

O passado, onde se encontram os “campos e as vastas zonas da memória” pelos quais caminhava Agostinho de Hipona, raramente desaparece por completo. Ele se mantém presente através de sua materialidade na forma de papeis, colunas, moedas, vasos, arquivos, construções diversas. Sobrevive também na memória coletiva, através das lendas, histórias, costumes e tradições. O que se perde, aquilo que o historiador sempre busca reconstituir em parte, são as razões, os motivos e a forma de ação dos homens do passado. Sabe-se das batalhas, mas não se ouve mais seus ruídos, nem ninguém sentirá jamais a dor, o medo e a coragem dos guerreiros. O que podemos fazer é produzir uma representação, desenhar imagens do que poderia ter sido. É esse o trabalho da história, mas tais imagens não serão jamais estranhas ao mundo daqueles que se interessam por elas. “Cada época fabrica mentalmente a sua representação do passado histórico”, diria Le Goff (1990, p. 26), e esse fabricar é consciente, passa por escolhas, por eleições e rejeições, pelo desejo. O passado existe, mas a sua problematização, e a conseqüente (re)construção dos fatos ali ocorridos, dependem da intencionalidade do historiador.

⁶ FEBVRE, L. (1949) *Vers une autre histoire*, in: *Revue de métaphysiques et de morale*, LVI-II, p. 438. apud Le Goff, 1990, p. 26.

Jacques Le Goff e todos os historiadores e críticos com os quais ele dialogou falam da história mais recente, produzida nos últimos séculos. Desde que surgiu a escrita o homem se preocupa em registrar, em perpetuar as ações, as suas e de seus antepassados. Mas tal registro foi feito sempre como foi descrito até esse momento? O fazer história também tem a sua história.

Na Grécia Arcaica, a reconstituição e preservação da memória estava a cargo dos cantores ou *aedos* (*aoidós*) ou poetas (*poietés*), como eram identificados no século V a.C. aqueles que compunham, narravam ou enunciavam um poema (BRANDÃO, 2005, p. 23). Na medida em que surgiu a escrita, e conseqüentemente uma “cultura letrada considerada digna de imitação”, foi possível a “construção de modelos políticos dotados de validade supostamente supratemporal”, a partir dos quais se iniciou o processo de idealização do passado, tanto na Grécia quanto em Roma. Na Grécia, fundamentalmente, se passou de uma tradição de tipo basicamente oral à criação de um corpus de textos considerados tradicionais e dignos de ser objeto de estudo (BARRERA, 2003, p. 31).

Do canto dos *aedos* à obra que recebeu o nome de História, o percurso foi longo. Homero e Hesíodo, no século VIII a.C., foram os precursores da fixação do discurso épico em texto, conferindo-lhe um caráter de testemunho duradouro.

Os fundadores da uma “operação historiográfica” chegam no século V a.C. Naquele século Heródoto apresenta a *historie* como investigação, e Tucídides reformula os métodos dessa operação, em favor de uma história do presente, “sem jamais recorrer ao próprio nome de *história*” (HARTOG, 2001, p. 14). O prefácio das Histórias de Heródoto “representa a certidão de nascimento” da história segundo (HARTOG, 2001, p. 43):

Esta a exposição da investigação de Heródoto de Túrio, para que nem os acontecimentos provocados pelos homens, como o tempo, sejam apagados, nem as obras grandes e admiráveis, trazidas à luz tanto pelos gregos quanto pelos bárbaros, se tornem sem fama – e, no mais, investigação também da causa pela qual fizeram guerra uns contras os outros.⁷

Entre os séculos V e IV a.C., Isócrates e Aristóteles, embora não sendo historiadores, têm seu lugar no processo de formação do texto que veio a se chamar histórico. Nos discursos de Isócrates percebe-se a intenção de um retorno ao passado ateniense para que se possa refletir sobre uma situação do presente: “ Pois, as ações passadas foram-nos deixadas a todos como

⁷ HERÓDOTO. *História*. Tradução do grego, introdução e notas de Mário da Gama Kury. Brasília: UNB, 1998. Apud HARTOG, op. cit. 2001, p. 43

um bem comum –, mas recorrer a elas oportunamente, refletir convenientemente sobre cada uma delas e usar bem as palavras é próprio de gente sensata” (Isócrates, *Panegírico*, 9)

A história já aparece com nome próprio e como objeto de discussão na *Poética* de Aristóteles. Ali o escritor grego estabeleceu a superioridade da poesia trágica, que diz respeito ao geral, sobre a narrativa histórica, que se ocupa apenas do particular.

É claro, a partir do que foi dito, que não é obra do poeta dizer o que aconteceu, mas o que poderia acontecer –, e o possível é conforme o verossímil ou o necessário. Portanto, o historiador e o poeta não diferem por falar em metros ou sem eles (pois as obras de Heródoto poderiam ser metrificadas e não seriam menos história com metro ou sem ele), mas diferem nisto: no dizer um o que aconteceu, o outro o que poderia acontecer. Por isso também a poesia diz sobretudo o que respeita ao geral, a história o que respeita ao particular. O que respeita ao geral é a quais homens acontece dizer ou fazer quais coisas conforme o verossímil ou o necessário – e é a isso que visa a poesia, mesmo atribuindo nomes às personagens; enquanto o que respeita ao particular é o que fez ou sofreu Alcibíades.⁸

Os fins da história e da tragédia não são idênticos, mas contrários: nesta, é preciso, através de discursos absolutamente críveis, aturdir e fascinar os ouvintes no tempo presente; naquela, é preciso, através de ações e discursos verdadeiros, para todo o tempo, instruir e convencer quem deseja aprender. (12) Isso porque, no primeiro caso, prevalece o crível, ainda que se trate de mentira, visando à ilusão dos espectadores; no segundo, o verdadeiro, visando ao proveito de quem gosta de aprender.⁹

Através desses trechos podemos perceber que, naquele momento, a história tinha uma função de fornecedora de exemplos.

Os gregos não foram os criadores da história. Muito antes deles, outros povos já se ocupavam da história – do registro de fatos – e de sua escrita, e conferiam a esta o caráter de guardiã e eternizadora da memória, de legitimadora do poder e da verdade. No Egito, as listas reais e os anais, desde o fim do quarto milênio anterior à era cristã, já procuravam registrar as ações dos reis, e também dar continuidade à administração e à própria história, entendida aqui num sentido contemporâneo. Porém, as inscrições de muitas dessas informações nas pedras dos túmulos permitem supor que, para os egípcios, mais importante que o zelo pelo passado era o desejo de eternidade (HARTOG, 2001, p. 16). Na Mesopotâmia, ao final do terceiro milênio antes da Era Cristã, a monarquia de Akkad, a primeira a unificar o país, convocou os escribas para escreverem sua história, com o objetivo de legitimar seu poder no presente. A história da monarquia Akkad “era real (somente o rei fazia a história), reservada (já que

⁸ ARISTÓTELES. *Poética*. Tradução de Eudoro de Souza. São Paulo: Abril Cultural, 1984, p. 145 (Série Os Pensadores).

⁹ ARISTÓTELES, op. cit. p. 119

estava nas mãos de uma casta de intelectuais, mestres da escrita), monumental (fazendo-se ver também nas grandes inscrições)”. Em Israel, “a Bíblia, os livros revelados (...), apresentou-se sempre, fundamentalmente, como um livro de história. Todavia, inteiramente atravessada pela exigência de memória, a Bíblia não desenvolve nenhuma curiosidade pelo passado enquanto tal”. O monoteísmo israelita “impõe e supõe um trabalho constante da memória”, para que não se esqueça a experiência dos ancestrais e nem se deixe de crer em sua verdade (HARTOG, 2001, p. 16).

Pelo que se lê acima, não se pode atribuir aos gregos o lugar de precursores na evolução da historiografia. Porém, foi na Grécia, no século V a.C., que surgiu o gênero que ficou conhecido como História, e a grande novidade, responsabilidade exclusiva dos gregos, foi o nascimento do historiador. Heródoto mereceu esse título, pois sem estar diretamente ligado a um poder político, sem ser comissionado por ele, desde suas primeiríssimas palavras pretendeu marcar, reivindicar a narrativa que inicia pela inscrição de um nome próprio: o seu. Ele é o autor de seu *logos* (ou de *seus lógoi*) – como ele designa sua obra – e é desse *logos*, da forma como o concebeu, escreveu e compôs, que tira sua autoridade. Há nele um claro desvio em relação às historiografias orientais. Se os gregos inventaram alguma coisa, é menos a história que o historiador enquanto sujeito que escreve. (HARTOG, 2001, p. 17)

A existência de historiadores dotados de autonomia, bem como a evolução da historiografia grega até a elevação da história ao nível de um gênero da arte literária não foram, entretanto, suficientes para dar à história a hegemonia como a principal guardiã e propagadora da memória do povo grego. As obras históricas não eram as únicas dedicadas à memória, às genealogias, à formação de identidades, e tampouco gozavam da mesma autoridade – e exclusividade – que tinham a Bíblia ou a Torá, por exemplo. A história era apenas mais um gênero, um “discurso minoritário” tanto na Grécia quanto em Roma. Na verdade, os gregos “dispunham, sem a ajuda dos historiadores, de todo o saber sobre o passado de que tinham necessidade”. Havia toda sorte de narrativas (*lógoi*, depois *mythoi*), toda sorte de tradições orais (*akoai*) que corriam, mascateavam, transmitiam-se (HARTOG, 2001, p. 18).

Mais que tratar do passado, começa a surgir então uma preocupação com a verdade, ou, pelo menos, com a criação de uma narrativa verossímil. Essa preocupação norteou o trabalho de Hecateu de Mileto, no século V a.C. responsável pelas primeiras transcrições e revisões da tradição, em nome do verossímil. “Assim fala (*mythêitai*) Hecateu de Mileto:

escrevo isso como me parece ser verdadeiro; pois os relatos (*lógoi*) dos gregos são, como me parecem, muitos e ridículos”.

Hecateu criou, “sob formas mais ou menos eruditas, as *Genealogias*, as *Arqueologias*, as *Narrativas de Fundação* e, em seguida, todas as formas de erudição sobre antiguidades”. Tal cuidado existiu também em Roma onde, no século I a.C., Varrão faria trabalho semelhante, e Dionísio de Halicarnasso, em uma obra sobre as origens da cidade, apresentaria o projeto de fazer convergir “arqueologia” e “história” (HARTOG, 2001, p. 18). Ao apresentar o livro aos leitores, o autor afirma que inicia seu prólogo para, dentre outros objetivos, prestar contas das fontes em que buscou o conhecimento do que escreveria, pois um autor deve “buscar as fontes adequadas para abordagem do assunto, com muito cuidado e amor pelo trabalho”. Acrescenta ainda que

quem escolhe os melhores assuntos, mas compõe por acaso e negligentemente, a partir do que ouve primeiro, não recebe elogio algum por sua escolha: pois exigimos que não haja improvisação nem negligência nas histórias que tratam de cidades célebres e de homens que chegaram ao poder.¹⁰

O que preocupava os historiadores gregos e também romanos era a importância da história enquanto instrumento para melhorar os homens. Políbio, em sua “resposta a Aristóteles” declara

(...) não haver nenhuma oportunidade de melhoramento mais acessível aos homens que a ciência das ações do passado. (2) Mas, já que não só alguns, por algum tempo, mas todos, como se diz, provaram este princípio e fim, afirmando que o aprendizado decorrente da história é a educação e o treinamento mais verdadeiros para as atividades políticas, bem como que a recordação dos revertérios alheios é o mestre mais distinto e o único que ensina a suportar com nobreza as mudanças da sorte, (3) é claro que ninguém deveria crer-se obrigado a dizer o mesmo que já foi dito – e bem – por tantos, muito menos nós. (4) Pois o próprio caráter extraordinário das ações sobre as quais planejamos escrever é suficiente para exortar e estimular a todos, jovem ou velho, ao estudo desta matéria.¹¹

Nesse trecho POLÍBIO (1989 apud HARTOG, 2001, P. 113) fala em “melhoramento” através da “ciência das ações do passado”, benefício que servirá ao desempenho das “atividades políticas” e a suportar “com nobreza as mudanças da sorte”. Mais à frente ele realça a capacidade que a história dá, àqueles que a conhecem, de compreender o mundo. O domínio

¹⁰ DIONÍSIO DE HALICARNASSO. *Antiguidades Romanas*, 1 1-4, apud HARTOG, op. cit., 2001 p.189 a 201.

¹¹ HARTOG, op. cit. p. 111.

que Roma exercia sobre “quase todo o mundo habitado” no século II a.C. não seria um mistério para quem lesse as suas *Histórias*, pois, segundo Políbio,

(8) Por que estes (os romanos) se impuseram à totalidade do mundo se poderá entender mais claramente a partir deste escrito, entendendo-se igualmente quanto e a que ponto o gênero de história pragmática é, por natureza, proveitoso para os que desejam instruir-se.¹²

A instrução proporcionada pela história era de grande utilidade, conforme escreveu Políbio. E esta utilidade se constituía em criar e perpetuar a memória ao mesmo tempo em que instruía os leitores e ouvintes das obras históricas. Conforme vimos em Le Goff (1990, p. 476), a memória “é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva”. Povos diferentes têm identidades diferentes, logo, cada povo constrói sua história de acordo com suas características culturais, políticas. Até esse ponto tratamos as historiografias grega e romana no conjunto da história antiga, apresentando-as como se formassem um contínuo. Porém, considerando as inúmeras diferenças entre os dois povos, faz-se necessário refletir sobre as diferenças entre a história produzida na Grécia e na Roma antigas.

Os gregos formavam um público que vivia em um universo “suprarregional”, pois o mundo helênico se estendia por um território cujas fronteiras geográficas e culturais nem sempre foram coincidentes. A identidade cultural e nacional grega se formava a partir do

sentimento de um tríplice/quádruplo nível de pertencimento cultural (à própria cidade, a uma formação federal política ou religiosa, à própria estirpe particular e enfim, à própria cultura grega em sua complexidade), constantemente reforçado pela existência de eventos e lugares religiosos suprarregionais e pan-helênicos (sobretudo jogos, festas e santuários)(...).¹³

A essa complexa estrutura formadora da identidade grega deve-se adicionar a questão da mobilidade dos limites geográficos e uma “instável e trabalhada relação com o mundo ‘outro’, bárbaro”. O mundo grego (social, cultural) se movia, sua geografia e suas relações políticas, tanto internas quanto externas, variavam. Portanto, devemos primeiramente destacar a importância da escrita, fonte de uma documentação quase imutável (MORA, 1999, p. 20).

¹² POLÍBIO. História. Brasília: UNB, 1989 Apud HARTOG, op. cit., 2001 p. 113

¹³ MORA, Fabio. Storiografia grega e romana. In: *Dialogues d’histoire ancienne*. Institut des Sciences et Techniques de l’Antiquité. 25/1 1999. Presses Universitaires de Franc-Comtoises 1999. Diffusé par Les Belles Lettres. Paris, 1999, p. 20

Sabemos que os gregos contavam com muitas fontes de informação sobre o seu passado. Em segundo lugar devemos pensar no papel que coube à história nesse trabalho de fundação e manutenção da identidade grega. A tarefa que se impôs à história foi trazer uma resposta que tornasse possível compreender a “evolução histórica e os seus elementos de descontinuidade” (MORA, 1999, p. 17) mas também compreender o que havia de permanente, o que garantia a existência grega. Daí o nascimento de uma historiografia marcada por uma

pesquisa filosófica do elemento normativo do comportamento humano, disposta a restabelecer uma certa continuidade entre o antes e o depois, o espaço geopolítico anterior e posterior à catástrofe, inserindo-lhe em um espaço mais amplo, em uma dimensão maior de uma teoria geral do comportamento humano e da mutação histórica.¹⁴

A necessidade de se compreender o que ocorreu entre o antes e o depois fez com que surgisse na Grécia um modelo de história contada por quem testemunhara o evento descrito, uma história criada por “autores próximos aos fatos”. Essa modalidade de escrita histórica ficou conhecida como *história perpétua* (MORA, 1999, p. 13), e sua principal característica é a existência de obras “autorais” sobre determinados fatos ou períodos. São narrativas, baseadas na autoridade do testemunho, da vivência do próprio autor, que procuravam levar o público à uma reflexão, sempre atual, sobre a transformação do universo geopolítico. Heródoto foi quem escreveu sobre a guerra contra os persas, e sua obra nasceu da preocupação com a crise de uma geografia política e a emergência de novas constelações geopolíticas (cf. MORA, 1999, p. 17). Tucídides refletiu sobre a guerra do Peloponeso, a mais radical guerra civil que representou uma crise principalmente ideológica do mundo grego. O período compreendido entre os anos 411 a 362 coube a Xenofonte, a expansão macedônica (359 a 336) ficou a cargo de Teopompo. No período helenístico esta tradição dos autores “próximos aos fatos” deu continuidade à história perpétua: seis autores contam como os principais responsáveis pela narrativa da história que se passou entre os anos 360 e 85 a.C.

A partir da segunda metade do século IV surgem novidades na historiografia grega. Isócrates, Teopompo e Éforo iniciam uma tendência à compilação histórica universal, cuja característica era o recurso à história perpétua como fonte. Com Diodoro Sículo, cuja obra cobre os anos 45 a 25 a.C.,

¹⁴ MORA, op. cit. p. 17

esta atividade compilatória assumirá a sua forma mais pura, apresentando-se como explícito recolhimento de fontes, historiografia programaticamente secundária (e por isto hoje apreciável como conservadora de tradições historiográficas): redação, transcrição simplificada de um saber acumulado pela história perpétua por justaposição de autores sucessivos (...).¹⁵

Na Sicília e no Mediterrâneo Ocidental surgiu uma historiografia local, comparável à analística romana por sua presunção de recolher a tradição, desde uma origem mítica até o presente, este tratado mais amplamente e com método propriamente histórico (MORA, 1999, p. 16).

Encontramos um ponto em comum entre a historiografia grega e a historiografia romana: entre os dois povos a história nasceu sempre em busca de respostas para problemas colocados pelo presente. A Grécia tinha como problema a questão geopolítica, e Roma a questão da expansão constante. As fronteiras romanas se estendiam sempre e sempre, e tudo aquilo que era trazido para o seu interior – povos, com suas respectivas culturas, terras, riquezas – passava a fazer parte da romanidade. Roma – e tudo o que os romanos conquistaram – era Roma, a cidade, sua longa história, perdida nas brumas das lendas, preservada pela tradição, por seus relatos de fundação. Todos os homens e mulheres que viviam sob o domínio da cidade se identificariam com ela própria, Roma era o centro do universo. Roma foi como que um exemplo único, uma singular ocorrência de uma

conquista cultural, que não se inseriu em um espaço geopolítico preexistente, dado, natural, mas que organiza autonomamente o espaço geopolítico em torno de si (...).¹⁶ Pode-se dizer que os romanos não conheceram ou não quiseram conhecer um macrocosmo para contrapor ao microcosmo: para eles não havia nada “maior” que Roma; o seu problema não foi enquadrar Roma no mundo, mas enquadrar o mundo em Roma, ou no sistema romano.¹⁷

Os primeiros registros históricos romanos nasceram com os analistas, homens que se ocuparam com a anotação de fatos, geralmente ligados à administração política e ritual, a partir de uma cronologia anual. Por esse motivo essas obras receberam o título de *Annales*. Ao fim do século III a.C., logo após a segunda guerra Púnica, Fábio Píctor escreveu uma obra com o intuito de apresentar ao mundo helenístico a cidade de Roma como a nova potência

¹⁵ MORA, op. cit. p. 15

¹⁶ idem, p. 24

¹⁷ SABBATUCCI, D. *Lo stato come conquista culturale. Ricerca sulla religione romana*, Roma, 1984, p. 73

mediterrânea. Escrevendo em grego para um público grego, reconstruiu a história romana desde o passado da cidade que,

parcialmente etrusca e de qualquer maneira herdeira do poder marítimo etrusco, potência hegemônica sobre a Magna Grécia depois da guerra tarantina, vencedora de Cartago e então herdeira de seu domínio sobre o Mediterrâneo ocidental, representava a nova grandeza do mundo mediterrâneo e talvez, para a mente grega mais visionária, uma significativa ameaça ao equilíbrio helenístico, que efetivamente se desenvolveria no arco de uma geração.¹⁸

O recurso ao passado ou às origens da cidade perpassou a produção historiográfica romana. Assim procederam os primeiros analistas do século III a.C. que usavam o grego para escrever suas obras – dentre os quais se destacaram Fábio Píctor, Cincio Alimento e Póstumo Albino. Marco Porcio Catão (234-130 a.C.) foi o primeiro autor a escrever em latim. De sua *Origens* só nos restam fragmentos. Foi também Catão quem mudou a concepção de história até então prevalente em Roma. O foco da história se deslocava da vida dos comandantes, das genealogias que exaltavam as glórias das grandes famílias. Catão, que não descendia de linhagem nobre, lançou luzes sobre o povo romano, a quem julgava o protagonista da história de Roma. Com ele, a visão hegemônica da cidade de Roma passa a ser a visão de toda a Itália. Outra contribuição de Catão para a historiografia romana foi a realização de uma revisão da cronologia analítica.

O uso do latim na compilação de obras históricas passou a ser a norma, mas a tendência de colocar o povo como motor da história não foi consenso entre todos os historiadores que vieram após Catão. Alguns desses historiadores foram Sêrvio Túlio, Calpúrnio Pisão, Cássio Hemina, Múcio Cévola, Valério Antíate e Cláudio Quadrigário. Seguindo a tendência revisionista iniciada por Catão, Sêrvio Túlio se ocupou da cronologia monárquica, de modo a diminuir a ascendência etrusca na história romana. Com o mesmo intuito Pisão adotou uma cronologia que levava mais longe a linhagem monárquica, transferindo a Rômulo, descendente do troiano Enéias, os elementos etruscos da civilização romana (MORA, 1999, p. 9).

Uma característica comum à obra dos analistas era uma visão bastante estreita da história, pois o seu interesse maior era Roma, e para adequar suas narrativas àquele interesse chegavam mesmo a criar fatos, recorrendo às vezes à falsificação de documentos.

¹⁸ MORA, op. cit. p. 7

Interessavam-lhes, sobretudo a coerência da narrativa, a proteção do orgulho nacional e a projeção de temáticas contemporâneas sobre o tempo da origem da cidade.

No final do período republicano surge uma nova modalidade na historiografia romana. Alguns autores, embora ainda identificados com a corrente analística, começam a escrever monografias através das quais discorriam sobre acontecimentos singulares ou breves períodos de tempo que lhes pareciam importantes. Nesse grupo encontramos César (100-144 a.C.), autor dos *Comentários*, dos quais se conservam *A Guerra das Gálias (De Bello Gallico)* e *A Guerra Civil (De Bello Civili)*. Através dos *Comentários*, César procurou justificar, diante do Senado e da sociedade romana, as suas atuações nos episódios ali descritos. Outro autor de monografias foi Salústio Crispo, de quem nos restam *A conjuração de Catilina (Bellum Catilinae)* e *A guerra de Jugurta (Bellum Jugurthinum)*. Salústio tinha como modelo o historiador grego Tucídides, e igualmente procurou explicar os acontecimentos e fazer com que seus relatos fossem legítimos e dramáticos. Através de sua obra expressou sua idéia central: a *virtus* fez a grandeza de Roma e a sua perda trouxe a debilidade e a imoralidade ao Estado. A aristocracia era a responsável por tal situação, segundo o autor.

Outro subgênero surgido no final do período republicano foi a historiografia biográfica. Cornélio Nepote (100-25 a.C.) escreveu *De viris illustribus* (biografias de diversos personagens romanos e estrangeiros), *De excellentibus ducibus* (uma série de vidas de grandes generais estrangeiros), *Vida de Catão, o Velho* e *Vida de Ático* (seu amigo). O que mais ressalta na obra de Nepote são informações curiosas sobre fontes e instituições romanas.

Cabe aqui observar uma grande diferença no tratamento do passado – consequência da intencionalidade na produção historiográfica – por parte dos gregos e dos romanos. Na Grécia, em função da vivência democrática, a qual proporcionava sempre “um amplo debate em assembléias abertas a todos os participantes”, era possível revisar uma passagem histórica, geralmente eternizada por um determinado autor. O usual não era a citação da própria fonte – documento ou obra –, mas sim a apresentação do debate que se dava em torno de uma tese diversa, gerada por sua interpretação (MORA, 1999, p. 22). A revisão seria, portanto resultado de um consenso, e não significava a anulação ou descrédito à versão original.

Em Roma a conjuntura política e cultural também concorria para a produção histórica. O constante reforço da homogeneidade da classe dirigente, da importância da tradição familiar e da distinção nobiliárquica levavam os historiadores a uma fusão da tradição familiar, nobiliárquica, com a tradição mítico religiosa. Desta forma, a tradição legendária acaba por se tornar patrimônio de famílias (*gentes*). Na Grécia o herói, fosse humano ou

divino, era um patrimônio da cidade e de seus cidadãos. Em Roma, o mundo divino era separado do mundo dos ritos, os quais ficavam a cargo da aristocracia. Conseqüentemente a tradição lendária ficava sob a tutela coletiva dos nobres, e os heróis também pertenciam, por extensão, às suas famílias. Assim, pesava sobre a história produzida em Roma uma “forte tensão vertical” procurando sempre ligar situações – e famílias –, a uma origem normativa, a uma “exemplaridade forte, quase fundante” (MORA, 1999, p. 27). Esse exercício era fundamental para que a nobreza romana atualizasse constantemente a sua dominação, tanto interna quanto externa – sobre a população “romana” e sobre os povos constantemente subjogados pela expansão imperialista. Por atualização entende-se a camuflagem da secular dominação do Estado por parte de uma nobreza, através da sua relação constante com as linhagens míticas que deram origem à cidade e, conseqüentemente, a todo o mundo romano. Se não era possível transformar o passado, ocorria então a

transformação do discurso que funda o presente sobre um passado originário, e então mítico, se não tanto pela forma, quanto menos pela função: a historiografia em Roma nasce assim como parte do processo de fundação de uma dupla dominação, interna e externa, como perene atualização da sua *aitia* de fundação(...).¹⁹

Tal reinvenção do passado em função do presente é comparável à situação criada por George Orwell na obra “1984”, onde a realidade – portanto o passado, o presente e, conseqüentemente, o futuro – era constantemente reconstruída em função das alterações da situação político-ideológica. Tal reconstrução objetivava sempre, por parte da nobreza romana, fundar e celebrar sem, porém explicar uma excepcional posição dominante sobre o público. Essa fundação se dava no constante exercício de ligação com um tempo privilegiado da origem que legitimava a posição nobiliárquica (MORA, 1999, p. 30).

Tito Lívio (59 a.C.-17 d.C.) escreverá sua obra *História de Roma desde sua fundação (Ab urbe condita)* no início do Império, durante o governo de Augusto. A *História de Roma* marcou a confluência das duas tendências que marcaram a analística romana, a analística dos “*optimates*”, que privilegiava as linhagens nobres, as *gentes* e os *comandantes*, e a analística popular, iniciada por Catão (MORA, 1999, p. 9). Outra novidade que se encontra na obra liviana foi a capacidade de apresentar a história da cidade desde o seu passado mitológico, seguindo a tradição analística, e também fatos recentes, atitude mais próxima dos autores de monografias. Tito Lívio logrou essa nova modalidade da história romana – uma “grande representação canônica da história romana”, segundo Mora, (1999, p. 10) - por se guiar por

¹⁹ MORA, op.cit., 1999, p. 29

uma dupla intenção: demonstrar que Roma havia sido destinada à grandeza, desde as suas humildes origens, e também proporcionar um fundo adequado para as glórias da época de Augusto.

A obra de Tito Lívio marca assim uma nova era na historiografia romana, conforme se vê nas palavras de Fábio Mora (1999, p. 11)

o trato unificante da analística romana é a preocupação de representar a origem da cidade (...) ou mais especificamente a origem da República (...), em virtude de uma instância de fundação mítico-constitucional da ordem existente (...) que se exauriu com a interpretação canônica de Lívio, no fim da evolução “republicana” sob o principado de Augusto.²⁰

²⁰ MORA, op.cit.,1999, p. 11

3 O AUTOR E A OBRA

3.1 Tito Lívio

Lívio é uma leitura saudável. Segundo contam, o rei D. Alfonso V de Aragão e I de Nápoles recuperou com a leitura de Lívio a saúde que nem a medicina nem a música tinham podido devolver-lhe; a leitura de Lívio foi o único consolo de Cola de Rienzi na prisão de Avignon, mantendo vivos seus ideais de liberdade, e com o passar dos anos, pelas mãos de Stendhal, até um personagem de ficção recorreria a seus reconfortantes efeitos: Le Marquis, irrité contre le temps présent, se fit lire Tite-Live – Stendhal, *Le rouge et le noir*, livre II, chap. VII.²¹

O parágrafo acima abre o texto de introdução à *Historia de Roma desde su fundación* da Editorial Gredos. O autor argumenta que a cura do rei é fato contestável, e que muitos a atribuem a outras causas que não a leitura de Tito Lívio. O episódio serve, porém, para atestar a fama que a obra do historiador latino alcançou ao longo do tempo.

Tito Lívio viveu há mais de dois mil anos, e deixou poucas informações que revelem a sua pessoa, a sua vida. O que tentaremos nesse momento inicial será selecionar, dentre as informações fornecidas por críticos, comentadores e biógrafos, “acontecimentos que (...) tendem ou pretendem organizar-se em seqüências ordenadas segundo relações inteligíveis” (BOURDIEU, 2005, p. 184). Partindo do princípio defendido por Bourdieu, segundo o qual não é possível reconstituir a vida de um indivíduo em uma biografia, mesmo quando se trata de uma pesquisa sobre um contemporâneo ainda vivo, estabeleceremos limites para o levantamento de dados sobre Tito Lívio. Assim, serão elencados a seguir fatos e informações que nos permitam conhecer minimamente o homem e historiador Tito Lívio, a sua formação. Procuraremos encontrar pistas sobre possíveis relações entre o meio em que viveu e cresceu – a sua cidade, a sua província – e as principais características de sua obra e, também situá-lo no panorama político cultural romano, e no universo historiográfico da época de Augusto.

“O historiador sem história” e “a figura mais nebulosa entre os grandes clássicos” são alguns dos epítetos criados pelos comentaristas ao apresentarem Tito Lívio, um homem que deixou poucas informações sobre si próprio. O que se sabe sobre a sua vida nos chegou através de algumas notícias deixadas por comentaristas e críticos antigos, dentre os quais São Jerônimo, Eusébio, Sêneca e Quintiliano, além de poucas frases encontradas nas *Décadas*. A

²¹ *Historia de Roma desde su fundación. Libros I-III*. Introducción general de Angel Sierra. Traducción y notas de José Antonio Villar Vidal. Madrid : Editorial Gredos, 1997, 1ª reimpressão. 1ª ed. 1990. p. 7

incerteza começa pela duração da vida de Tito Lívio, pois a sua data de nascimento é situada entre os anos 58, 59 e 64 a.C., e o seu falecimento é datado em 12, 13, 17 ou 18 d.C., segundo vários autores.

O que se sabe com certeza é que o grande historiador romano nasceu em Pádua – Patavium – na época “uma das mais importantes cidades, se não a mais importante, da Itália setentrional” (SOLINAS, 2000, p. 6). Existe consenso entre os comentaristas a respeito da influência que o ambiente e a história de Pádua exerceram sobre a pessoa e a obra livianas. A cidade, ao longo de sua história, soube se defender de inimigos – os etruscos, os gauleses e os gregos – e somente com o advento da guerra civil, em 174 a.C., passou a ver com bons olhos a aceitação da autoridade de Roma. Sob o domínio romano os Paduanos conservaram ainda relativa independência, e em 49 a.C., com a declaração da cidade como *município*, seus habitantes passaram a gozar de plenos direitos de cidadania romana, tendo sua população sido inscrita na tribo Fábria (SIERRA, 1997, p. 17). O povo Paduano conservava um estilo de vida austero, respeitava as tradições morais e políticas dos antenates, “o tão celebrado *mos maiorum*, princípio fundamental da educação dos jovens”. No plano político, a cidade ostentava um espírito republicano e mantinha entre seus ideais o princípio de conservação da ordem constitucional (SOLINAS, 2000, p. 6). Na época em que ali viveu Tito Lívio, Pádua contava com quinhentos homens inscritos na ordem dos cavaleiros ou *equites*, situação que a distinguia na Itália, pois apenas a capital imperial possuía maior número de habitantes pertencentes à plutocracia romana. Tito Lívio recebeu também da sua família rica formação ética e cultural. Segundo Suetônio, (*Vida de Tibério*, 3, 1) embora sendo de origem plebéia, a família do historiador Paduano “foi honrada por oito consulados, duas censuras, três triunfos, por uma ditadura e pelo magistério da cavalaria (SOLINAS, p. 7).

Pádua ofereceu a Tito Lívio oportunidades para a sua formação cultural – boa educação e condições para estudar – não muito inferiores àquelas disponíveis em Roma. Na sua cidade natal Lívio encontrou ainda possibilidades para se dedicar à literatura, pois foi ali que ele teve contato com as obras que seriam a base para o seu futuro trabalho como historiador (SIERRA, 1997, p. 22).

Tal formação cultural, política e moral teve reflexos na obra de Tito Lívio. Segundo Sierra (1997, p. 19),

é lógico pensar que o ambiente da sua pátria natal influenciou na atitude de Lívio frente à política e em sua severidade moral. Lívio mostra pela ação política, como prática pessoal e como objeto de análise histórica, a insensibilidade da burguesia

provinciana, à qual interessam sobretudo a paz e a estabilidade da ordem social, quer dizer, os efeitos da política, mais que seu exercício.²²

Asínio Polião disse que a *patavinitas*, o caráter provinciano que os detratores de Tito Lívio procuravam realçar em sua obra, seria a sua “ingenuidade histórica”, sua “concepção ética, sua idéia romântica da história”, e para outros críticos essa característica se relacionava à “severidade de seu caráter, ou (à) rigidez e intransigência de suas atitudes políticas” (SIERRA, 1997, p. 19) Outros elementos da formação pessoal de Tito Lívio, recebidos tanto no ambiente familiar como no convívio com a sociedade Paduana, influenciaram a sua obra. O sentimento religioso e o espírito patriótico destacavam-se no historiador de Pádua. Tito Lívio via o ser humano com “benevolência”, ou *benignitas*, um denominador comum dos dotes morais romanos. Tal visão o colocava em uma posição de aberta compreensão dos limites da alma humana (SOLINAS, 2000, p. 12). Essa posição se torna particularmente interessante se considerarmos que Lívio considerava ser a natureza humana, e não a divindade, quem determina o curso dos eventos humanos, ou históricos (KENNEY, p. 164).

Para ele o curso da história não era uma progressão linear do preto ao branco, mas uma colcha de retalhos na qual o bem e o mal estão desde sempre intercalados. Cada evento tem sua moral, mas a moral era o ponto de vista através do qual a trama histórica pode ser construída, e não um longínquo estágio atingível após um caminho predeterminado.²³

Para os outros a história era um estudo político, através do qual nutriam a esperança de explicar ou justificar o passado e o presente, mas Lívio via a história em termos pessoais e morais.²⁴

A sinceridade do seu patriotismo não é questionada por seus críticos e comentaristas, e a sua pátria era tudo o que Roma havia conquistado.

Os costumes da sua cidade, a educação recebida em família, a sua formação cultural e o apego às tradições o induziram a professar um amor profundo por uma pátria que se estendia desde a sua terra de origem até compreender todas as regiões do Império.²⁵

O amor e a atenção que Tito Lívio demonstraria por Roma, desde a sua terra natal,

²² SIERRA, op. cit. p. 19

²³ OLGIVIE, R. M. *A Commentary on LIVY. Books 1 – 5*. Oxford: At the Clarendon Press. 1965.

²⁴ KENNEY, E. J. (Edi.) *Livy. The Cambridge History of Classical Literature*. VII. Part 3. Cambridge University Press.

²⁵ SOLINAS, op. cit., p. 12

estiveram presentes no momento em que ele iniciou a sua obra, nos anos seguintes ao 29 a.C. Nesse período Roma via a Guerra Civil chegar ao fim, e a paz no centro do Império era um dos primeiros objetivos de Tito Lívio. Além da conclusão da guerra, Lívio sonhava também com a restauração da paz doméstica sob a vitoriosa Era de Augusto. Naquele momento Roma oferecia condições para o reflorescimento das artes da paz, dentre as quais a escrita da sua história. Dionísio de Halicarnasso chegou a Roma em 30 a.C., Estrabão 29 a.C. A obra de Virgílio, com destaque para as *Geórgicas*, ajudaram Tito Lívio a respirar o clima de otimismo que se instaurava na cidade (OLGIVIE, 1965, p. 2). Esse otimismo se apoiava em obras tais como a fundação de bibliotecas, uma no Campo de Marte e outra no Palatino, assim como na entrada de poetas como Virgílio e Horácio no currículo escolar ou o enraizamento de hábitos antigos como as leituras públicas ou *recitationes*, agora abertas a um público mais amplo. As *recitationes* vinham atender à necessidade de tornar conhecidos os autores, e dentre as categorias de escritos que levavam ao público, três tinham mais aceitação: a história, o drama e a poesia lírica. Plínio, o Jovem, acrescentaria ainda a essa lista os discursos. (PEREIRA, 2002, p. 211). Roma atingia “a época áurea do classicismo”, a cidade se modificou – Augusto “encontrara Roma de tijolo e a deixara de mármore” (SUETÔNIO, p. 28.) Sob Augusto, Roma assistiu a mais que o reflorescimento das artes. Era a própria cidade que renascia.

O reinado de Augusto durou quarenta e sete anos, quase meio século (...). O Príncipe soube dar a impressão de que não impunha um sistema político, de que era a própria Roma que descobria as soluções necessárias. Teve a habilidade de nunca interromper – como fizera César – o diálogo com o povo romano, diálogo infinitamente difuso em que os interlocutores eram, conforme os momentos, todas as ordens da cidade, por vezes os provinciais, os aristocratas, a burguesia italiana, os soldados, ou mesmo os escravos e os libertos. O gênio de Augusto residiu em dar audiência a todas as vozes da imensa comunidade sem sufocar nenhuma. E soube encontrar, para celebrar este advento de uma romanidade imperial, poetas e pensadores que salientaram aquilo que, na tradição, há muito o tinha preparado – a ponto de Roma acreditar num renascimento, embora a imagem de si mesma que agora lhe mostravam nunca tivesse passado de um sonho.²⁶

O governo de Augusto significou para Roma mais que um renascimento cultural. O comando Augustiano criou um império novo, forte, que pedia unidade sob o comando de um pulso forte, que pedia também uma revisão de seus valores, de suas tradições para seguir rumo a um futuro de glória, futuro o qual, segundo a tradição, estava desde há muito tempo nos planos dos deuses. Esse foi o cenário que recebeu Tito Lívio em Roma, quando começou a escrever a sua obra.

²⁶ GRIMAL, Pierre. *A Civilização Romana*. Lisboa: Edições 70, s/d.

A historiografia florescia em Roma no final do século I a.C. Havia muitos historiadores gregos e latinos na época de Augusto, pesquisar e escrever história eram ofícios bastante praticados. Os historiadores se esforçavam para assegurar o sucesso junto aos leitores e ouvintes, e para isso necessitavam escrever bem, suprimindo sempre seus antecessores. “Se o historiador augustiano quer ‘escrever bem’, ter um belo estilo, é para responder às exigências do gênero, sobretudo ‘literário’ que é a historiografia” (JAL, 1990, p. 38).

Se com relação ao estilo, à preocupação com a qualidade do texto, Tito Lívio segue a corrente acima apresentada, ele se diferencia dos demais historiadores romanos até então conhecidos por duas características bem peculiares. Primeiramente, Tito Lívio assume uma posição equilibrada com relação ao próprio Augusto. A história que se escreveu no início do Império era parcial, pois “quando não é adulação, (...) tende a atacar, implicitamente ou explicitamente, o sistema imperial” (TITO LIVIO, 1998, p. 82). Nem sempre o alvo era a pessoa de Augusto, mas sim o seu reinado. Já a obra de Tito Lívio foi escrita aceitando de bom grado a nova ordem, elogiando o governo e seus empreendimentos. Seu tom era moral, de coloração benévola. Diferentemente de muitos historiadores que o precederam, a intenção de Lívio era fornecer não apenas um guia aos políticos, mas também um modelo de conduta para os cidadãos comuns (TITO LIVIO, 1998, p. 83). Os livros nos quais Tito Lívio trata do principado se perderam, o que nos impede de saber qual foi exatamente a postura do autor com relação a Augusto. Porém, há indícios de que o historiador não foi muito favorável ao príncipe:

A amizade entre Lívio e Augusto, testemunhada por Tácito, deve ser entendida melhor como uma não amizade, como respeito mútuo; o apelido de “pompeiano” que Lívio recebeu de Augusto implica uma amistosa desaprovação das idéias políticas de Lívio.²⁷

Qual era a nova ordem instaurada por Otaviano? Essa nova época começou a se constituir com a vitória de Ácio, em 31 a.C., e a conquista do Egito, em 29 a.C. Os romanos sentiram a novidade, e o sentimento de terem entrado em uma era de paz, identificada como o retorno à mítica idade de ouro, manifestou-se entre o povo. A nova era surgira com o fim da imensa tragédia e o retorno da paz a um mundo assolado por um século de guerra civil. O novo consenso que unia a sociedade romana, particularmente a velha e a nova burguesia, assegurava a paz, a *pax Augusti*, a nova ideologia romana. Em 27 a.C., Otaviano recebeu do Senado novos poderes, que lhe davam a posição de chefe do Senado e Primeiro Cidadão, ou

²⁷ SIERRA, op. cit., p. 81

princeps. Naquele momento nascia o “principado”. Foi também nessa época que Otaviano recebeu do Senado o título que o tornaria conhecido universalmente e que se transformou em seu nome pessoal. O antigo *Imperator Caesar Divi Filius* era agora “Augusto” título “só aplicado a certos deuses para assinalar que eram “aumentadores” criadores de algo diferente e melhor” (ROSTOVTZEFF, 1967, p. 165). O significado religioso do novo nome se liga ao termo grego *sebastós* – venerável –, que designava o rei que, nas monarquias orientais, era considerado de natureza e de origem divinas (MORESCHINI, 1998, p. 93). O título ligava Augusto diretamente à origem de Roma, pois a cidade foi fundada com o título de *augurium augustum* (MORESCHINI, 1998, p. 92). Otaviano, tornando-se Augusto, seria então um novo Rômulo.

A produção literária do período não podia correr em direção diferente daquela que tomavam Roma, seu governante e seu povo. Ela também se nutria do “*húmus* histórico-político” formado pela ideologia e pela política do principado. Estudos mais recentes, abordando a produção de Horácio, Virgílio e Propércio revelam que o posicionamento favorável dos grandes poetas da Era de Augusto frente à ideologia do poder era um posicionamento que ia de um consenso espontâneo a uma adaptação forçada, a uma difícil “integração” (MORESCHINI, 1998, p. 93)

Como se situa Tito Lívio nesse cenário? As opiniões de alguns comentadores da obra liviana variam sobre esse tema. Moreschini diz ser necessário abandonar a “fórmula muito fácil, muito simplista, mas bastante difundida no passado”, que traz “Lívio e Virgílio” como “sustentadores entusiastas do principado augusteo”, ou “Lívio celebrador da grandeza de Roma” (MORESCHINI, 1998, p. 93) Paul Jal (1990, p. 44) vê Tito Lívio perfeitamente alinhado com a produção literária de sua época. O crítico francês busca apoio na fórmula de Croce, o qual afirma que “todo historiador é contemporâneo”. Sendo assim, Tito Lívio, um homem que tinha acesso ao Palatino, a quem foi confiada, no palácio imperial, a instrução do jovem Cláudio, futuro imperador, arcou com as responsabilidades relativas ao ofício de historiador. Responsabilidades que se avolumavam quando se entende que, para os romanos, a história tinha um fim útil – *historia magistra vitae*. Escrever sobre o passado de Roma, ano a ano, descrever a aventura extraordinária de uma cidade que conquistou o mundo tornava, aos olhos da opinião pública, o historiador Tito Lívio investido de uma missão semelhante à de Virgílio com sua Eneida, ou de Horácio com suas odes cívicas. Essa missão era uma tarefa moral e patriótica, e levava os leitores a perceberem o ofício do historiador com uma coloração, uma significação e uma grandeza excepcionais (JAL, 1990, p. 45). Tito Lívio aproximou-se de Augusto, tornou-se íntimo de sua família, sem jamais ter traído suas

convicções, tanto como pessoa quanto como historiador.

Sem sacrifício de suas convicções “pompeianas”, sem adular Augusto, ele foi recebido na intimidade da família imperial. Da forma mais apropriada, pela sua lealdade intelectual e sua moderada benevolência, transmitiu à era imperial uma imagem da antiga Roma verdadeiramente nacional, imagem que não foi nem uma apoteose nem um panfleto do novo regime.²⁸

Para Olgivie (1965, p. 3), Tito Lívio reconheceu o valor de Augusto, mas manteve-se sempre à distância:

Tito Lívio reconheceu os grandes serviços que Augusto prestou a Roma e à Itália com o seu sucesso, mas evitou associar-se intimamente ao regime que resultou de tal sucesso. Ele nunca é mencionado como um dos íntimos de Mecenas. Seu nome nunca é relacionado ao de nenhum dos literatos protegidos de Augusto. Nós podemos assumir que Lívio começou a compor a sua história na obscuridade.²⁹

Voltemos ao texto de Moreschini (1978) para conhecer melhor como ele vê Tito Lívio no cenário historiográfico romano. Esse crítico apresenta um panorama da historiografia anterior à produção liviana. A historiografia romana, especialmente na idade arcaica, era, como a oratória, uma ocupação intelectual inerente à elite dominante, ou seja, à classe senatorial:

É a única literatura de cuja criação a classe dominante não desdenha, e, naturalmente, ali impõe a sua marca, ali exprime a sua interpretação da história e da realidade política romana, a sua exigência política e moral.³⁰

A historiografia era, então, uma atividade literária à qual se dedicavam os senadores, quase um prosseguimento da política, exercida com outros meios; uma atividade à qual o homem político se dedicava na sua velhice, quando se aposentava e se retirava no *otium*. A história servia aos estadistas e grandes senhores, os quais escreviam de próprio punho com a finalidade de influenciar a opinião pública romana em favor da sua posição política e da sua fama. Conseqüentemente, o que se produzia era uma história recheada de falsificações e invenções, alterações de arquivos de família, uma produção que traía os princípios da historiografia tão caros a Cícero, que lamentava tais procedimentos (cf. *Brutus*, 16, p. 62).

²⁸ BAYET, J. Introduction. In: Tite-Live: *histoire romaine*, tome I. Paris, 1965, p. VII-LXXXVI

²⁹ BAYET, op. cit. p. 76.

³⁰ LA PENNA, 1978, p. 43

César, Salústio e Asínio Polião, este último já produzindo nos tempos de Augusto, são homens do mundo da política que se dedicaram à história de Roma.

Augusto inaugurou um novo tempo em Roma. Moreschini apresenta uma questão importante para a reflexão sobre a historiografia romana a partir daquele momento: “Qual função estava reservada a um historiador na nova realidade do principado?” (MORESCHINI, 1998, p. 93). Cabe aqui acrescentar uma outra interrogação: Quem seria o historiador na nova realidade do principado?

Se não há consenso entre os críticos e comentaristas a respeito da posição de Tito Lívio com relação a Augusto e seu governo, eles não deixam dúvidas sobre o fato de que o historiador romano trouxe novidades. A primeira delas foi o fato de Lívio ter sido o primeiro historiador “profissional”, ou seja, o primeiro e talvez o único a se dedicar apenas à produção histórica (JAL, 1990, p. 34). Para os costumes romanos o aprendizado sobre a história era obtido através da vida pública. “Catão o Velho, Sisena, César e Salústio foram, ao mesmo tempo, e alguns deles acima de tudo, homens políticos, administradores, generais” (JAL, 1990, p. 34). Vivendo em Roma por aproximadamente quarenta anos, Lívio não fez na cidade outra coisa senão escrever. Muitos viam seus erros em questões militares e em assuntos administrativos como prova de não ter desempenhado jamais algum cargo público, ou mesmo por não ter servido ao exército (SIERRA, 1997, p. 21) “Suas descrições de lutas demonstram a ignorância do amador. Sua juventude foi gasta com os estudos”. (OLGIVIE, 1965, p. 2)

Outro fato marcante na história de Tito Lívio é a sua origem. Lívio não era romano, e as marcas de sua cidade e seu estranhamento à vida da capital do Império fizeram diferença no seu trabalho. Além da distância geográfica na qual se deu a sua formação cultural, a própria condição de literato e artista também afastou Lívio da vida política de Roma. Ele não seguiu nenhum interesse político particular, esteve longe do contexto das grandes famílias de Roma e, passando a maior parte de sua vida em Pádua, não foi envolvido pelo clima político da capital. “Essa postura de distanciamento das lutas políticas fez com que nosso historiador se tornasse o mais imparcial de todos, todos os intentos dos historiadores políticos lhe são estranhos” (MORESCHINI, 1998, p. 97). Um exemplo de tal postura é a sua visão sobre a querela entre patrícios e plebeus. Sua visão era mais nacional, sua interpretação política mais republicana.

Ele não esconde, na sua narração daquelas lutas, um sentimento de hostilidade no confronto de ambas as partes em luta: condena a priori, com uma postura filo-patrícia, qualquer inovação destrutiva do passado, mas também justifica os direitos

plebeus na sua luta por igualdade política.³¹

A distância entre Tito Lívio e a política romana é citada ainda como fator responsável por uma outra característica do historiador: o amor e a reverência dedicados à celebração da antiga Roma (MORESCHINI, 1998, p. 98). Sob esse aspecto Lívio se diferencia mais uma vez dos outros historiadores romanos. Para Moreschini, essa característica é um sinal da força de Tito Lívio:

(...) se, como pensam alguns estudiosos, a famosa *patavinitas* de Lívio deve ser entendida não como uma característica de estilo e de linguagem, mas como uma característica de mentalidade (mas devemos admitir que nenhuma solução satisfatória foi ainda apresentada), essa deve indicar a mentalidade característica do provinciano honesto e bem pensante que, animado por um sincero sentimento de admiração pela história de Roma interpreta esta história segundo os cânones de sua honestidade e da sua admiração.³²

Uma vez tendo buscado algumas informações sobre Tito Lívio: sua vida, sua relação com a cidade e a história de Roma, passaremos agora à sua obra. O que são os *Ab Vrbe Condita Libri*?

3.2 Os *Ab Vrbe Condita Libri*

Ab Vrbe Condita Libri é o nome pelo qual ficou conhecida a grande obra de Tito Lívio, através da qual o historiador paduano se propôs contar toda a história de Roma, desde a sua fundação até o seu tempo. Uma extensa obra, composta por 142 livros, dos quais apenas 35 restam inteiros, além de alguns fragmentos. Qual é a história dessa grandiosa obra? À semelhança da história de seu autor, a obra de Tito Lívio não deixou registros que nos permitam afirmar com exatidão o momento da sua concepção ou da publicação dos exemplares de seus primeiros livros. Os críticos fixaram o ano 27 a.C. – não antes do 29 e nem depois de 25 – como sendo o ano do início da sua produção (SOLINAS, 2000, p. 13; SYME, 1998, p. 29; OLGIVIE, 1965, p. 2)³³. Tal confirmação vem do fato de Tito Lívio ter

³¹ TITO LÍVIO. *Storia di Roma dalla sua fondazione*. Con saggio di Ronald Syme, introduzione e note di Cláudio Moreschini, traduzione di Mario Scándola. Volume primo (libri I – II) – Testo latino a fronte. Milano: Biblioteca Universale Rizzoli. Decima edizione: aprile 1998.

³² MORESCHINI, op. cit., p. 98

³³ TITO LÍVIO. *História do povo romano*. Livro I - A Monarquia. (Tradução de Mônica Valéria Costa Vitorino). Belo Horizonte: Editora Crisálida. 2007.

citado no livro I, 19, 3 o primeiro fechamento do templo de Jano, ocorrida por ordem de Otaviano em 29 a.C., sem contudo citar o segundo fechamento, ocorrido quatro anos depois, em 25 a.C. (SOLINAS, 2000, p. 13) Outras datas também são indicadas. Segundo Jean Bayet, os primeiros cinco livros foram compostos entre os anos 31 a 29 a .C.

Bayet afirma que o livro I foi publicado separadamente antes dos outros; depois os livros II-V, depois, em 27-25 a.C., uma segunda edição dos livros I-V, juntamente com os livros VI-X. Além disso, por volta de 19 a.C., Lívio havia terminado os livros XI-XXX.³⁴

Esta é a datação mais antiga segundo a crítica, e é convincente pelos seguintes aspectos: no livro I 10,6, Tito Lívio narra o episódio da consagração do templo de Feretrio à Rômulo, mas não cita a reconstrução do mesmo, realizada por Augusto, nem a recusa da demanda de Crasso, ocorrida em 29 a .C. Por essa razão Bayet (1934) conclui que o livro I e até pelo menos os três seguintes foram escritos antes de 31-29 a.C. (SYME, 1998, p. 37) Syme aponta os anos 33 ou 34 a.C. como o período no qual Tito Lívio iniciou a redação dos livros I a V, para que tivesse tempo de publicá-los entre 31 e 29 a.C., considerando o tempo necessário para a realização de tal obra, inclusive para criar de acordo com seu método e estilo (SYME. 1998. pag. 37). A obra de Tito Lívio ficou inacabada, pois foi interrompida pela morte do autor, no ano 17 da era cristã (MARTIN; GAILLARD, 1990, p. 123) A maior parte dos estudiosos acredita que a intenção de Tito Lívio fosse escrever a história de Roma até depois da morte de César Augusto, e não apenas até o ano 9 a.C., data na qual chega em seu último livro (SYME, 1998, p. 21) Ainda segundo os críticos, Tito Lívio trabalhou de forma contínua e regular durante quarenta e cinco anos, entre 28 a.C. e 17 d.C. (SYME, 1998, p. 28)

Se as datas exatas da redação e publicação da obra liviana suscitam dúvidas e contradições, o mesmo não acontece com relação à sua inserção no contexto histórico romano. Cabe aqui citar novamente Croce, que disse que todo historiador é contemporâneo. A *História de Roma* de Tito Lívio não surgiu desconectada de seu tempo, o autor estava em um ponto – tanto espacial quanto temporal – ideal para lançar um olhar que abrangesse a longa jornada da cidade, desde a sua fundação até aquele momento. As possíveis causas do nascimento da obra de Lívio são complexas. No início desse capítulo foram apresentados alguns dados e fatos constituintes da vida do autor, e ali encontramos algumas dessas

³⁴ SYME, op. cit., p. 36

possíveis razões. Agora nos reportaremos à história de Roma, buscando conhecer melhor o contexto que permitiu a emergência dos 142 livros de Lívio.

Os *Ab Urbe Condita Libri* começaram a ser escritos em um momento no qual Roma gozava de “paz doméstica”, alcançada após o fim da guerra civil e também com a vitória de Otaviano, o qual, sob o título de Augusto, inauguraria uma nova era. (BAYET, 1934, p. 235; OLGIVIE, 1965, p. 2). Essa nova era trouxe, em seu início, condições ideais para o retorno à normalidade dos estudos acadêmicos, particularmente na capital. Dionísio de Halicarnasso e Virgílio foram dois autores que, assim como Tito Lívio, redigiram textos memoráveis sobre Roma, em um período no qual “as artes da paz puderam florescer novamente” (OLGIVIE: 1965. 2), período também chamado de “renascença” por (MARTIN; GAILLARD, 1990, p.123).

“Nenhum momento convinha melhor, nos parece, para escrever a história de Roma *Ab urbe condita*, quer dizer, a história da Roma real e republicana, que aquele onde começava uma terceira Roma, a Roma imperial” (JAL, 1990, p. 34). O novo regime que se instalou sob Augusto seguia um ideal que tendia a “uma concentração nacional e a uma restauração da antiga moralidade, favorecendo uma exaltação do passado longínquo e a pintura sem dissimulações das crises recentes, enfim resolvidas” (BAYET, 1934, p. 235).

As mudanças provocadas pelo fim da guerra e pelo novo governo suscitaram um vivo interesse pelos estudos históricos e alteraram até mesmo o modo de se escrever. A história moderna e contemporânea passou a provocar maior interesse, e Salústio (86 a.C. – 35 a.C.) e Asínio Polião (76 a.C. – 5 d.C.) a ela se dedicaram (SYME, 1998, p. 49), mas a história antiga também se tornou objeto de curiosidade e estudos, passando mesmo a integrar os ideais do Estado. O próprio governo, desde os primeiros sucessores de César, intervinha deliberadamente para fazer reviver antigas práticas e instituições. Esta política antecipou em muitos anos o sistemático programa de Augusto, o qual visava a uma reforma moral e religiosa – reintrodução de jogos e cerimônias, restauração de templos e construção de novos, dedicados a diversas divindades –, e permitiu a convergência de várias tendências: erudição, romantismo e mesmo uma exploração oficial da história. Foi possível ver, naquele momento, que a “idade do rei” estava retornando, que a “predição etrusca e a teoria dos ciclos cósmicos correspondiam aos fatos” (SYME, 1998, p. 50).

Foi neste cenário que Tito Lívio escreveu sua história de Roma, “não em um vácuo político, mas em uma era na qual os ideais patrióticos e políticos (romanos) estavam fragmentados”. E, embora saibamos que Tito Lívio não se submetera ao círculo pessoal do

príncipe, é inegável que sua atividade intelectual tenha ocorrido dentro do “referencial literário da era de Augusto” (WALSH, 1982, p.1063), cujo objetivo maior era reconstituir a grandeza de Roma e transformar o príncipe em um mito. No prefácio de sua obra Tito Lívio fala da decadência dos valores morais e religiosos que afligia Roma. Porém, em função da perda da maior parte de seus livros, não temos acesso às páginas nas quais ele provavelmente descreveu o movimento de tal decadência; o que se percebe, em diversos trechos de seus livros, são sentimentos republicanos, sentimento de nostalgia comum a muitos intelectuais contemporâneos. Tito Lívio dá a impressão de não acreditar em uma ressurreição das virtudes da Roma antiga, tão celebrada pela ideologia oficial, sob a autoridade do novo regime, ele não vê o fim da República como um momento de refreamento da decadência dos costumes e sua conseqüente mórbida corrupção (MARTIN; GAILLARD, 1990, p. 124)

Como Tito Lívio viu a ascensão e a atuação de Augusto? Não podemos saber, pois seus livros que tratam desse período histórico estão perdidos. Mesmo as obras de outros historiadores são escassas, e o próprio Augusto pode ser responsabilizado por isso, pois por ocasião de sua nomeação como pontífice máximo ele mandou destruir mais de dois mil livros em latim e em grego. O significado de exercer a função de historiador naqueles tempos pode ser avaliado pelas palavras de Polião, que disse a César Otaviano: “Não se pode escrever contra quem pode proscrever” (CUSSEN, 1986, p. 12)³⁵. Como escrever sobre episódios recentes, cujos participantes ou testemunhas ainda estavam vivos e, situação ainda mais delicada, quando um dos dois partidos que há pouco lutava ocupava sozinho o poder? Em tais condições, na Roma de Augusto, o historiador vivia sob os “riscos do ofício”. Tito Lívio foi o “primeiro dos historiadores da época imperial” e, segundo Tácito, isso significava “dissimulação e adulação” (JAL, 1990, p. 36). O mito de Augusto e do Século de ouro romano foi construído, mas graças principalmente a dois pilares: a obra dos poetas do círculo de Mecenas, particularmente as *Odes* de Horácio e *As Geórgicas* e a *Eneida* de Virgílio e o programa de regeneração moral estatal (CUSSEN, 1986, p. 12)

Walsh (1982), afirma que Tito Lívio escreveu segundo os referenciais da literatura da era de Augusto. Se o príncipe não aparece com grande destaque na *História de Roma*, pelo menos nos livros que restaram, o mesmo já não se pode dizer do povo romano, e será na

³⁵ CUSSEN, Antonio. *Las tribulaciones del César*. Conferencia. Versión editada de la Conferencia dictada en el Centro de Estudios Públicos el 18 de agosto de 1986. Estudios Públicos (Chile), 28 (primavera 1987) disponível em (http://demo.vrweb.cl/cgi-in/dms/procesa.pl?plantilla=%2fdms%2fbase%2ehtml&contenido=documento&id_doc=1852) acesso em 12/12/2005

literatura, mais precisamente em Virgílio, que Tito Lívio buscará um modelo ideal para os romanos se mirarem e se reconhecerem. O príncipe *Augusto* – criador, fundador, restaurador – guiará não um povo qualquer, mas sim uma nação dotada de uma excepcional virtude, predestinada pelos deuses a prevalecer sobre os outros povos (SOLINAS, 2000, p. 8) Os romanos tinham uma grande missão, anunciada por Anquises na *Eneida*:

Tu, Romano, a reger co' o império os povos
Te aplica: estas serão as tuas artes:
E impor as leis da paz, aos submetidos
Perdoar clemente, e debelar soberbos.³⁶

Os romanos cumpriram o destino ditado por Anquises, pois unificaram sob o seu comando “numerosas gentes e nações”, e após atravessar “longas guerras externas e lutas internas tinham finalmente retomado o próprio equilíbrio, a própria e definitiva identidade na pessoa do príncipe” (SOLINAS, 2000, p. 7). Tito Lívio tentará ligar esta característica romana à questão religiosa, provando que, embora:

o povo romano não seja um povo divino, ou divinizado, é uma nação em linha com a vontade divina porque soube interpretá-la da melhor maneira. Bem se pode dizer que também pela sua inspiração religiosa os livros de Lívio correspondiam plenamente aos ideais de Augusto, (...) pois embora não seja uma história sacra de Roma, é certamente a história de uma cidade que de uma origem humilde torna-se, por desígnio divino, a senhora do mundo.³⁷

Para saber interpretar da melhor maneira a vontade divina era preciso conhecer o que os deuses reservaram a Roma, era preciso conhecer a história da cidade desde o seu início, pois foi ali que as virtudes e a moral dos romanos foram moldadas. Os primeiros homens e mulheres romanos, desde o rei até os mais simples cidadãos, serviriam de exemplo para os contemporâneos que viviam o esfacelamento moral, o declínio da República, a perda da disciplina e da coesão. Para salvar o Estado romano, “o maior, o mais santo e o mais rico de bons exemplos”, Tito Lívio conclamava seus contemporâneos à “prática da virtude dos antepassados e ao conhecimento da história de Roma desde as suas origens, porque o presente só tem valor se se compreende o passado”. Um povo é comparável a um organismo, cujo futuro e desenvolvimento são análogos aos de um indivíduo, dizia Tito Lívio, acrescentando

³⁶ VIRGÍLIO, 2004, p. 204, VI, 851-853

³⁷ SOLINAS, op. cit., p. 8

que “nenhum homem pode ignorar o próprio passado e para melhorar deve dedicar a alma e a mente a uma reflexão crítica” que leve a uma consciência que é o resultado de “uma longa e ininterrupta formação cultural e ética” (SOLINAS, 2000, p. 24).

Tito Lívio visava a resgatar a longa história romana através de uma obra assentada sobre “o signo da amplidão quase imensurável” (MARTIN; GAILLARD, 1990, p. 125), e por isso teve que escolher fatos e cenas para construir sua narrativa. Esse processo resultou em uma narrativa *Katà Kósmon* (em ordem ou de modo conveniente) e *Katà Moîran* (em que a idéia de conveniência se expressa como uma certa conformidade das partes) (BRANDÃO, 2005, p. 80), na qual os fatos e situações são apresentados e descritos em função dos objetivos do autor. Os objetivos do historiador eram revelar o passado de Roma aos seus cidadãos, mas como Tito Lívio era também um literato, o seu texto deveria ir além da simples descrição, ele deveria ser antes de tudo espetacular, pois:

a ambição do autor é sem dúvida compor o espetáculo da história, espetáculo que procura através da verdade as mesmas alegrias proporcionadas pelo maravilhoso, e age sobre a imaginação e a emoção, sem se apartar da razão ou da verossimilhança.
38

O fim da República foi uma época em que o estado de espírito dos romanos era de pessimismo. Augusto trouxe consigo um alento, uma perspectiva de paz, e aplacava os sinais da crise provocada pelos anos de guerra. *A História de Roma* surgiu em um momento em que havia muita conversa sobre reiniciar, fundar uma nova Roma sob um novo Rômulo, representado por Augusto. Era o momento ideal para vir à luz uma obra que apresentasse a história romana de forma espetacular, pois Lívio, indubitavelmente, abordou seu grande projeto em um espírito de pessimismo sobre o estado da nação, mas acrescentou àquele pessimismo a crença de que tudo poderia ficar bem se Roma pudesse reaprender as lições de sua própria história (WALSH, 1982, p. 1064).

Esse objetivo já se explicita no prefácio da obra, onde o autor narra que seu interesse pela história é fundamentalmente ético e didático.

Lívio se compromete perante o leitor que, se esse prestar a máxima atenção ao que de verdade importa, ele saberá mostrar-lhe as causas do êxito romano e de sua decadência; e são caráter, hábitos, conduta, em uma palavra, *ethos*. O que conta, por outra parte, é a capacidade exemplar da narração, a história como um repertório de

³⁸ MARTIN, René & GAILLARD, Jacques. *Les genres littéraires à Rome*. Paris : Ed. Natan, 1990. p. 125

modelos.³⁹

A forma como Tito Lívio explorou as virtudes romanas levou os críticos franceses René Martin e Jacques Gaillard a compararem a obra do romano ao filme *Guerra e paz*, alegando que aquela obra fez pela epopéia napoleônica o que o *Ab Vrbe Condita* fez pela história de Roma: “suscitou uma certa imagem de Roma, uma imagem monumental e grandiosa na qual as virtudes espetaculares foram bastante exploradas” (MARTIN; GAILLARD, 1990, p. 126).

A obra de Tito Lívio, feita a “cola e tesoura” (“o trabalho de Tito Lívio consistiu em reunir os documentos tradicionais da história primitiva de Roma e em fundi-los numa única narrativa contínua – a história de Roma”), (GARDNER, 1984, p. 52) a partir de trabalhos anteriores, apresentou um desenvolvimento original na historiografia romana, herdeira da tradição helenística, ao conceber:

a notável idéia de uma história de Roma desde a sua origem. (...) Foi a primeira vez que se realizou uma coisa desse gênero. Os romanos – serenamente confiantes na sua superioridade em relação a todos os outros povos e no seu monopólio das únicas virtudes merecedoras de tal nome – consideravam a sua história como a única digna de ser contada. Daí o fato de a história de Roma narrada por Tito Lívio representar – para o espírito romano – não uma das diversas histórias particulares, mas a própria história universal, a história da única realidade genuinamente histórica: a história ecumênica, pois Roma – tal como o Império de Alexandre – tornara-se o mundo.⁴⁰

A qualidade e a beleza da obra de Tito Lívio superaram as dificuldades impostas à sua leitura, como a sua vastidão e monumentalidade. Desde Sêneca e Quintiliano, o qual apreciava em Lívio, sobretudo, a *lactea ubertas*, sua obra foi lida, apreciada, citada, reeditada. Quintiliano elevou Tito Lívio ao mesmo patamar que Heródoto (MORESCHINI, 1998, p. 162), mas Calígula reprovava o seu estilo “verboso e pouco acurado como historiador”, mandando tirar das bibliotecas públicas toda a obra e os retratos de Tito Lívio e de Virgílio (MORESCHINI, 1998, p. 163). Tal atitude, entretanto, fez aumentar a admiração e o interesse do público pela obra dos dois autores (SOLINAS, 2000, p. 19). Já no século IV, quando a cultura típica de Roma estava se exaurindo, a obra de Lívio, assim como de outros antigos escritores, foi conservada por aqueles que se dedicaram à cultura pagã.

³⁹ SIERRA, 1997, p. 55

⁴⁰ GARDNER, Patrick. *Teorias da história*. Trad. Victor Matos e Sá, 3ª ed. Lisboa: Fundação Kalouste Goulbenkian, 1984, p. 52

Há notícias de que era possível ler os 142 livros de Tito Lívio até o século VI, e é difícil precisar os motivos que levaram ao desaparecimento de significativa parte da obra, no total de 107 livros. Algumas possíveis causas do desaparecimento seriam o tamanho da obra, a dificuldade de transcrição, feita por processos manuais até o século XV, os materiais que constituíam os livros. Outra explicação plausível é o fato de que aquilo a que os antigos chamavam *livro* era um rolo de folhas – provavelmente de papiro ou outro suporte usado antes da introdução do papel na Europa – escritas e coladas nas extremidades, enroladas em um cilindro de madeira, osso ou marfim. O simples manuseio de uma obra tão requisitada pode ter sido um dos grandes responsáveis pela sua destruição (SOLINAS, 1998, p. 18).

3.3 A tradição manuscrita

3.3.1 Composição e edição do texto

Ao ler Tito Lívio, acredita-se viver quase que familiarmente com ele; e quase não o conhecemos. Sua vida nos escapa; e o que nos resta de sua obra, por mais rica que ela nos pareça, não é mais que a menor parte dela e não nos permite, tanto em matéria de crítica histórica como de evolução literária, que cheguemos a conclusões incompletas e a julgamentos onde a prudência deveria se conformar à sua incerteza.
41

Ao compor os *Ab Vrbe condita libri* Tito Lívio escreveu 142 livros, dos quais se conservaram 35, do I ao X e do XXI ao XLV, sendo este último incompleto. Restaram também fragmentos de outros livros, sobretudo uma página sobre as campanhas de Sertório contra Pompeu e a narrativa da morte de Cícero. As informações sobre os livros perdidos nos chegaram através dos resumos, ou *Periochae*, imprecisos e pouco desenvolvidos (BAYET, 1947, p. XII). A obra de Tito Lívio foi concebida conforme o plano abaixo:

Livro I: As origens e a realeza;

Livros II: (com preâmbulo) – V: Do início da República à tomada de Roma pelos Gauleses;

Livros VI (com prefácio) – XV: Conquista da Itália;

Livros XVI (prefácio?) – XX: Primeira guerra Púnica;

Livros XXI (prefácio) – XXX: Segunda guerra Púnica;

⁴¹ BAYET, Jean. *Introdução*. In: TITO LÍVIO. *Histoire Romaine*. Tome I – Livre I. Texte établi par Jean Bayet et traduit par Gaston Baillet. Paris : Société d'Édition "Les Belles Letres" 1947.

Livros XXXI (prefácio) – XL: Até a morte de Philippe II da Macedônia.

Livros XLI (preâmbulo) – XLVII: Até o triunfo de sobre Perseu (Livro XLV) e ao regulamento dos negócios do Oriente;

Livros XLVIII (preâmbulo?) – LII: Terceira guerra púnica e guerra de Achaie;

Livros LIII – LXX: Até o tribunate de M. Livio Druso;

Livros LXXI – LXXVI: Guerra Social;

Livros LXXVII – XC: Do conflito entre Mario e Sula até a morte de Sula e seus desdobramentos imediatos;

Livros XCI – XCVI: Até o fim das campanhas de Pompeu na Espanha.

Livros XCVII – CIII: Da vitória de Crasso sobre os escravos à nomeação de Pompeu como “Magno”;

Livros CIV (preâmbulo) – CVIII: até a submissão completa da Gália por César;

Livros CIX (preâmbulo) – CXVI: do início da guerra civil até a morte de César;

Livros CXVII (preâmbulo) – CXXXIII: da entrada de Otávio em Roma aos seus triunfos depois de Ácio e o fim das guerras civis;

Livros CXXXIV (preâmbulo) – CXLII: da nomeação de César Otaviano como “Augusto” até às honras fúnebres concedidas à Druso, morto na Germânia.

Acredita-se que Tito Lívio tenha dividido sua obra em “*Décadas*”, agrupamentos de dez livros. Há uma única menção sobre este assunto encontrada em uma carta do Papa Gelásio, de 496. Acredita-se, entretanto que, particularmente no início de seus trabalhos, Tito Lívio tenha preferido agrupar os livros de cinco em cinco ou de dez em dez. Também, por razões editoriais, os copistas agruparam os livros nesta mesma ordem, desde que os *códices* foram substituídos pelo *volumina*.

Não há uma regularidade entre os livros de Tito Lívio. O Livro I se destaca entre os demais, em função de seu objeto de análise se estender por um longo período histórico. Os livros seguintes abordam períodos ainda extensos, e assuntos ou temas mais amplos. Geralmente oscilam entre períodos históricos de quarenta e quatro a quinze anos. A partir dos livros que tratam das guerras púnicas – do XVI em diante –, o recorte temporal passa a variar entre três anos a quatro meses.

As informações existentes levam a crer que o Livro I foi publicado primeiramente, seguido pelo bloco formado pelos livros II a V, entre os anos 31 e 29 a.C. Entre os anos 27 e 25 surgiram novos exemplares, que são considerados uma reedição.

3.4 A trajetória da obra de Tito Lívio

A obra de Tito Lívio foi lida com admiração. Sua maestria literária recebeu de seus contemporâneos e das gerações sucessivas a homenagem da imitação e o reconhecimento da escola. Seus textos eram memorizados e recitados pelos estudantes de retórica. Idéias, imagens, expressões suas reaparecem com frequência em Ovídio.⁴²

A obra de Titio Lívio encontra ecos também em Virgílio, em Petrônio, Sêneca e Estácio. Quinto Cúrcio teve o texto liviano como modelo para o seu estilo, da mesma forma que o imperador Cláudio o teve para seus discursos. Lucano e Silio Itálico foram talvez aqueles que tiveram em Tito Lívio sua maior fonte de inspiração. “Nos atrevemos a pensar que, sem o relato de Lívio, nem Silio Itálico teria sonhado suas *Punica*, nem Lucano sua *Bellum Civile* (SIERRA, 1997, p. 110). A História de Tito Lívio se converteu praticamente na única História da República romana.

Porém, o texto de Tito Lívio estaria marcado pelo momento em que nasceu. Com o fim da República, sua relação com os leitores mudaria. Já no século I d.C., Frontino, ao aproveitar episódios de *Ab Urbe condita* para sua coleção *Estratagemas*, Valério Máximo para sua antologia de *Fatos e ditos memoráveis*, e Plutarco, para suas *Vidas Paralelas*, refletiriam a orientação do público por uma literatura mais ligeira e anedótica. O republicanismo presente no texto liviano poderia ser visto como suspeito; pois, por exemplo, elogiava os assassinos de César, cuja defesa custou a vida do historiador Cremúcio Cordo, nos tempos de Tibério.

Fora os aspectos políticos, o grande volume da obra tornava difícil a sua leitura. Marcial condensou o livro de Lívio em um “livrinho de breves páginas” (SIERRA, 1997, p. 110), pois o original não cabia nas estantes de sua biblioteca.

No século seguinte os autores mais importantes desconhecaram a obra de Tito Lívio. A *Epítome* de Floro, o “resumo de todas as guerras em setecentos anos”, um Lívio condensado e inócua, reduzido a um panegírico do povo romano, era bem escrito, porém sem substância e artificial. Granio Liciniano também compôs um resumo que manteria a disposição analítica.

No século III a presença de Tito Lívio se limitaria quase que só aos historiadores que extraíam partes ou resumiam a sua obra. Daquele período temos registro do uso de sua obra

⁴² SIERRA, 1997, p.108

pelo grego Dión Cássio, em sua *História Romana*, e nos fragmentos de um rolo de papiro com índices dos livros XXXVII-XL e XLVIII-LV, o chamado *Epítome de Oxyrrinco*. Do século IV temos as *Periochae*, os anônimos *Origo gentis Romanae* e *De Viris Illustribus* e os “*Breviários*” de história de Roma de Eutrópio e Rugio Festo, parcialmente derivados de Lívio. No século V encontramos a *História contra os gentios*, de Osório, o *Liber prodigiorum*, de Julio Obsecuente. A *Crônica* de Casiodoro já pertence ao século VI. Havia um debate entre os autores e anônimos da tradição liviana entre si e com o texto original de *Ab Urbe Condita* a respeito da existência de um epítome do século I como fonte intermediária comum.

Fora estas obras que nos reportam a permanência da obra liviana, acredita-se que seus livros permaneceram, desde meados do século II, dormindo o “sono dos justos nas estantes das bibliotecas” (SIERRA, 1997, p. 112). Somente no final do século IV temos notícias de leituras diretas de Tito Lívio por alguns autores pagãos, como Amiano Marcelino e Claudiano.

Nos últimos anos do século IV nasce entre os círculos senatoriais o desejo de fazer renascer a cultura pagã e as antigas tradições romanas para fazer frente ao cristianismo. Tito Lívio e outros autores clássicos tiveram sua obra revalorizada. As *Saturnálias* de Macróbio, movimento que promove diálogos entre personalidades, captaram o ambiente intelectual do momento. Dentre os participantes desse ciclo encontrava-se Q. Aurélio Símaco, responsável pela tradição Simaquiiana, uma compilação de toda a obra de Lívio, sobre a qual falaremos mais à frente.

Não se sabe ao certo quando se perdeu a maior parte da obra de Tito Lívio. Devido à abundância de textos da Antiguidade tardia, bem como a citações como a da carta do papa Gelásio, de 496, ou de Prisciano, no século VI, procedentes de livros que não chegaram até nós, acredita-se que o texto de *Ab Urbe Condita* se conservou completo até o início da Idade Média. A transmissão dos textos clássicos latinos teve seu período mais crítico durante os “séculos obscuros” (SIERRA, 1997, p. 114), entre 550 e 750, e, por várias razões, acredita-se que foi também neste período que se perderam os livros de Lívio. Corriam, entre os humanistas italianos, os rumores de que o papa Gregório Magno (590-604) incendiou a Biblioteca Palatina, e mandou queimar todos os manuscritos de Lívio que pudessem ser encontrados.

Porém, a reforma cultural promovida por Carlos Magno trouxe à luz novas cópias de muitos dos clássicos latinos, por volta do final do século VIII. No caso de Tito Lívio, muitas cópias e trechos de códices contribuíram para a transmissão do texto. Entre os séculos VII e X

vários manuscritos foram utilizados para a recomposição do texto.

Na baixa Idade Média Tito Lívio não foi um dos autores mais divulgados, somente nas primeiras décadas do século XIV, em Avignon, houve maior empenho em estudar sua obra. Petrarca passou parte de seu tempo ajudando Raimondo Subirani na exegese de *Ab Urbe condita*. A estes dois se ajuntavam outros aficionados por Tito Lívio, dentre os quais Nicolas Trevet, Landolfo Colonna e Pierre de Bersuire. Graças a ele Tito Lívio entrou na Era Moderna.

Lívio foi “autor da moda” (SIERRA, 1997, p. 118) nos ambientes humanistas italianos no século XV, e emendar seu texto era uma fixação entre os eruditos. Reis, príncipes, duques, papas, cardeais, bispos, banqueiros e comerciantes encarregam os melhores copistas de lhes garantirem o seu Tito Lívio. Seriam os motivos deste interesse a atração pelo autor, o prestígio de tê-lo na estante ou o simples prazer de colecionadores? O que se sabe é que Tito Lívio e a história romana ocuparam os melhores talentos daquele período. Porém, apenas em 1773 J. P. Bruns publicou um fragmento do livro XCI, descoberto em um palimpsesto vaticano no ano anterior, completando o texto que hoje conhecemos.

O estabelecimento do texto de Tito Lívio tem alguns momentos marcantes a partir do século XVII. Em 1645 Gronovio lança uma edição crítica, marco neste processo. No século seguinte, a monumental edição de Drakenborch recolhe em suas notas e apêndices os resultados mais interessantes de quatro séculos de trabalhos sobre *Ab Urbe condita*. Um grande avanço no estudo científico dos manuscritos e na crítica filológica foi verificado no século XIX, por obra de Alschefsky e Madvig. Os séculos XX e XXI têm assistido à permanência da obra e sua tradução para diversas línguas ao redor do mundo.

3.5 A tradição manuscrita

A tradição manuscrita de Tito Lívio varia segundo as diferentes partes de sua obra. Não há testemunhos precisos sobre a origem do texto da terceira, quarta e quinta décadas. Com relação à primeira década há mais informações. Durante o período Carolíngio foram feitas muitas cópias, as quais foram beneficiadas por terem sido feitas de forma cuidadosa. Este cuidado se deve ao fato de haver na região, a partir do século I de nossa era, uma ligação mística com as origens de Roma, cada vez de forma mais sensível. Depois do século IV esta

ligação se transformou em uma espécie de “terna nostalgia”.

3.6 Os manuscritos da primeira década

Os manuscritos da primeira década são numerosos, e muitos são mesmo muito antigos: O *Veronensis* (*V*) remonta ao século IV; o *Thuaneus* (*T*) remonta provavelmente ao século VIII; o *Floriacensis* (*F*) ao IXº; o *Parisiensis* (*P*), o *Einsiedlensis* (*E*), e o *Harleianus* (*H*) ao Xº; o *Mediceus* (*M*) e mesmo o *Bambergensis* (*B*), talvez também. Alguns estudiosos da obra de Tito Lívio estudaram, recensearam, agruparam cuidadosamente alguns manuscritos. Este trabalho foi realizado particularmente por Alschefski (mss. *M* e *P*) em 1874, Th. Mommsen (*V*), em 1868, Hággröm (*U*), em 1874 e sobretudo por Frigell com relação aos três primeiros livros (mss. *M*, *P*, *R*, *U*, *D* e *F* particularmente, e dez *deteriores*). Os manuscritos *B*, *E*, *D*, *H* e *O* receberam tal tratamento, de forma completa, pela primeira vez, graças ao trabalho de R. S. Conway e C. F. Walters, em uma edição da Oxford, base da edição crítica da Belles Lettres (TITO LÍVIO, 1947).

Desconsiderando-se as lições originais, hoje desaparecidas, existem atualmente quinze manuscritos da obra de Tito Lívio, os quais serão listados abaixo:

A. – O *Aginnensis* (museu Britânico, *Harl.* 2493), passado da biblioteca dos Jesuitas de Agen à dos condes de Oxford, contém o conjunto que nos chegou de Tito Lívio. Ele foi iniciado por volta da metade do século XIII, na Itália, e foi finalizado no século XIV.

B. – A datação do *Bambergensis* (biblioteca de Bamberg, ms. Class. 34, M. IV. 8), é controversa. Acredita-se que tenha sido um dos manuscritos “qui avaiant été mis de côté à Plaisance “(TITO LÍVIO: 1947. pág. LXXIX) para o imperador Oto III (983-1002), uma cópia escrita sobre um outro manuscrito, de Henri II (1002-1024), filho de Oto, ao fim do século XI. O *Bambergensis* termina no livro VII, e os copistas que o escreveram foram muito escrupulosos. Ele não contém correções, a não ser aquelas de primeira mão.

D. – O *Dominicanus* (biblioteca Laurenciana, Florença, *Cod. S. Marci* 326) do século XI ou XII, pertenceu originalmente ao mosteiro dominicano de Saint-Marc, em Florença. Neste manuscrito reconhece-se a mão de quatro escribas, sendo uma mais arcaica que as outras três.

E. – O *Einsiedlensis* (biblioteca da abadia beneditina de Einsiedeln, Suíça, 348),

manuscrito do século X, é composto por dois fragmentos desiguais sobre duas colunas, apresentando, entre outros fragmentos, o começo do livro I.

F. – O *Floriacensis* (biblioteca Nacional, Paris, 5724 Lat.), do século IX, é um belo manuscrito que já pertenceu à abadia de Fleury (ou Saint-Benoît-sur-Loire). Este manuscrito contém toda a década, com duas colunas não assinaladas no texto (IV, 21, 6 – IV, 50, 4 e X, 34, 6).

H. – O *Harleianus prior* (Museu Britânico, *Harl.* 2672; 70b), do fim do século X, foi doado pelo cardeal Nicolas de Cusa (morto em 1464) ao hospício de Cusa, na diocese de Trèves. Apresenta escritura alemã, feita por diferentes mãos. Contém os oito primeiros livros, até VIII, 40,5: *illis scriptor*.

L. – O *Leidensis* (biblioteca da Universidade de Leyde, 6 A), do início do século XI, comporta treze cadernos e contém toda a década. Aparentemente nunca foi corrigido.

M. – O *Mediceus* (Florença, biblioteca Laurentiana, Plut. LXIII, 19), do final do Xº ou início do XIº século, está escrito em duas colunas, em vinte e sete cadernos, por pelo menos três escribas escrupulosos. O seu nome vem do primeiro escriba (I, 9, 15 – III, 71,8, talvez também IV, 21,4 – V, 7,7 e VIII, 14, 1 até o fim), *Leo Diac(onus)*. Algumas correções levam a supor que **M.** sofreu interferências de outro manuscrito (do grupo **P²FBSU**). A preeminência creditada a este manuscrito sobre os outros é motivo de discussão, sendo creditada ao seu isolamento.

O. – O *Oxoniensis* (biblioteca Bodleiana, Oxford, 20 631), do começo do XI, proveniente do colégio dos Jesuítas de Clermont. Escrito por várias mãos, sua grafia deriva do “scriptorium” de Fleury. Mutilado, termina bruscamente no livro X, 22, 2 (*adminiculum*). Walters reconheceu nele traços que permitem se afigurar o arquétipo em escritura uncial, fonte dos manuscritos “symachianos”.

P. – O *Parisiensis* (Biblioteca Nacional, Paris, 5725 Lat.), data do início do século X, é o mais antigo dos manuscritos depois dos palimpsestos de Verona (*V*) e o *Floriacensis* (*F*), sobre os quais leva a vantagem da integridade e por ser o mais “original”, junto com o *Mediceus*.

P². – Este é um exemplar de referência, do qual se serviu o revisor de **P** (talvez o chefe do *scriptorium*).

R. – O *Romanus* (biblioteca do Vaticano, 3329) parece ser de meados do século XI.

Conway reconhece neste manuscrito quatro letras diferentes. No livro V a ruptura da unidade do manuscrito se torna clara, com uma página e meia em branco. Um corretor do século XIV a rasurou seriamente, tornando impossível ler o texto primitivo.

S. – O *Sorbonicus* (biblioteca Nacional, Paris, 16023, Nouv. fonds lat.), belo manuscrito do início do século XIV ou do fim do XIII. Pertenceu à biblioteca da Sorbonne.

T. – O *Thuaneus* (biblioteca Nacional, Paris, 5726 Lat.). Conway data o manuscrito na primeira metade do século X, mas C. H. Beeson e E. K. Rand dizem que ele remonta ao fim do século VIII ou começo do IX. Descende de um original em capitais rústicas, através de uma cópia em unciais (talvez espanhola), e de uma outra, irlandesa, que seria o seu modelo direto. Contém apenas os livros VI-X, dos quais é o texto mais antigo, embora termine em X, 46, 6.

U. – O *Upsaliensis* (biblioteca da Academia, Upsal, C. 908) é do fim do século X, ou talvez do século XI. Tem duas grandes mutilações (I, 56, 4 – II, 1, 10 e X, 38, 9), reparadas por um escriba do século XIV. O escriba original fez inúmeras correções no texto.

3.7 A tradição simaquiana

A tradição simaquiana, designada por Σ , originou-se de um trabalho feito pela poderosa família de Símaco, no fim do século IV e início do século V. Este trabalho constou da revisão de todos os manuscritos citados acima, salvo o *Veronensis*.

Uma carta de Q. Aurelios Símaco Eusebio, o grande Símaco, datada de 401, relata a Valeriano a empreitada assumida com relação à obra de Tito Lívio. Naquela ocasião, com relação à primeira década, os trabalhos já haviam findado, e teriam ficado a cargo de um certo Victoriano, *uir clarissimus*.

Símaco não quis apenas assegurar a ele mesmo um Tito Lívio correto, ele visava à divulgação, ou à edição podemos dizer, do texto “emendado”.

Há uma outra tradição de manuscritos, oriundos da família de Nicômaco Flaviano O Jovem, que desperta discussões sobre sua origem. Seriam eles novos manuscritos ou cópias daqueles feitos por Victoriano? Jean Bayet não fecha esta questão (BAYET, 1947, p. XCIV).

Frigell classificou de forma racional os manuscritos de origem simaquiana. Ele os

dividiu entre os que provêm de um modelo italiano, ou *Cisalpini* (**D** e **R**, por exemplo), e aqueles cuja origem está ligada a um exemplar gaulês, ou *Transalpini*, (**F**, **P**, **U**). Segundo ele, o Mediceus (**M**) se relaciona com os *Cisalpini*.

Conway e Walters distinguem **M** das duas famílias, ligando claramente **A** aos *Cisalpini*. O primeiro grupo (*Cisalpini*) é então constituído pelos manuscritos **A**, **D**, **L**, **R**²; o segundo (*Transalpini*), pelos manuscritos **B**, **F**, **P**, **U**³; os arquétipos diferentes estavam previstos por **M-v**, por E-O (o) e por H-T, sem que fosse preciso relacioná-los aos outros grupos precedentes.

A. G. Amatucci assegurou que o arquétipo EO deveria ser um dos mais antigos manuscritos do ramo transalpino, não tão antigo quanto o arquétipo HT, e talvez tanto quanto o Mv, que representariam o estado da família simaquiana antes que ela fosse cindida para formar os dois ramos assinalados por Frigell.

3.8 Fontes, estrutura, características

A erudição foi uma das principais características dos autores da Antiguidade, e a procura por fontes confiáveis foi sempre um dos pilares da obra dos historiadores. Em razão desse apreço pela informação segura os próprios historiadores antigos se tornaram fontes confiáveis sobre a história greco-romana, particularmente quando o objeto de estudo são as lendas. As principais fontes literárias sobre o tempo dos reis romanos, consideradas pelos estudiosos e críticos a partir do século XVIII, são os analistas, como Fabio Pictor, conhecido por seus derivados, e Tito Lívio e o grego Dionísio de Halicarnasso (PEREIRA, 2002, p. 19). A probidade com que Tito Lívio reproduziu suas fontes sobre a história romana permite ao historiador moderno reconstituir com detalhes o curso dos acontecimentos e a realidade histórica romana, com perspectivas e aspectos alheios à consciência do próprio historiador antigo (SIERRA, 1997, p. 95). Pierre Grimal corrobora a opinião de Sierra, ao recorrer ao historiador paduano para construir a narrativa do primeiro capítulo d' *A Civilização Romana*. A narrativa liviana apresenta os personagens com a “máxima evidência e concretude possível”, as descrições de cenas são tão realistas que Moreschini se pergunta onde Lívio poderia ter lido sobre tais pessoas e cenas, em qual crônica, em qual narração analística (MORESCHINI, 1998, p. 153).

A tradição grega considerava que o historiador deveria escrever sobre o que viu.

Diodoro da Sicília (90 - 30 a.C.) nos relata sobre a “abundância de material existente em Roma”, onde passou em sua peregrinação para coletar informações:

4. (1) (...) percorremos boa parte da Ásia e da Europa, para conhecermos com nossos próprios olhos os detalhes mais numerosos e necessários; pois, graças ao desconhecimento dos locais, muitos erros foram cometidos pelos historiadores inexperientes, mesmo por alguns que, pela fama, foram alçados ao primeiro plano! (2) Como ponto de partida deste empreendimento, contamos principalmente com o desejo que incita ao trabalho, graças ao qual se realiza o que a todos os homens parece impossível, e, em seguida, também com a abundância de material existente em Roma, adequado ao projeto que propomos. (Biblioteca Histórica 1, 4)

Tito Lívio conhecia Roma, pois ali viveu por aproximadamente quarenta anos, mas os monumentos arquitetônicos e mesmo outras fontes arqueológicas tais como moedas e fontes iconográficas não foram a sua principal fonte de consulta, o historiador paduano não foi o que hoje chamaríamos “um turista apaixonado”, ele não se preocupou em visitar os lugares e monumentos relativos aos fatos constantes em suas narrativas. Além disso, um historiador da Antiguidade não tinha conhecimentos científicos necessários ao trabalho arqueológico como concebemos atualmente, faltavam-lhe instrumentos adequados para tal. Tito Lívio valeu-se mais da tradição oral e dos relatos dos analistas, sendo que em vários casos ele recorreu aos monumentos, os quais serviram pelo menos para sugerir os eventos que representavam (SOLINAS, 2000, p. 22).

A maior fonte de informações de Lívio veio dos *annales*, principalmente dos *Annales Maximi*, “fonte preciosa para Lívio” (SOLINAS, 2000, p. 15). “Lívio não tinha o hábito de andar consultando os documentos”, e tal atitude, embora sendo uma de suas características metodológicas pessoais, alinha-se inteiramente ao tipo de história que se produzia na época: a história romana arcaica baseava-se inteiramente, ou quase, sobre a narração dos *Annales* (MORESCHINI, 1998, p. 137; WALSH, 1982, p. 1065). Por isso mesmo os *Annales* são a base mais idônea para se interpretar corretamente o projeto historiográfico de Lívio (SIERRA, 1997, p. 49). Particularmente para a primeira década, Tito Lívio ateve-se aos textos mais recente dos *annales* (SOLINAS, 2000, p. 19).

Os *Annales* começaram a ser escritos desde os primórdios da cidade, segundo a tradição antiga, sendo que a crítica moderna os data de 400 ou 300 a.C. A sua redação era uma das atribuições do pontífice máximo, a quem cabia registrar os principais acontecimentos ocorridos ao longo do ano, daí a sua denominação *annales*, que indica a narração dos fatos ano após ano. Naqueles textos figuravam os nomes dos cônsules do ano e um resumo do que ocorrera durante o seu mandato, assim como notícias sobre eclipses, carestias e outras

informações sobre a vida na cidade, além de narrações sobre guerras, leis, decretos do Senado, etc. Por volta de 120 a.C. os *annales* foram destruídos por um incêndio, e em 88 a.C., talvez ampliados com dados de outros arquivos, foram reconstituídos pelo pontífice Múcio Scévola e publicados sob o nome de *Annales Maximi*, uma espécie de crônica oficial do Estado romano (SIERRA, 2000, p. 52; MARTIN; GAILLARD, 1990, p. 112).

Havia outros arquivos em Roma, além dos *annales*, e com certeza guardavam informações desde os primeiros tempos da cidade. Porém, com exceção de arquivos privados, pertencentes a algumas famílias, muitos se perderam no grande incêndio provocado pela invasão dos gauleses, ocorrida no ano 390 a.C. Graças aos incêndios – uma vez que o do ano 120 a.C. também consumiu os *annales* – os historiadores romanos jamais tiveram acesso aos documentos contemporâneos dos primeiros séculos de Roma.

O que se sabia sobre os primeiros séculos de Roma, pelo menos até o surgimento da República, eram as histórias preservadas e cultivadas pela tradição oral, um “tecido de fábulas”(BAYET, 1934, p. 235). A literatura foi a mais acessível fonte de consulta para Lívio (WALSH, 1982, p. 1065), e ele soube usá-la na construção de seu texto, tornando-o abundante de beleza e informações. Porém, segundo Quintiliano, “nem a célebre abundância láctea de Tito Lívio instruirá suficientemente quem procura não a beleza da exposição, mas a confiança” (*Instituições Oratórias*. 10, 32). E ainda hoje os críticos apontam as falhas de Tito Lívio como pesquisador, e mesmo como intérprete de fontes. Mas há aqueles que o defendem, tanto procurando evidenciar as diferenças existentes entre o fazer história hoje e no tempo de Lívio (WALSH, 1982, p. 1063; GARDNER, 1984, p. 53), como procurando rastrear e identificar o método de trabalho do historiador paduano. Gardner afirma que a atitude de Lívio para com suas fontes é, à vezes, deturpada, principalmente quando o julgam grosseiramente ingênuo, como julgam também a Heródoto. Para aquele autor, Tito Lívio “faz todo o possível para agir criticamente”. Diante do “amontoado de lendas” que tinha à sua disposição, Lívio decidia por aquelas que eram ou não dignas de confiança. A partir de então, o historiador passava a reproduzi-las, alertando o leitor sobre o fato de não estar certo sobre a verdade que elas poderiam conter. Tito Lívio insistia em declarar que as tradições relativas aos eventos anteriores à fundação da cidade seriam “mais fábulas que verdadeiras tradições” não podendo ser confirmadas nem aprovadas, e que tais tradições seriam ali reproduzidas por revelarem uma tendência para engrandecer a origem da cidade, ao misturarem ações divinas com ações humanas (GARDNER, 1984, p. 53). Porém, ainda segundo Gardner (1984, p. 54), chegando ao momento da fundação de Roma, Tito Lívio aceita as tradições tal e qual as encontra, tentando, de forma ligeira, atingir a crítica histórica. Ele não se preocupa em

descobrir como a tradição evoluiu até o momento em que a utiliza, não a reinterpreta, apenas a aceita, reproduzindo-a de boa fé.

Tito Lívio recolhia, ordenava e desenvolvia pessoalmente o seu material de consulta, formado por documentos oficiais, informações orais e a sua própria memória (SYME, 1998, p. 67). Outra característica do seu método de consulta e uso de fontes era o fato de se ater a uma única fonte, enquanto essa lhe fosse oportuna. Isso não significa, entretanto, que ele não tivesse consultado outros historiadores e analistas, dentre os quais figuram Cláudio Quadrigario, Fábio Pictor, Licínio Calpurnio Pisão, Cincio Alimento, Valério Antias, C. Licínio Macer e Q. Aelius Tubero, dentre outros (MORESCHINI, 1998, p. 126; OLGIVIE, 1965, p. 6). Geralmente Tito Lívio cortejava dois ou três autores por vez, ocasionalmente uma versão de um fato poderia ser compartilhada com vários outros, embora também acontecesse de haver versões distintas retiradas de um só autor. Raramente Lívio menciona mais de três autores, mas ocasionalmente citava quatro (SIERRA, 1997, p. 86).

As fontes deveriam servir como suporte às intenções de Lívio, ou seja, deveriam concorrer para a descrição da cena ou construção do exemplo e situação que ele tinha em mente:

Lívio se serve das várias fontes escolhendo ora uma ora outra, segundo a sua sensibilidade e a idéia que ele tinha sobre a verdade histórica. Talvez fizesse alguma crítica aos predecessores, taxando, por exemplo, Fábio Pictor de pouca precisão, Célio Antipatro de escasso senso de medida e releva as lacunas de Valério Anziate. Não nos explica, porém, os motivos desses juízos, porque ele ignorava o método – absolutamente obvio e imprescindível para os historiadores modernos – de confrontar as várias fontes e de certificar-se da sua autenticidade com uma análise crítica fundada sobre o exame de fontes documentais originais, inclusive aquelas arqueológicas.⁴³

Primeiramente ele expõe um fato, um acontecimento, e para isso, tanto quanto seja verossímil, ele segue com fidelidade tudo o que encontra em sua fonte; ao fim da narração introduz a sua consideração pessoal, de caráter político, religioso, moral, oportunamente cita também as opiniões de outros escritores, quando essas divergem daquela da fonte principal.⁴⁴

Será justamente nesses momentos de confronto entre opiniões diferentes, quando às vezes Tito Lívio abandona certas fontes por preferir outras, que encontramos a crítica que ele faz aos seus predecessores (MORESCHINI, 1998, p. 135). Cabe ressaltar aqui que não se trata de uma crítica aos moldes do que se faz atualmente. Não era comum o nome de outros autores aparecerem em uma obra histórica, “pois os grandes expoentes da historiografia romana não se deram ao trabalho de cotejar o que produziam em relação aos seus pares. As referências,

⁴³ SOLINAS, 2000, p.20

⁴⁴ MORESCHINI, 1998, p.129

quando existem, possuem na maior parte das vezes o sabor de uma certa forma autopromocional” (SILVA, 2001, p. 31).

Numerosas passagens dos *Ab Vrbe condita libri* testemunham que Tito Lívio foi um historiador sério: ele se ressentia da falta de informações, das incertezas trazidas pela tradição, mostra-se sempre disposto a investigar a verdade, quando há alguma esperança de alcançá-la. Em casos de suspeita, recorre sempre a autores mais próximos dos fatos, não se deixa levar por invenções, nem suprime fatos que reconhece não lhe agradarem. Ele demonstrou ter conhecimento das debilidades de suas fontes, pois:

(...) não oculta sua indignação perante falsidades flagrantes (III 5, 12; XXVI 49,3); é consciente de que alguns fatos são produto da fantasia dos historiadores para acrescentar dramaticidade ao relato (V 21,8; VIII 6,3; XXIX 27,3); critica os falseamentos da tradição ditados pelos interesses ou orgulho das famílias (VII 9,5; VIII 40), e reconhece uma duplicação dos mesmos fatos (XXIII6-8). Finalmente, quando entre duas ou mais versões em litígio se decide por uma, sujeita sua eleição a um certo método: seus critérios são o maior número de autores e a maior proximidade temporal dos fatos.⁴⁵

Mas Tito Lívio era um historiador do seu tempo, e estava sujeito aos mesmos erros que viu e criticou em seus pares. Walsh (1982) e Sierra apresentam um exemplo de distorção das fontes analíticas para beneficiar o projeto de Lívio: as informações sobre os processos que levaram às guerras púnicas foram alteradas de modo a fazer entender que os cartaginenses foram os responsáveis pelas mesmas, ao não respeitarem tratados firmados com Roma, quando na verdade ocorrera o contrário. Ao apresentar as passagens onde se verificam as distorções, Walsh (1982, p. 1062) sentencia:

Esses dois exemplos da terceira década refletem a proposital distorção das fontes de Lívio. Eles desavergonhadamente alteram cada documento com o propósito chauvinista de transferir toda a culpa pelo começo das duas guerras de Roma para Cartago.⁴⁶

Tais deformações da história são vistas hoje como o efeito de “uma ideologia que existia já há três séculos” antes de Lívio, mas que mesmo assim permitiram que Calígula o denominasse como “um historiador pouco acurado” (MORESCHINI, 1998, p. 131). E para

⁴⁵ SIERRA, 1997, p.89

⁴⁶ WALSH, P.G. *Livy and the aims of 'historia'*. An analysis fo the third decade, *Aufstieg und Niedergang der römischen welt: Geschichte und Kultur Roms im Spiegel der neuren Forschung*, I. Berlim – Nova Yorque, Walter de Gruyter, 1982. pg. 1062

além das questões ideológicas, alguns críticos contemporâneos vêem o mérito de Tito Lívio justamente na sua ousadia de querer construir uma obra tão grandiosa com os poucos recursos que possuía. Para Gardner (1984, p.56),

Tito Lívio lançou-se a uma empresa verdadeiramente grande, mas falhou nela porque o seu método era demasiado simples para vencer a complexidade da matéria a tratar. A sua narrativa da história antiga de Roma está demasiado profundamente (sic) impregnada de elementos fabulosos (...).⁴⁷

É fato “inquestionável” que Tito Lívio reproduziu “falsificações sistemáticas” de tipo patriótico, forjadas nas fontes que utilizou (WALSH, 1982, p. 1061). Esse procedimento se justifica em função de seu projeto que visava o cidadão romano e a sua formação ético-política (MORESCHINI, 1998, p. 120). A história construída por Lívio era uma história exemplar, e por isso nem sempre os fatos poderiam ser utilizados tal como se apresentavam em suas fontes, particularmente porque as fontes fornecidas pelos analistas não se adequavam aos seus propósitos. Tito Lívio queria uma história baseada em temas, em exemplos, e as tradições da história de Roma, cujos eventos estavam listados segundo o método dos *annales*, ano após ano, e não relatados por largos períodos, acentuavam o caráter essencialmente fragmentário do material. (OLGIVIE, 1965, p. 18). A isso se somava outra dificuldade, uma vez que Lívio não podia

(...) modificar ou revisar os dados que encontrava em suas fontes de consulta, de modo a produzir uma narrativa coerente sobre os primeiros tempos, apenas os organizava de um modo particular como ilustrações para verdades morais – *omnis exempli documenta in inlustri posita monumento*. Repetidas vezes, ele dava aos acontecimentos uma unicidade, transformando-os em parábolas morais.⁴⁸

Assim sendo, Lívio se viu obrigado a reinterpretar constantemente o passado, particularmente o passado longínquo. A interpretação da história como um processo evolutivo, a perspectiva de apresentar um desenvolvimento ligando a época monárquica ao período de Augusto foram abandonadas em detrimento de uma história estruturada a partir de exemplos. O livro I, que tem como objetivo apresentar os traços gerais da romanidade, apresenta para os contemporâneos de Rômulo características que só existirão nos romanos nascidos mais de cinco séculos após a fundação da cidade. A lenta formação política e social

⁴⁷ GARDNER, op.cit. p. 56

⁴⁸ OLGIVIE, op.cit., p. 18

do Estado romano, a consolidação da religiosidade, e mesmo as características da monarquia, observáveis e compreensíveis somente através das lentes do tempo, aparecem em seus livros já consolidadas nos primeiros tempos de Roma. Merecem destaque a leitura e descrição que Lívio faz da história da realeza romana, claramente influenciadas por uma concessão histórico-política greco-romana adaptada pelos *annales*. O segundo livro é guiado pelo ideal da *libertas* republicana, o terceiro e o quarto pelo ideal da *modéstia* (ou moderação), e o quinto pelo ideal da *pietas* (MORESCHINI, 1998, p. 120). As principais fontes de Lívio eram os textos dos *annales*, os quais foram produzidos com a intenção de registrar as ocorrências do ano, sem nenhuma preocupação com a interpretação dos mesmos, particularmente a interpretação almejada por Lívio: identificar aspectos éticos, morais, políticos, religiosos, enfim, exemplos para o cidadão romano do fim da República. Esse objetivo de Lívio, o interesse ético e didático pela história, segundo (SIERRA, 1997, p. 55), alinha o historiador paduano com a historiografia helenística.

Um dos recursos utilizados por Lívio para compor uma narrativa que contivesse os exemplos que muitas vezes não estavam nos fatos tal qual as fontes lhe forneciam era a criação de discursos, através dos quais dava vida e voz aos personagens. Cenas e situações não eram descritas ou narradas em terceira pessoa, eram compostas muitas vezes por aqueles que delas faziam parte, através de suas próprias palavras.

Por na boca dos personagens históricos discursos fictícios era uma prática habitual nos historiadores antigos, que os utilizaram como meio para muitos e distintos fins. Lívio, cuja eloquência foi o que mais causou admiração nos antigos, os utiliza para caracterizar seus personagens, ressaltar a importância de um momento histórico, ou descrever indiretamente uma situação. Secundariamente, como veículo de uma mensagem moral, ou política, contribuem para manter tensos na mente do leitor os fios da história romana graças ao abundante uso do *exemplum*, e cumprem a função estrutural pelos livros em que aparecem ou o lugar que ocupam neles. Não são um puro adorno retórico, ainda que alguns sejam incongruentes com as circunstâncias em que são pronunciados.⁴⁹

Os discursos permitiam ao historiador o privilégio de expressar, tão bem ou melhor que através de uma pintura, o que são os homens: o que eles dizem, o modo como eles o dizem, e as suas próprias palavras revelam aspectos de sua personalidade, tudo isso ao preço de um esforço de criação literária que não é composto apenas de virtuosismo retórico. Escrever utilizando o discurso era um artifício constante na historiografia antiga, fazia parte do gênero. Ao longo dos seus livros conservados Tito Lívio nos apresenta mais de quatrocentos trechos

⁴⁹ SIERRA, op. cit. p. 103

em forma de discurso (MARTIN; GAILLARD, 1990, p. 127), e de um modo geral eles vêm auxiliar o escritor a

mostrar como, em um momento capital, uma personalidade se revela frente a uma situação. A alternância entre o estilo indireto e o estilo direto não obedece somente às regras de *variatio*: ela faz a ligação, geralmente de forma muito sutil, entre os momentos de menor intensidade, onde se exprimem as opiniões coletivas (feitas com violência !), e os momentos onde os “líderes” usam de toda a sua passionalidade sobre o acontecimento.⁵⁰

O recurso ao discurso trazia outros benefícios além da possibilidade de deixar que os próprios personagens esprimissem sua personalidade e vivência dos fatos narrados. Ele permitia também ao historiador um maior espaço de intervenção no contexto narrativo, apresentando a sua interpretação pessoal dos eventos, sem, aparentemente, opinar sobre eles e também sem trair a verossimilhança dos fatos, elemento tão caro a Tito Lívio (MORESCHINI, 1998, p. 149). Também o leitor se beneficiava com esse método, uma vez que caberia a ele interpretar a fala do personagem, formando a sua opinião de modo autônomo (MORESCHINI, 1998, p. 119). O resultado dessa construção narrativa é a “ilusão da verdade”, no dizer de Bayet (1934, p. 242) ao analisar a forma como Lívio desenvolve as características dos protagonistas: ao curso de ações variadas, misturando-as à marcha dos acontecimentos, ajuntando-as à evocação das emoções coletivas, dos movimentos da multidão. É aí que Tito Lívio manifesta a sua mais forte originalidade. Tito Lívio compreendeu que o segredo do sucesso profissional consistia em viver em imaginação (e levar seus leitores a viver também) na mesma época que os homens do passado (JAL, 1990, p. 46).

Mais uma vez vemos Lívio conseguir aliar seu método de construção da narrativa da história de Roma ao seu propósito de oferecer aos romanos uma obra ético-didática. Ao incrustar os discursos em seus textos, Lívio evitava o perigo de provocar uma ruptura no tom da narrativa, ao mesmo tempo em que criava literatura digna de elogios, como se pode observar no trecho abaixo:

Constituindo um elemento de particular sofisticação retórica, o estilo do discurso liviano (assim como, de resto, aquele dos outros historiadores) é particularmente elaborado sob o ponto de vista literário. Por esse motivo ele se tornou famoso já na Antiguidade; Quintiliano lhe elogiou a eloquência inimitável (X, 1, 101), e seguramente via em Lívio uma leitura que, no âmbito da história, disciplina por ele considerada particularmente útil ao orador, contribuiria mais ainda para a sua

⁵⁰ MARTIN; GAILLARD, op. cit., p. 127

formação.⁵¹

Outro aspecto do texto liviano que também suscitou elogios já na Antiguidade é a composição de episódios, através dos quais Lívio elabora em profundidade a narração de acordo com os princípios da historiografia helenística e é capaz de integrar as cenas ou episódios em vastos conjuntos narrativos, e estes, por sua vez, na estrutura que compõe o livro. A construção episódica foi uma forma através da qual Lívio conseguiu impor seu estilo sobre o material onde encontrou suas fontes de informação: o episódio permite a construção dramática da história, é uma ação unitária com planejamento, nó e desenlace (SIERRA, 1997, p. 101).

Formalmente, o episódio é marcado por formas típicas de encabeçamento e conclusão, sendo os mais importante, revestidos de uma certa solenidade. Frequentemente a frase inicial é revestida com a forma de uma máxima que introduz um exemplo, ou que contenha um elemento de suspense ou de segredo que será revelado. Quando a ação é interrompida por um corte analítico ou por uma informação de outro caráter, Lívio reforça sua continuidade reatando-a com algo novo que aumenta o interesse ou a tensão.⁵²

Com relação à composição dos livros percebe-se uma variação ao longo das décadas, não parecendo, à primeira vista, que Lívio obedeça a nenhum propósito de composição literária. Na primeira década os livros I-V são mais extensos, os livros VI-X mais breves, em aparente correlação com o caráter do conteúdo: política interna nos primeiros, relatos militares nos segundos. O livro I é o único no qual Tito Lívio parece ter conseguido cumprir o desejo da historiografia retórica, qual seja, o de que cada livro tivesse o seu tema, sua própria unidade do ponto de vista do conteúdo. A partir do livro II a composição dos livros segue o modelo dos *annales*, com a narrativa se pautando pela cronologia anual, talvez devido ao fato de Lívio ter respeitado a tradição ou ter se adaptado convenientemente às suas fontes. Os livros da primeira década ainda se apresentam como unidades temáticas, mas , particularmente a partir do livro XXI esse caráter se perde, e a obra se desenvolve plenamente sob o esquema dos *annales* (SIERRA, 1997, p. 99).

⁵¹ MORESCHINI, op. cit., p. 150

⁵² SIERRA, op. cit., p. 101

4 O LIVRO I DO “AB VRBE CONDITA”

4.1 Características do livro I

O livro I da obra *Ab Urb Condita Libri* possui algumas características que o diferenciam dos outros livros de Tito Lívio. Em primeiro lugar, é o livro que cobre o maior período da história de Roma, constituindo uma unidade narrativa completa. O livro I começa descrevendo fatos anteriores à fundação de Roma, mais precisamente pela aventura de Enéias, sobrevivente da Guerra de Tróia, e se conclui com a saga de Tarquínio Soberbo, o último rei do período monárquico, terminado no século V a.C. Embora se estenda no tempo, se estrutura sobre um tema geral, a construção da base da grandeza de Roma, e se organiza em torno da história dos descendentes de Enéias, dentre os quais estão Rômulo e Remo, fundadores de Roma, seguindo depois os reis romanos e seus feitos, até o declínio da monarquia. Tito Lívio distingue cada rei pelos traços mais marcantes de sua personalidade e também pelo seu papel na construção da cultura e do Estado romanos, sempre de acordo com a tradição. Dessa forma Rômulo se destaca pela sua habilidade militar, Numa pela criação das regras religiosas nos tempos de paz, Túlio pela sua ferocidade, Anco Márcio pelo estabelecimento das cerimônias de guerra. Sérvio Túlio fundou a ordem social, e o último Tarquínio foi marcado pela soberba. Observa-se ainda, na construção dos caracteres dos reis, que Tito Lívio aceitou a filosofia geral da deterioração da monarquia.

Na medida em que discorre sobre os primeiros reis de Roma, Lívio apresenta alguns episódios que marcaram a construção da romanidade. No primeiro livro encontramos vários dos principais personagens de toda a obra liviana, cuja lembrança o historiador paduano engrandeceu e legou para a posteridade. A construção dos episódios tem como característica a narração consolidada e desenvolvida em torno de um núcleo central, núcleo geralmente constituído por um personagem que “tem a função de se constituir em um *exemplum*, ou seja, a construção artística se coaduna com o propósito moralizante” da obra de Tito Lívio (Introdução, 2007, p. 8). Em vários momentos os personagens assumem a narrativa, pois Tito Lívio recorre aos discursos, em forma direta ou indireta. Tal recurso permite a construção da psicologia individual dos personagens, os quais encarnam uma ou mais virtudes antigas, ou, pelo contrário, vêm servir como modelos negativos para exemplificar os males que Lívio enxergava em sua época.

Um dos principais problemas enfrentados por Tito Lívio para compor o primeiro livro foi justamente a falta de documentos e fontes originais para os fatos narrados, em sua maior parte relativos a períodos muito afastados no tempo. Lívio se baseou principalmente na tradição oral, na literatura e nos historiadores gregos e romanos que trilharam pela história romana antes dele. As pesquisas e descobertas arqueológicas corroboram várias histórias e fatos presentes na obra liviana, embora em alguns momentos o historiador pareça ter-se permitido criar para adaptar os fatos à sua narração. Numa dessas passagens temos uma oportunidade de ver Tito Lívio usando o discurso direto para se dirigir ao leitor e discutir sobre o uso das fontes. É o próprio autor quem assegura, no prefácio de sua obra:

Não tenho o propósito de assegurar nem de refutar os fatos que, anteriores à fundação de Roma ou mesmo à própria intenção de fundá-la, são transmitidos ornados com elementos poéticos mais do que baseados em fontes fidedignas. Essa concessão é dada aos antigos que, ao misturar as ações humanas com as divinas, possam tornar as origens da cidade mais venerandas; (...) [Prefácio]

Muitas vezes, diante de opiniões ou informações divergentes, Tito Lívio apresenta ao leitor o seu dilema, como no trecho abaixo:

Considera-se como certa a existência dos Horácios e dos Curiácios e realmente não há outro assunto antigo mais comentado. Em assunto tão famoso, todavia, permanece a incerteza em relação aos nomes: de qual dos dois povos seriam os Horácios e de qual os Curiácios. Neste ponto existe discordância entre os autores; entretanto a maioria considera romanos os Horácios; e eu seguirei essa tendência (XXIV).

Em outros trechos, os interesses do autor prevalecem, e ele interfere na história de Roma de forma aleatória, como no início do livro, quando associa as lendas de Antenor e de Enéias (I). Antenor é personagem de uma história distante da saga de Enéias, e uma possível explicação para a inclusão daquele herói na abertura de uma história de Roma é o fato de ele ser considerado o fundador de Pádua, terra natal de Tito Lívio; dessa forma o historiador paduano ligava sua terra à Roma, dando às duas uma origem comum.

Para dar mais clareza à análise do Livro I a ser feita neste capítulo, o texto será dividido em itens, os quais terão como temas o Prefácio, as origens de Roma, a fundação da cidade, a Monarquia, as Mulheres e o Estrangeiro.

4.2 O Prefácio

Os historiadores gregos, desde Hecateu, Heródoto e Tucídides, iniciavam suas obras por meio de um prefácio – *Proemium* – no qual eles apresentavam o escopo e os propósitos de suas obras, além de adiantarem para o leitor a sua própria atitude como historiadores. Esse costume se tornou um cânone também para os historiadores do período helenístico, e foi se adaptando às formas que a história assumiu com o passar do tempo. Os romanos, dentre os quais Tito Lívio herdaram, também essa tradição grega e praticamente não alteraram a forma dos prefácios.

O prefácio da *História de Roma desde a sua Fundação* corresponde ao modelo tradicional, e, com relação aos seus argumentos, pode perfeitamente ser comparado com os de seus antecessores romanos. Porém, apresenta algumas novidades com relação aos prefácios de Salústio. Em primeiro lugar, enquanto Salústio via o surgimento da *avaritia* e da *ambitio* na história recente de Roma, após a destruição de Cartago, Tito Lívio via, já nos primórdios da romanidade, os exemplos negativos que viriam a crescer na sociedade contemporânea. Em segundo lugar, Lívio confessa no prefácio que se voltou aos primeiros tempos da história romana para esparecer do tempo presente, confissão jamais registrada por outro historiador daquela época. Por fim Lívio surpreende por enfatizar a magnitude de sua tarefa, escrever sobre toda a história de Roma desde as suas origens até seus dias.

O prefácio liviano permite perceber que o autor acreditava que seus leitores poderiam, através da história, reencontrar os modelos esquecidos, pois seu texto lhes permitiria confrontar os bons e os maus exemplos. A história teria uma função, seria a ocasião para uma busca da consciência romana, uma maneira de retornar às raízes profundas dos valores humanos e políticos.

O que, sobretudo, é salutar e produtivo no conhecimento dos fatos é considerar atentamente os ensinamentos de todos os exemplos presentes em tão célebre tradição. Daí, para si mesmo e para o seu Estado, pode-se apreender o que imitar, daí poderia ser evitado o que é indigno tanto em sua origem como em seu desfecho (Prefácio).

Conforme se viu no trecho citado acima, Tito Lívio prestou esclarecimentos sobre o uso que faria das fontes em seu Prefácio. Por fim, o historiador não deixa de apresentar ao leitor o literato que também viria a construir a obra cuja leitura se iniciava. Ele se situa entre

os poetas ao pedir ajuda e inspiração para escrever, numa clara demonstração que via a escrita da história também como uma criação artística:

Se existisse entre nós o costume como existe entre os poetas, iniciariamos de modo mais agradável, de preferência com bons presságios, como votos e invocações aos deuses e deusas, suplicando para que concedessem resultado propícios à obra que ora se inicia (Prefácio).

4.3 As origens de Roma

A Antiguidade não punha em dúvida que Roma havia sido fundada por Rômulo no ano 735 a.C. – data estabelecida por Varrão –, e que o longo processo de formação da urbe fora obra de sete reis, contando com o fundador. Por volta de 300 a.C. a lenda dos gêmeos Rômulo e Remo, aleitados pela loba que os encontrou no sopé do monte Palatino, tinha-se tornado versão oficial dos acontecimentos relacionados às origens da cidade, e uma prova incontestável disso são as moedas de prata cunhadas em 269 a.C. que representavam graficamente essa história. Muitos antes disso, no VI a.C., a estatua da “Loba Capitolina” já testemunhava essa tradição. As primeiras fontes literárias, redigidas sob a forma dos *Annales*, surgiram quinhentos anos após a data de fundação estabelecida pela tradição, e os textos dos analistas – dentre os quais se destaca Fábio Pictor – são conhecidos por nós através de terceiros, como Dionísio de Halicarnasso e o próprio Tito Lívio.

Somente no século XVIII as informações da tradição começaram a ser postas em dúvida, passando a ser chamadas de lendas. Foi o momento da hiper crítica, que atingiu o seu auge no século XIX. No século XX, principalmente a partir da sua segunda metade, a arqueologia lançou novas luzes, e também dúvidas, sobre os primeiros tempos de Roma. Sabemos hoje que o Palatino foi habitado pelo menos desde 1.000 a.C., e que já se realizava cremação de cadáveres no Fórum também por aquela época. Os mais antigos vestígios de cabanas na colina datam do século VIII a.C., e registros de uma muralha datam do século seguinte. A arqueologia comprovou também a antiguidade de Lavínio e Alba Longa, cidades que, contrariando a tradição, são contemporâneas de Roma. Ainda há muito a estudar, os sítios dos montes Célio e Aventino restam inexplorados (PEREIRA, 2002).

Tito Lívio inicia sua narrativa trazendo aos seus leitores duas antigas lendas ligadas à fundação de Roma, as lendas de Enéias e de Rômulo. Embora a lenda de Rômulo seja mais antiga e mais enraizada na região, Enéias aparece como seu antepassado na visão que os

gregos tinham de Roma. Os historiadores romanos acabaram por realizar a síntese das duas histórias em suas versões sobre o nascimento de Roma. (Cf. OLGIVIE, 1965, p. 32). Segundo a tradição Rômulo é o epônimo fundador de Roma, mas existem versões ligando Rômulo a Latino, e há mesmo uma antiga lenda segundo a qual Latino tinha uma irmã chamada Rhome e foi ele próprio o fundador de Roma. Porém, com o passar do tempo, nenhuma lenda ligava mais a fundação da cidade aos latinos, fruto da imposição da visão histórica grega sobre a Itália (Cf. OLGIVIE, 1965, p. 32). Tito Lívio aceita essa versão, e nos relata que

Enéias, banido de sua pátria por igual desgraça (*Lívio informara anteriormente que Antenor e muitos hênetos foram também expulsos de sua terra*), mas predestinado a dar início a uma nação mais importante, veio em primeiro lugar à Macedônia. Depois, à procura de novas moradas, foi levado para a Sicília, e daí, com as suas embarcações, atingiu o território laurentino (I).

Outro personagem que liga Roma e Tróia figura logo no primeiro parágrafo do livro I. Assim começa o capítulo I:

É bastante conhecido, já desde o início, que, estando Tróia dominada, os troianos sobreviventes foram submetidos a maus tratos e que os gregos isentaram apenas dois deles, Enéias e Antenor, de todas as leis da guerra (...) (I).

Antenor não teria ligação com Enéias, Rômulo ou Roma e surge na história talvez por um capricho de Tito Lívio. A cidade natal do historiador teria sido fundada por Antenor, e seu nome vem eternizar a ligação entre Roma e Pádua.

Uma vez no território italiano, os troianos entraram em guerra com os nativos. A guerra acabou em um acordo, e Enéias e o rei Latino firmaram alianças. Começava ali a formação de um novo povo.

(...) Enéias esteve como hóspede na casa de Latino e, aí, oferecendo a filha como matrimônio a Enéias diante dos deuses Penates, acrescentou à aliança pública uma outra de parentesco. De uma forma ou de outra, esse acontecimento reforçou a esperança dos troianos de, finalmente, ver terminado o seu vagar, obtendo um assentamento estável e seguro. Os troianos fundam uma cidade. Enéias, do nome de sua esposa, chamou-a Lavínio. Do novo matrimônio, em breve, nasceu também um varão que os pais chamaram Ascânio (I).

Surge aqui o primeiro sucessor de Enéias, o controverso Ascânio. Homero e Virgílio apresentam Ascânio como filho de Enéias e Creúsa, sua esposa troiana. Nessas versões o menino acompanha o pai e o avô Anquises na fuga de Tróia. A ligação entre Ascânio e Iulo, e conseqüentemente com a *gens Iulia*, toma força no século II a.C., quando aquela família

começa a ter maior influência no cenário romano (Cf. OLGIVIE, 1965, p. 42). O próprio autor traz a discussão para os seus leitores:

Ascânio, filho de Enéias, ainda não estava maduro para assumir o poder (*após a morte do rei Latino e de seu pai*), todavia esse poder lhe foi resguardado até a sua puberdade. Durante todo esse tempo, sob a tutela de uma mulher – tamanha disposição existia em Lavínia – o bem público latino e o reino do seu avô e de seu pai se preservaram para o menino. Não entrarei no mérito desta questão – quem poderá afirmar como certo um assunto tão antigo? – se este teria sido Ascânio ou porventura um outro mais velho do que este, filho de Creúsa, nascido em Tróia antes de sua destruição e companheiro na fuga paterna, o mesmo Iulo que a família Júlia anuncia como fundador de seu nome. Tal Ascânio, onde quer que tenha nascido e qualquer que seja sua mãe, consta seguramente, ser filho de Enéias (III).

Cabe antecipar aqui a discussão sobre a imagem da mulher na obra de Tito Lívio. O autor sente necessidade de explicar o estranho fato de o bem público ter ficado sob a tutela de Lavínia, e considera de pouca importância a origem materna de Ascânio. A linhagem masculina, o poder e a capacidade dos homens é que formariam os alicerces da futura cidade de Roma.

Ascânio, filho de Enéias, fundará Alba Longa, cidade que crescerá e coexistirá com Roma. Seus reis serão todos descendentes de Enéias, e deles nascerão Rômulo e Remo, fundadores de Roma. No terceiro capítulo encontramos uma listagem dos reis albanos. Aqui, mais uma vez, os dados arqueológicos e as pesquisas recentes contradizem a versão liviana. A lista de reis albanos apresentada por Lívio não se pauta em evidências históricas, o seu objetivo é preservar a cronologia literária. Roma não poderia ser uma “filha tardia” de Alba Longa, há evidências de que as duas cidades compartilharam uma cultura contemporânea (OLGIVIE, 1965, p. 34).

4.4 A fundação da cidade

O marco da fundação de Roma foi o ato de Rômulo e Remo, mas Tito Lívio nos apresenta a fundação da cidade no decorrer de todo o livro I, como um processo que se alonga no tempo. Enéias, “predestinado a dar início a uma nação mais importante” (I), traz Roma para as primeiras linhas do livro. Ainda antes de Roma, Lavínia e Alba Longa serão o berço dos homens que gerarão os gêmeos fundadores da cidade. Depois virão os vários monarcas que governarão Roma, organizando seu espaço físico, criando as instituições do Estado, as tradições religiosas romanas.

Uma das principais características de Roma, a sua constante relação com os vizinhos e estrangeiros, está presente desde as suas mais remotas origens. Os nativos se revelam capazes de receber os estrangeiros, pois após breve embate com os troianos, se unem a Enéias através do seu casamento com Lavínia, filha do seu rei. Mas o povo romano, mesmo quando não podia ostentar esse nome, se impôs também pela força sobre aqueles que não os aceitavam ou queriam conter seu poderio. E o primeiro desses inimigos foi Turno. Naquele momento se formam as primeiras alianças, de um lado os inimigos se unem para destruir a presença troiana, de outro Enéias, sabiamente, se une aos nativos formando um só povo.

(...) Turno, rei dos rútuos, a quem Lavínia fora prometida em casamento antes da chegada de Enéias, não admitindo um estrangeiro em seu lugar, declarou guerra ao mesmo tempo a Enéias e a Latino. Nenhuma das duas linhas de batalha saiu ilesa desse combate: os rútuos foram vencidos, os nativos e troianos, vencedores, perderam o chefe Latino. Então, Turno e os rútuos, desesperados com a situação, recorreram à grande força dos etruscos e a Mezêncio, seu rei, governante de Cere, cidade poderosa naquele tempo. (...) Enéias, diante da ameaça de uma guerra dessas proporções, a fim de conquistar a confiança dos nativos, denominou ambos os povos de latinos, de modo que estivessem não apenas sob as mesmas leis, mas também sob o novo nome. E eles, depois, em nada ficaram a dever aos troianos em dedicação e lealdade para com o rei Enéias (II).

O novo povo, os latinos, fundará cidades, iniciando uma nova civilização no Lácio. Enéias fundou Lavínio, assim denominada em homenagem à sua esposa, e seu filho Ascânio também criou uma cidade no Lácio:

(...) Deixou para a sua mãe ou madrasta a rica e próspera cidade de Lavínio, densamente povoada para a época. Ele próprio fundou uma outra cidade ao pé do monte Albano que, pela situação alongada na encosta, foi chamada Alba Longa (II)

Essa será a cidade que assistirá ao nascimento dos gêmeos Rômulo e Remo, “predeterminados pelo destino à fundação de tão importante cidade e o início do império que é o mais poderoso depois do poder dos deuses” (III). Lavínio e Alba Longa são conhecidas pela tradição desde o século V a.C., quando Roma começa a se impor sobre as cidades vizinhas. Há evidências arqueológicas que indicam ser Lavínio a origem dos deuses *Penates* romanos, razão pela qual aquela é a cidade ideal para se fazer a ligação entre os troianos – os quais conduziram os *Penates* para a Itália – e os romanos. Além disso, Lavínio é uma das mais antigas cidades do Lácio, desde tempos imemoriais é respeitada e reconhecida pelos romanos como o primeiro ponto onde os troianos se estabeleceram no Lácio (OLGIVIE, 1965, p. 39). Quanto à Alba Longa, as pesquisas arqueológicas comprovam ser uma cidade

fundada na mesma época que Roma (OLGIVIE, 1965, p. 43). A sua localização em um período tão anterior à fundação de Roma foi, provavelmente, uma estratégia de Tito Lívio para organizar melhor os fatos, pois será naquela cidade que o autor incluirá toda a geração de reis que ligarão Enéias a Rômulo e Remo.

A história de Rômulo e Remo reúne muitos dos elementos constituintes da romanidade tão cara a Tito Lívio. Os irmãos gêmeos foram lançados às águas do rio Tibre logo após seu nascimento por ordem de seu tio-avô, Amúlio. Ali, foram amamentados por uma loba, depois encontrados por um pastor que os levou para casa, onde foram criados por ele e sua esposa, Laurência (II a V). Numitor e Amúlio não foram figuras de grande destaque na tradição romana, e os gêmeos se ligam a eles somente por parte de sua mãe, Réia Silvia, pois foram gerados por Marte. Dessa forma, Lívio se baseou nas fontes que evitam fazer dos gêmeos filhos de uma mãe solteira, netos de um avô obscuro. As crianças se ligam à terra, pois foram protegidos e nutridos inicialmente por uma loba, animal ligado à fertilidade (OLGIVIE, 1965, p.46). Em seguida, terão como ama-de-leite Laurência, nome etimologicamente ligado aos deuses lares. Aca Laurencia corresponde à *Mater Larum*, Mãe dos Lares, e será então através dessa simbólica mulher que os irmãos serão os patronos de Roma por toda a eternidade.

Mas será justamente a morte o grande diferencial entre os dois irmãos. À fundação de Roma se segue uma tragédia, a morte de Remo. Logo depois de assassinares o rei Amúlio, passando o trono de Alba Longa ao avô Numitor, Rômulo e Remo decidem criar uma cidade no lugar onde foram abandonados e criados.

VI – (...) Mas logo interveio nesses projetos o mal dos antepassados, a ambição do poder, e, de um início bastante tranqüilo, nasceu uma terrível disputa. Como fossem gêmeos e, portanto, o direito de idade não podia estabelecer a primazia, para que os deuses tutelares do lugar, por meio de auspícios, escolhessem aquele que daria o nome e governaria com poder a nova cidade, Rômulo ocupou o Palatino e Remo o Aventino para tomarem os augúrios.

VII – Contam que o augúrio veio primeiro para Remo: seis abutres; e já tinha sido anunciado este augúrio quando o dobro de aves se apresentou para Rômulo. O povo aclamou um e outro rei: uns se arrogavam o direito ao reino por causa da precedência, outros por causa do número de aves. Enfrentando-se com alterações, com a exasperação de suas iras entregaram-se a uma luta de morte. Nesse momento Remo morreu, ferido em meio à multidão.

A tradição mais difundida é que Remo, para zombar de Rômulo, teria transposto com um salto as novas muralhas; por isso teria sido morto pelo irmão enfurecido que, ameaçador, ainda acrescentou: “assim morrerá de agora em diante qualquer outro que ultrapassar as minhas muralhas”. Dessa maneira, Rômulo sozinho se apoderou do poder; a cidade fundada foi chamada a partir do nome do fundador (VI, VII).

Tito Lívio nos apresenta duas versões sobre esse episódio. Primeiramente Remo é morto em meio à multidão, sendo impossível apontar um assassino. Já na segunda versão, Rômulo mata o irmão, mas Tito Lívio evita discutir sobre culpas e responsabilidades. A zombaria de Remo teria sido a causa do ato violento de Rômulo, o qual logo a seguir toma a palavra para justificar seu ato e cimentar uma das primeiras regras de Roma, a inviolabilidade de seus muros. Com essa fala de Rômulo, Lívio nos apresenta uma antiga versão da lenda dos gêmeos que se baseia na mitologia grega, uma primitiva crença na santidade dos muros. Para além desse aspecto religioso, podemos ver na narrativa liviana também uma ligação bastante racional com a sua contemporaneidade. Para Olgivie a segunda versão da morte de Remo era uma história com uma clara mensagem aos contemporâneos de Tito Lívio. Embora a rivalidade entre dois irmãos, na qual a superioridade de um implicava no eclipse do outro, represente um tema da antiguidade proeminente em muitas sociedades (como Cain e Abel), a vitória de Rômulo só se assegurou através de um crime, e aquele crime de fratricídio continuou a se afirmar ao longo da história romana. O mal das guerras civis era visto como um legado do ato de Rômulo. Havia uma contradição entre o Rômulo fratricida e o Rômulo *conditor urbis*, o mau e o bom homem, e esse conflito permaneceu sem solução no texto liviano, porque fora produzido a partir de fontes produzidas antes da Era de Augusto. (OLGIVIE, 1965, p. 54).

Já Ovídio e Virgílio minimizaram o crime de Rômulo enfatizando o sacrilégio de Remo, mais conformes aos “caminhos da asserção de Augusto para os motivos de Rômulo” (OLGIVIE, 1965, p. 50).

Uma vez tendo fundado a cidade, era preciso organizá-la. Como bem cabia a um bom romano, e particularmente ao primeiro deles, os ritos religiosos foram cumpridos para a benção e proteção da cidade. A primeira atitude de Rômulo, após a fundação da cidade, foi “oferecer sacrifícios aos deuses com o rito albano e a Hércules com o rito grego” (...) (VII). Concluídas as cerimônias religiosas, de acordo com os ritos e convocada para uma assembléia toda a multidão, que de forma alguma poderia se constituir em um único povo, exceto por meio de leis, Rômulo apresentou uma legislação. (VIII)

Aqui mais uma vez Tito Lívio aparece como intérprete da tradição. Segundo ele Rômulo adotou doze *lictors*⁵³, e a razão do número escolhido gerava discussão. O autor apresentou a sua defesa para o número apresentado por ele:

⁵³ Oficial que acompanhava os magistrados com um molho de varas e uma machadinha para as execuções na justiça.

Eu aceito, sem hesitações, a opinião daqueles para os quais essa espécie de oficiais proviesse dos vizinhos etruscos, dos quais a cadeira curul e a toga pretexta foram tomadas em empréstimo. É plausível que o próprio número também tenha vindo daí, pois os etruscos tinham estabelecido que, sendo eleito um rei em comum para os doze povos, cada povo lhe fornecesse um lictor (VII).

Existia unanimidade dessa questão em outros autores antigos, os quais reconheciam a origem etrusca daquela insígnia. Provavelmente Lívio buscou tais informações em Licínio Macro (OLGIVIE, 1965, p. 61). Observa-se também nessa passagem uma característica que Lívio ressaltará em Rômulo e em outros “bons governantes” romanos, a prática da convocação de assembléias, ou um certo republicanismo sempre enaltecido em sua obra.

A intenção de Lívio em mostrar como Roma, desde as suas origens, preparava-se para ser o centro de um grande império, transparece em sua narrativa. O autor não se contenta em mostrar que a cidade crescia, ela crescia para atingir um ideal futuro: “Enquanto isso, a cidade crescia incorporando novas áreas, embora se fortificasse mais pela expectativa de uma população futura do que para aquela então existente” (VIII). Roma se formava de cima para baixo, primeiramente teve um rei, depois as leis que constituíram o seu Estado, citado pela primeira vez no décimo capítulo do livro I. Faltava, porém garantir a continuidade de sua sociedade a qual, formada inicialmente quase só por homens, corria o risco de desaparecer em apenas uma geração. À força romana faltava agregar a capacidade de perpetuação, obra possível somente com as mulheres que viviam nas vizinhanças. Esse será o motivo gerador de um dos episódios mais marcantes da história da jovem Roma e de todo o primeiro livro de Lívio, o rapto das Sabinas. Nos limitaremos aqui apenas em observar que aquele foi um momento crucial para a formação da cidade, pois lhe permitiu ter enfim uma sociedade assim como garantiu, através dos tratados entre romanos e sabinos após ardorosos embates, a união dos dois povos, chamados a partir de então “quirites”. Roma crescia, se expandia e fundia-se com os povos vizinhos.

Em seguida os chefes se apresentaram para estabelecer um tratado; não fizeram somente a paz, mas uma única cidade a partir das duas, unificaram o reino e levaram todo o poder a Roma. Desse modo, a cidade foi duplicada. Para que aos sabinos fosse concedida alguma vantagem, o povo passou a ser chamado Quirites, a partir de Cures (XIII).

As pesquisas arqueológicas não permitem saber com precisão qual é a antiguidade de Cures, o que se sabe é que a cidade existiu, próxima ao rio Tibre, e que nos primórdios da

República ainda existia como um *municipium* (OLGIVIE, 1965, p. 79). Para Olgivie (1965, p. 65) a única questão histórica relevante nesse episódio é o fato de apresentar a primitiva sociedade romana como uma fusão de elementos latinos e sabinos. Roma cresceu, Rômulo criou um asilo que serviria como refúgio para todos aqueles que buscassem abrigo na cidade. Foi necessário tomar novas medidas, e foi criada uma assembléia para organizar as forças da cidade. Então, Rômulo instituiu cem senadores. Lívio informa ao leitor não saber a razão de tal número – “ou porque este número era suficiente, ou porque eram cem os únicos que poderiam ser nomeados senadores”. Os senadores seriam os *patres*, e os seus filhos seriam chamados de patrícios. (VIII)

Na verdade, a razão para o número de senadores pode ser explicada de outra forma. O Conselho dos Primogênitos (*senatus, γερουσία*) é uma instituição muito antiga, e suas origens em Roma não podem ser elucidadas com precisão. O que é passível de exames é a questão sobre quando a tradição de que Rômulo fundou um Senado com cem membros enraizou-se. Uma possível explicação para isso é o fato de que compunham o senado cem membros de cada uma das tribos que compunham a sociedade, e no tempo de Rômulo havia apenas a tribo dos Ramnenses (OLGIVIE, 1965, p. 63). Essa informação mostra mais uma contradição no texto liviano, conforme se lerá no próximo parágrafo.

Ainda no capítulo treze encontramos a narrativa de outro momento da organização da sociedade romana.

(Rômulo) Então, tendo dividido o povo em trinta cúrias, a cada uma atribui o nome de uma sabina. Certamente a quantidade de mulheres era bem maior do que essa. A tradição não diz os critérios utilizados na escolha, se pela idade, pela própria condição social, ou dos maridos, ou ao acaso.

Naquela mesma época também três centúrias de cavaleiros foram organizadas: os cavaleiros foram chamados Ramnenses, por causa de Rômulo e Ticienses por causa de Tito Tácio (rei dos sabinos, que governava junto com Rômulo); a razão da origem do nome dos Lúceres é incerta. A partir desse momento os dois reis governaram em comum e em harmonia (XIII).

Mais uma vez Olgivie (1965, p. 80) contesta o texto liviano. Segundo o crítico, a organização do povo em três tribos, as quais não foram denominadas por Lívio, e trinta cúrias, tendo como base as famílias, foi o mais antigo sistema político conhecido em Roma. Mas a organização curiata não é tão antiga quanto Rômulo, ou mesmo do século VIII a.C. Ela pertenceria talvez ao período etrusco, o período de transição entre uma comunidade pastoril a uma comunidade urbana cuja economia se assentava na agricultura e no comércio. Uma explicação para os romanos terem recuado a origem dessas instituições ao tempo de Rômulo seria o desejo, “bastante normal”, de atribuir todas as coisas ao “fundador” de Roma

A morte de Rômulo trouxe um novo desafio aos romanos. Havia chegado a hora de escolher um novo rei. Os senadores não chegavam a um consenso, em meio ao turbilhão provocado pelas disputas do poder e da ambição. Nenhuma personalidade se sobressaía. Os sabinos queriam um dos seus no governo de Roma, os velhos romanos rejeitavam um estrangeiro. A solução do Senado foi criar dez decúrias, sendo que cada uma indicaria um membro para ficar à frente do governo, por um período de cinco dias. Essa situação durou um ano. Surgiu então a voz do povo:

A plebe começou a reclamar que a escravidão tinha sido multiplicada e cem donos tinham sido colocados em lugar de um; demonstrava não ter a intenção de suportar senão um único rei e um rei por ela própria eleito. Como os senadores percebessem a difusão dessas idéias, acharam por bem oferecer espontaneamente aquilo que provavelmente iriam perder. Buscaram o consenso outorgando ao povo o poder supremo, porém de forma que este não excedesse o poder que eles próprios já detinham. Decretaram que, mesmo sendo escolhido pelo povo, a nomeação do rei estava sujeita à sanção dos senadores. Ainda hoje, nas votações das leis e na escolha dos magistrados esse mesmo direito, ainda que tendo a sua força atenuada, é exercido.

Previamente ao início da votação, os senadores se fazem ratificadores do resultado das eleições. Então convocada a assembléia o interrei diz: - “Elegei o vosso rei, Quirites, isto será bom, fausto e feliz; assim querem os senadores. Se vós elegerdes um homem digno de suceder Rômulo, imediatamente os senadores hão de ratificar a vossa escolha”. Isto foi tão bem acolhido pela plebe que, para se igualar aos senadores em benevolência, decidiu e ordenou que seria o senado a estabelecer quem reinaria em Roma (XVII).

A fala do interrei aparece para dar mais valor e autenticidade ao ritual estabelecido nos primórdios da cidade e ainda em uso na época do autor (OLGIVIE, 1965, p. 88). Observa-se também como Lívio divide o poder entre o Senado e a plebe. O que os cem senadores decidem em consenso é aceito pela plebe, a qual “ordena” aos senadores que façam como decidiram. Assim foi eleito Numa Pompílio, o segundo rei de Roma.

Durante o reinado do terceiro rei, Tulo Hostílio, as guerras foram constantes. E uma dessas guerras, contra a cidade de Alba Longa, foi mais um marco na história da cidade construída por Tito Lívio. Quando Mécio Fufécio, rei albano, estava dominado e a batalha decidida, o rei Tulo fala a todos que o ouviam, romanos e albanos:

(...) Minha acusação não é contra todos os albanos, pois apenas seguiram o chefe, como também vós, se eu próprio tivesse desejado afastar dali a coluna, teríeis feito. (...) Isto será bom, fausto e feliz para o povo romano, para mim e para vós albanos, pretendo transferir todo o povo albano para Roma, dar cidadania à plebe, tomar os mais ilustres como senadores, fazer uma única cidade, fazer um único estado. Assim, o estado albano, que outrora único foi dividido em dois povos, recupere agora sua unidade (XXVIII).

Alba Longa foi destruída, seu povo transferido para Roma. A cidade cresceu, o número de seus cidadãos duplicou, o Senado também cresceu com o acréscimo das famílias dos Júlios, Servílios, Quíncios, Gegânios, Curiácios e Clélios. E para ampliar também as outras ordens “com o contingente de povo recém incorporado, (Tulo Hostílio) escolheu entre os albanos dez batalhões de cavalaria, com igual número preencheu as velhas legiões além de ter alistado outras novas”(XXX).

A velha cidade de Alba Longa, fundada por Ascânio e terra natal de Rômulo e Remo, desaparecia enquanto seu povo era absorvido por Roma. Mas esse episódio também demonstra o interesse de Lívio em localizar nos primeiros tempos de Roma a origem de algumas instituições, assim como a gênese de algumas de suas famílias patrícias. Olgivie (1965, p. 123), mais uma vez, nos apresenta o resultado de pesquisa em documentos e fontes históricas romanas que asseguram que muitas das famílias listadas por Lívio como tendo sido incorporadas ao Senado por Tulo só vieram a compor a sociedade romana séculos mais tarde.

Por fim, faz-se necessário observar que Tito Lívio traz, em seu texto, a presença dos ritos em todos os momentos relevantes para a constituição de Roma, de sua cultura, de suas instituições políticas, religiosas. Em algumas passagens o autor demonstra o desrespeito ou a falta de observação de rituais, e geralmente tais atos são cometidos por personagens que exibem maus exemplos. Encontramos no livro I dezenas de passagens⁵⁴ nas quais Lívio descreve algum tipo de ritual, e tais passagens concentram-se na primeira metade do livro, justamente quando as bases da romanidade estão sendo construídas.

4.5 A Monarquia

A divindade encabeça a lista dos nomes da família fundadora de Roma. Enéias, o sobrevivente de Tróia, destinado pelos deuses a fundar um novo império, era filho do mortal Anquises e da deusa Juno. Uma vez em território italiano, Enéias tomará Lavínia, uma mulher nativa, como esposa. Dessa união nascerá Ascânio e entre seus descendentes virão Numitor, de cuja filha, Réia Silvia, nascerão Rômulo e Remo, os fundadores de Roma. Enéias, que atravessou o mar para dar início à história de Roma, era filho de um homem e uma deusa; os gêmeos fundadores da cidade também tiveram origem semelhante. As tentativas do tio de

⁵⁴ As passagens encontram-se nos capítulos I, V, VI, VII, XII, XVIII, XIX, XXI, XXIV, XXVI, XXXII, XLI, XLV e XLIX.

Réia Silvia, Amúlio, de tomar o trono albanense e conservar para si a dinastia real falharam ante a vontade de Marte, que fecundou a Vestal gerando os gêmeos. Roma teve em um deus a sua origem, seu fundador e primeiro rei foi o filho do deus da guerra. Após Rômulo sentaram-se no trono romano seis reis. De origens diversas, chegaram ao poder também por caminhos variados. O que ressalta na narrativa liviana são as características pessoais de cada um deles, a sua contribuição para a construção de Roma, de sua gente, sua cultura, seu Estado. Acompanhando a história da monarquia romana assistimos ao nascimento das virtudes, ao desfile de exemplos positivos. Tito Lívio insere ao longo da sua narrativa, cheia de exemplos fornecidos por inúmeras personagens e episódios, o conjunto de valores conhecidos como *Mos Maiorum*, o suporte fundamental que modelava a vida dos romanos. O *Mos Maiorum* era fornecido justamente pela tradição, através da observação dos costumes dos antepassados. Segundo Pereira (2002, p. 361), o *Mos Maiorum* é a consagração de um valor que todos os grandes espíritos sentiam como a base do equilíbrio da sociedade romana. Mas Tito Lívio nos mostra também como os maus hábitos, os vícios e fraqueza surgiram, degradando a monarquia até a sua ruína.

Após a destruição de Tróia, Enéias foi um dos dois homens a quem os gregos isentaram “de todas as leis de guerra”, e fugiu pelo mar, “predestinado a dar início a uma nação mais importante” (I). A figura de Enéias é simbólica para a constituição dos valores romanos, pois a ele foi atribuído o epíteto “*pius*”, isto é, aquele dotado de “*pietas*”. O termo “*pietas*” é definido habitualmente como um sentimento de obrigação para com aqueles a quem o homem está ligado por natureza (pais, filhos, parentes). Tito Lívio apropria-se da lenda de Enéias para, através de um herói, demonstrar a prova máxima de um valor atribuído a esta disposição do espírito que viria a formar o povo romano⁵⁵.

Após viver muitas aventuras, sobre as quais Tito Lívio pouco informa, atingiu o território laurentino. O encontro com a população não foi amistoso, mas resultou na primeira vitória de Enéias.

Como os troianos que ali desembarcaram pilhassem os campos, pois, para eles, nada, exceto armas e navios, tivesse restado de um erro sem fim, Latino, o rei, e os nativos, que então habitavam aquele território, afluíram armados das cidades e dos campos para conter o ataque dos estrangeiros.

Existem duas versões tradicionais para o que aconteceu em seguida: alguns dizem que Latino, vencido na batalha, firmou a paz com Enéias e, em seguida, um laço de parentesco. Outros dizem que, com as linhas de batalha já organizadas em posição

⁵⁵ Na Eneida de Virgílio encontramos a denominação “o Pio Enéias” em vários trechos. Confira também em Maria Helena Pereira a atribuição da *Pietas* a Enéias (Pereira: 2002.262-270 e 338-342).

de combate, antes que soassem os clarins, Latino, entre os seus oficiais, avançou e chamou o chefe dos estrangeiros para um colóquio. (...) Depois de ter ouvido que eram troianos, que seu chefe era Enéias, filho de Anquises e de Vênus, que eles fugiram de casa estando a pátria incendiada e que procuravam um assentamento e um lugar para fundar uma cidade, Latino, admirado com a nobreza do povo e do chefe, homens de espírito sempre preparado quer para a paz quer para a guerra, oferecendo a mão direita a Enéias, consagrou a garantia de uma amizade futura (I).

Para selar a amizade Latino ofereceu a Enéias a mão de sua filha Lavínia em casamento, e desse casamento nasceria o povo romano. Tito Lívio chama os habitantes laurentinos de “nativos”, embora Hesíodo (século VII a.C.) os tivesse denominado de “latinos”. Dois séculos após, o termo “aborígene” (*ab origine*) surge pela primeira vez em Cálías, “aparentemente porque a introdução da lenda de Enéias difundiu a idéia que os Latinos não poderiam ser uma raça autóctone, deveriam ser o resultado da fusão dos troianos com a população nativa” (OLGIVIE, 1965, p. 38).

O primeiro filho ilustre do povo latino seria Ascânio, filho de Enéias e Lavínia, ascendente primeiro da linhagem romana. Quando analisamos as origens troianas de Roma vimos que Tito Lívio trouxe para o leitor as dúvidas que pairavam sobre a verdadeira ascendência materna de Ascânio: seria ele o filho de Lavínia, nascido na Itália, ou filho de Creúsa, o troiano Iulo, “que a família Júlia anuncia como fundador do seu nome?” O que importa é que “Tal Ascânio, onde quer que tenha nascido e qualquer que seja a sua mãe, consta, seguramente, ser filho de Enéias” (III). Olgivie argumenta que Lívio provavelmente buscou informações sobre Ascânio em duas fontes distintas, sendo que uma o relaciona a Iulo e outra não. Ascânio surge como uma figura pouco expressiva na obra de Homero, e somente depois, na tradição pós-homérica, adquire importância. Era natural, na Roma do fim da República, acreditar que Ascânio fosse o ancestral do fundador de Roma. A cronologia que insere Alba Longa como um elemento de ligação na história de Roma entre o desembarque troiano e a fundação da cidade permite considerar Ascânio com um honorável papel como fundador de Alba Longa. Isto foi uma ajuda indubitável para a orgulhosa família da *gens Júlia*, uma família albana que conectou seu nome a Tróia pela equivalência Iulus = Ilos. Esta ligação entre os dois nomes provavelmente ocorreu depois do século II a.C., quando a família Julia começa a gozar de maior poder e prestígio político.

Dando seqüência à história de Ascânio Tito Lívio relata que “ele próprio fundou uma outra cidade ao pé do monte Albano que, pela situação alongada na encosta, foi chamada Alba Longa”. (III) Sobre a nova cidade Lívio nos informa apenas que foi governada por Ascânio por trinta anos, e que sempre foi respeitada por seu poder, de modo que nenhum de seus

vizinhos jamais levantou suas armas contra ela. Não há notícias sobre o fim de Ascânio, mas Tito Lívio apresenta uma lista com os nomes dos reis de Alba Longa que vieram depois do fundador. Entre os nomes reais destacam-se episódios da história albana relacionados a elementos geográficos de Roma.

Depois reina o filho de Ascânio, Sílvio, nascido por mero acaso numa floresta, que gera Enéias Sílvio e este, em seguida, Latino Sílvio. Várias colônias, cujos integrantes foram chamados antigos latinos, foram assentadas por ele. O cognome permaneceu para todos os Sílvios que reinaram em Alba. Alba nasceu de Latino, Átis de Alba, Cápis de Átis, Capeto de Cápis; de Capeto, Tiberino, que, tendo-se afogado em uma travessia do rio Álbula, deu ao rio seu nome, célebre junto às gerações futuras. Depois deste, reina Agripa, filho de Tiberino. Depois de Agripa, tendo recebido o poder do pai, Rômulo Sílvio, o mesmo que, atingido por um raio, transmitiu o poder a Aventino em linha regular de sucessão. Este último, sepultado naquela colina que hoje é parte da cidade de Roma, teve o seu nome dado a ela. Após isso, reina Proca, que gera Numitor e Amúlio. A Numitor que era o filho mais velho, lega o antigo poder da família Sílvia. Todavia, a força prevaleceu sobre a vontade do pai ou sobre a primazia da idade: tendo expulsado o irmão, Amúlio reina (III).

Segundo os críticos, os nomes acima são uma invenção que permitiu a vários autores antigos preencherem o espaço de quatrocentos anos que separam a queda de Tróia e a fundação de Roma. A seqüência dos nomes de alguns reis serve como uma alegoria à história da fundação de Roma – “Latino é sucedido por Alba cujo descendente é um Rômulo, significando os estágios de Lavínio, Alba Longa e Roma. Tiberino, Aventino e Capeto (= Capitólio) personificam proeminentes características da cidade”. Outros nomes como Cápis, Átis e Capeto enfatizam as origens troianas do povo. Numitor e Amúlio, por sua vez, não deveriam constar da lista, pois pertencem a um estágio primitivo da história de Rômulo, e originalmente não faziam parte da lista de reis albanos. Seus nomes foram incorporados à lista por ocasião da união das lendas de Enéias e Rômulo (OLGIVIE, 1965, p. 43).

Numitor foi o avô dos gêmeos fundadores de Roma. Seu irmão, com sua sede de poder evitou que o herdeiro legal do trono albano desse continuidade à linhagem real. “Amúlio, acrescentando crimes ao crime (de expulsão de Numitor), assassina os filhos varões de seu irmão e, à Réia Sílvia, filha do irmão, tendo-a escolhido como vestal sob pretexto de honraria, com uma virgindade perpétua tira-lhe a esperança da maternidade.” (III)

O ardil de Amúlio não teve poder para interferir nos planos divinos:

Mas estavam, como penso, predeterminados pelo destino a fundação de tão importante cidade e o início do império que é o mais poderoso depois do poder dos deuses. Como a vestal, vítima de uma violência, tivesse dado à luz a gêmeos, apontou Marte como pai dessa prole incerta, quer porque realmente acreditava nisso,

quer porque um deus como autor da culpa fosse mais louvável. Mas, nem os deuses nem os homens livraram Réia Silvia ou seus filhos da crueldade do rei. Amúlio ordenou que a sacerdotisa, amarrada, fosse levada à prisão, e que os meninos fossem lançados na caudalosa correnteza do rio (III).

A história da concepção dos gêmeos remete a um aspecto da cultura indo-européia, a ideologia tripartite. Segundo esta teoria, as coisas, o mundo e a sociedade são constituídos e compreensíveis pela referência a três funções distintas, porém complementares e harmoniosamente ajustadas. Estas três funções são, em ordem decrescente de dignidade, uma função de soberania, uma função guerreira e uma função de fecundidade e prosperidade. George Dumézil vê uma perfeita relação entre esta teoria tripartite e a estrutura teológica romana Júpiter, Marte e Quirino (POUCET, 1975, p. 328). Júpiter exerce a primeira função, se uniu a Vênus que incumbiu seu filho Enéias de cruzar o mar para dar início à saga romana. Diante dos novos acontecimentos Marte, o deus da guerra, interfere fecundando a Vestal para que nasça Rômulo. Quirino representa os camponeses na primeira grande tríade capitolina. Ele é uma divindade da vegetação, mas não era, entretanto, o único responsável pela terceira função, pois lhe faltavam poderes para garantir a fecundidade humana. Quirino esteve presente na criação dos gêmeos. A violação de uma sacerdotisa, mesmo que tendo sido cometida por um deus, era um fato inaceitável para a mentalidade romana na época augústea, caracterizada por um forte conservadorismo (FONSECA, 1991, p. 46). Talvez por isso a injustiça cometida contra os gêmeos, lançados nas águas do rio, seja vista sem maiores críticas por Lívio. Fazia mesmo parte dos planos divinos, pois o rio cheio tinha em suas largas margens águas estagnadas que impediram, ao mesmo tempo, que as crianças fossem levadas pela correnteza mais distante, como também permitiram à loba os encontrar e amamentar, até que fossem recolhidos por Fáustulo (IV). Assim se completa a ideologia tripartite. A loba era um animal ligado às tradições religiosas romanas. As *Lupercálias*, festival em homenagem ao deus Luperco Fauno, eram uma festa anual, realizada em fevereiro, e tinham como objetivo cultivar a fertilidade feminina (BRANDÃO, 1993, p. 209). Na origem do nome Luperco (*Lupercus*) está a palavra lobo (*lupus*) (ERNOUT, 1959, p. 538)

Os gêmeos cresceram, sem suspeitar qual era a sua origem. Ocorreu um incidente que trouxe a revelação sobre a verdadeira filiação de Rômulo e Remo. Por ocasião dos lupercais Remo foi preso, acusado injustamente de pilhagem, e foi levado ao rei Amúlio para ser castigado(V). Tal situação obrigou Fáustulo, que esperava um momento conveniente, a revelar a Rômulo suas suspeitas:

A necessidade veio primeiro. Assim, pressionado pelo medo, Fáustulo revelou a suspeita a Rômulo. Como Numitor tivesse Remo sob custódia e tivesse sabido que os irmãos eram gêmeos, ao ponderar sobre a sua idade e sobre o seu caráter nem um pouco servil, foi tocado pela lembrança dos netos. Suas investigações o levaram ao mesmo ponto, não estava longe de poder reconhecer Remo.

Assim, em conjunto, foi armado um arдил contra o rei. Rômulo, não somente com o pelotão de jovens – pois de fato não haveria equilíbrio de forças para um ataque aberto – mas também com outros pastores, ordenados a vir ao palácio por um outro caminho em uma hora determinada, atacou o rei. E Remo, vindo da casa de Numitor, trouxe auxílio com outra tropa reunida. Assim, assassinaram o rei (V).

Foi a primeira ação conjunta dos gêmeos, e dois elementos importantes da história da fundação de Roma surgem aqui: O assassinato de Amúlio, membro da família, e a liderança de Remo e Rômulo sobre o povo, pois os irmãos lutaram à frente de pelotões de jovens.

Observamos na história da fundação de Roma e da posterior disputa entre os irmãos a presença dos rituais. Em primeiro lugar coube aos deuses, através dos auspícios, decidir qual dos gêmeos seria o rei. Como a interpretação dos augúrios é tarefa humana, a ambição impediu um resultado feliz, e a disputa culminou em um fratricídio. Embora não tenha apresentado nenhum juízo sobre o caso, Lívio trouxe a questão para o seu livro e deixou para o leitor a oportunidade de refletir sobre os fatos que recentemente haviam abalado Roma. Ao assumir o poder, a primeira atitude de Rômulo foi oferecer sacrifícios aos deuses, segundo os ritos tradicionais (VII).

Rômulo, tão logo assume o governo de Roma, toma medidas para organizar a sociedade e o Estado. Como não era um rei autoritário, criou um corpo de doze lictores e cem senadores que o ajudariam a comandar o governo (VIII). A forma como Lívio apresentou essas ações e algumas observações da crítica sobre essa construção foram comentadas anteriormente. O primeiro rei romano foi um guerreiro, mas não um inimigo dos povos próximos. Embora o seu governo tenha sido marcado por inúmeros combates entre Roma e seus vizinhos, a narrativa liviana apresenta o Estado romano, sob a liderança de Rômulo, como um Estado justo, embora jamais fraco ou covarde. Roma sempre lutou para fazer respeitar seus limites, suas necessidades, para refutar ataques e agressões. A ambição não se apresentou como motivo de guerra sob Rômulo. Essa postura fica clara com o desfecho da guerra entre romanos e sabinos, por ocasião do famoso episódio do rapto das sabinas. O rapto das mulheres, ato imputado como uma violação ao tratado de hospitalidade, um desrespeito ao deus em honra do qual se realizavam as festividades e ao próprio espírito de boa fé dos jogos, não mereceu por parte de Lívio nenhuma crítica. Tal postura se justifica talvez devido à

necessidade de introduzir mulheres em Roma, para garantir sua continuidade, e também pela ofensa impetrada aos romanos com a recusa, por parte dos vizinhos, em aceitar a aliança ou os matrimônios propostos por Rômulo (IX). O resultado não poderia ser outro senão uma guerra.

No auge de uma sangrenta luta o rei para e ouve os clamores das mulheres raptadas, agora esposas romanas, pedindo o fim daquela luta entre esposos, pais e irmãos, entre genros, sogros e cunhados. Os homens se calaram, suspenderam a luta e fizeram um tratado, e Roma então absorveu aqueles que até pouco antes eram oponentes, unindo-se aos sabinos, formando um só povo, os Quirites. Rômulo dividiu ainda o povo em trinta cúrias, atribuindo a cada uma o nome de uma Sabina e organizou os cavaleiros em três centúrias, chamadas Ramnenses, Ticienses e Lúceres (VIII). Olgivie (1965) contesta frontalmente essas informações do texto liviano⁵⁶.

Antes dessa guerra a necessidade de aumentar a população romana levou o rei a criar um asilo, mostrando claramente a hospitalidade romana:

A fim de que a grande extensão da cidade não ficasse vazia, com o objetivo de reunir uma multidão, de acordo com um velho preceito dos fundadores de cidades, os quais, dissimulando ter uma descendência natural, agregavam a si pessoas desconhecidas e humildes, Rômulo instituiu um refúgio na ladeira entre os dois bosques sagrados, que hoje é cercado (VIII).

Parece que havia um asilo muito antigo na depressão localizada entre os dois picos do Capitolino, datado da época em que o morro foi incluído nos limites da cidade. Além disso, a instalação de asilos para imigrantes é um antigo costume grego que certamente influenciou Roma. Os asilos gregos atendiam aos direitos de povoação e de cidadania, direitos que Roma oferecia a quem quisesse aumentar a sua população (OLGIVIE, 1965, p. 62).

Outra característica de Rômulo que se percebe no texto de Tito Lívio é a sua relação de respeito aos deuses e aos rituais, tanto religiosos quanto jurídicos. Rômulo recorre aos augúrios para decidir se o rei da nova cidade seria ele ou o irmão gêmeo. Tão logo assume a cidade, após a morte de Remo, “ofereceu sacrifícios aos deuses com o rito albano e a Hércules com o rito grego” (VI), procurando agradar não só aos deuses, mas também aos homens. Quando trata da adoção dos doze lictores, Tito Lívio apresenta como uma das possíveis razões para a escolha de doze elementos o número de aves surgidas no augúrio sobre o governo de Roma (VIII). A questão com as sabinas teria outro desfecho caso a idéia inicial de Rômulo obtivesse êxito, pois o rei recorreu primeiramente a um procedimento diplomático: “Então, a

⁵⁶ Ver OLGIVIE, 1965, p. 80 ou a página 74 desse capítulo.

partir da deliberação com os senadores, Rômulo enviou embaixadores às nações vizinhas para que procurassem obter uma aliança ou casamentos para o novo povo” (IX). Uma vez declarada a guerra, e estando Roma sob séria ameaça, Rômulo recorreu ao deus maior, aquele que decidiu pela existência de Roma:

(...) Rômulo (...) ergueu as armas para o alto e disse: “Júpiter, por determinação das tuas aves, aqui no Palatino, lancei os primeiros fundamentos para esta cidade, os sabinos já ocupam a cidadela, tomada em ato criminoso. Agora, já superado meio vale avançam para cá. Tu, ó pai dos deuses e dos homens, afasta ao menos daqui os inimigos, arranca dos romanos o medo e reprime esta fuga vergonhosa. Neste lugar, eu prometo a ti, Júpiter Estator, um templo que sirva de lembrança às gerações futuras que a cidade foi preservada pela tua ajuda imediata” (XII).

O rei filho de Marte se faz então intérprete e porta voz de Júpiter: “Depois desse pedido, como se tivesse sentido que as súplicas tinham sido ouvidas disse: ‘Júpiter Ótimo Máximo nos ordena resistir e recomeçar a batalha’”. (XII).

Um rei justo não se conforma com a injustiça. Após uma luta vitoriosa contra os fidenates, os campos romanos foram atacados pelos habitantes de Véios. Os veientes avançaram contra o território romano visando mais a pilhagem do que uma guerra justa. E assim, sem montarem acampamento, sem esperarem o exército do inimigo, voltaram para Véios levando consigo o produto da pilhagem dos campos (XV). Os romanos foram ao alcance dos veientes, e a batalha, ocorrida fora das muralhas de Véios, foi favorável a Rômulo.

Ele perseguiu os inimigos em debandada até as muralhas, mas se manteve afastado da cidade que, além de fortificada era protegida por sua própria posição. Na volta, destruiu os campos mais por desforra do que por interesse nos despojos. Os veientes, abalados igualmente pelo prejuízo e pela derrota, enviam embaixadores a Roma para pedir paz. (XV).

Uma vez o inimigo redimido, Rômulo mostrou que sabia fazer justiça: “Tendo sido privados de uma parte de seu território, foi-lhes concedida uma trégua de cem anos”. (XV).

A humildade marcou o nascimento de Rômulo, pois sua paternidade foi declarada por uma mulher que jamais poderia ter concebido. Jogado no rio, amamentado pela loba e criado por pastores, viveu como adulto entre guerras e a glória de governar Roma. Porém, na sua morte foi redimido pelos deuses.

Realizados esses seus atos imortais, no momento em que mantinha, no campo próximo ao pântano da Cabra, uma assembléia na qual passava as tropas em revista, desabou de repente uma tempestade com intensa trovoada que cobriu o rei com uma imensa nuvem tão densa que o ocultou aos olhos da multidão; e depois disso Rômulo nunca mais foi visto. (...)

(...) No início, poucos, depois todos, começaram a saudar Rômulo como um deus nascido de um deus, rei e pai da cidade de Roma; imploravam-lhe a paz com súplicas para que ele protegesse com benevolência a sua progênie (XVI).

Embora a crença na divindade de Rômulo fosse aceita, começou a circular também uma versão de que ele teria sido assassinado pelos senadores. Então, um cidadão romano chamado Próculo Júlio se apresentou à multidão e disse:

“Quirites, Rômulo, o pai desta cidade, na primeira luz do dia de hoje, descido de repente do céu, apresentou-se diante de mim. Como eu, cheio de terror e veneração, suplicasse a ele que me fosse permitido contemplá-lo, Rômulo disse: “Vai, anuncia aos romanos que é desejo dos deuses celestes que a minha Roma seja o centro do mundo; assim, cultivem a arte militar e saibam e transmitam aos seus descendentes que nenhuma força humana poderá resistir às armas romanas”. Próculo ainda acrescentou: “Tendo falado isso, ele desapareceu no alto” (XVI).

A morte de Rômulo em uma situação duvidosa gera incertezas, e Tito Lívio, mais uma vez, apresenta ao leitor duas versões sobre a verdadeira causa, deixando ao mesmo a decisão pela mais crível. O herói que morre desaparecendo no ar é um esquema conhecido na tradição, particularmente na Grécia. O rei que fundou Roma, filho do deus Marte, não negou seu caráter guerreiro. Na sua última fala deixou ao seu povo o conselho para conservarem a arte militar, lembrando que a força de Roma estava em suas armas.

O segundo rei de Roma, segundo a obra de Tito Lívio, teve no sentimento religioso a sua principal característica, devendo a tal sentimento a sua indicação para o posto maior da cidade:

Naquela época a equidade e o sentimento religioso de Numa Pompílio eram célebres. Ele, um homem extremamente versado em todas as leis divinas e humanas, tanto quanto alguém poderia ser naquela época, habitava em Cures, na Sabínia.

(...)

Tendo sido ouvido o nome de Numa, os senadores romanos, unanimemente, decidem lhe confiar o reino, ainda que essa escolha parecesse privilegiar os sabinos, elegendo-se um deles como rei. Todavia ninguém ousou apresentar seu próprio nome ou qualquer outro da sua facção, ou seja, qualquer um dos senadores ou dos cidadãos no lugar daquele varão (XVI).

O nome Numa Pompílio é o único registro histórico sobre o segundo rei de Roma. A origem sabina daquele rei pode ser verdadeira, uma vez que o prenome Numa é sabino, e há autores que dizem ser Pompílio também da mesma origem. Além desses fatos nenhuma informação sobre Numa tem fundamento histórico, e sua biografia é uma construção lendária. Nesse sentido um segundo rei que terá na religiosidade sua maior característica se encaixa no esquema tripartite indo-europeu – Rômulo seria o rei-guerreiro, Numa ocupou o lugar do rei-

sacerdote, o segundo fundador da cidade, pois caberá a ele constituir as instituições religiosas de Roma. Mas se Numa Pompílio for mesmo um rei romano do século VII a.C., não se pode creditar a ele a instituição dos rituais religiosos romanos. A maior parte dos rituais existentes na época de Tito Lívio teve a sua origem no período em que Roma esteve sob a dominação etrusca, segundo a própria tradição e também de acordo com as pesquisas arqueológicas. (OLGIVIE, 1965, p.88).

Tito Lívio apresenta o reinado de Numa Pompílio ao longo de quatro capítulos, e a importância dos rituais religiosos para o segundo rei romano se destaca entre os episódios narrados. O primeiro desejo de Numa, após a confirmação do seu nome pelo senado, foi “que também os deuses fossem consultados a seu respeito, assim como Rômulo, que assumiu o poder após ter tomado os augúrios para a fundação da cidade” (XVIII). Os auspícios confirmaram Numa como rei. O primeiro ato do novo governante foi levar Roma para novos caminhos, os da paz:

Assim tendo assumido o reino, Numa, com base no direito, leis e costumes, preparase para reestruturar a jovem cidade criada pelo meio da força e das armas. Percebendo que em meio a guerras certamente era impossível habituar o povo a esses preceitos, pois os ânimos tornam-se enfurecidos na vida militar, julgou necessário, para abrandar esse povo belicoso, o abandono das armas. Tomou o templo de Jano, próximo ao sopé do Argileto, o indicador da paz e da guerra, de modo que aberto significasse que a cidade estava em guerra e fechado que estava em paz com todos os povos vizinhos. Esteve fechado duas vezes depois do reinado de Numa: uma vez no consulado de Tito Mânlio, após o término da primeira guerra púnica, e novamente – os deuses concederam isso à nossa geração para que presenciássemos – depois da batalha do Acio, sendo instaurada pela segunda vez a paz na terra e no mar pelo imperador César Augusto (XIX).

As fontes consultadas por Lívio sobre o episódio do templo de Jano atestam a antiguidade do mesmo, e contam que o templo foi erguido em homenagem à intervenção do deus, favorável aos romanos, por ocasião do ataque sabino, sob o comando de Tito. No período imperial, no imaginário popular, as portas do templo significavam a passagem da guerra à paz, o começo ou o fim das hostilidades. Quanto às informações sobre as duas vezes em que a porta esteve fechada – após a primeira guerra púnica e sob César Augusto, segundo o texto liviano – acredita-se que seja um apelo com interesses políticos, pois houve outros períodos de paz após 241. Talvez o ritual não fosse seguido tão à risca como propaga Tito Lívio. Outro fato que revela que Lívio jogou com as informações é o fato de que o templo foi fechado no ano 29 a.C., quando Otaviano ainda não havia recebido o título de Augusto – fato ocorrido em 25 a.C. Ao restituir a paz, “através de alianças e tratados com todos os povos

vizinhos” (XIX), Numa temia que o ócio, aliado à ausência dos perigos externos, corroesse os espíritos dos romanos, até então contidos pela disciplina militar. Era preciso incutir o medo dos deuses nos romanos, “coisa extremamente eficaz em um povo naquela época ignorante e rude” (XIX). A solução encontrada pelo rei foi a invenção de um prodígio – “ele finge ter conversas noturnas com a deusa Egéria. E a conselho da deusa, institui as cerimônias mais bemvindas aos deuses e designou para cada deus o seu sacerdote específico” (XIX).

Os capítulos XX e XXI apresentam mais realizações de Numa no campo religioso. Ele criou o cargo do sacerdote permanente como flâmine de Júpiter, até então função do rei. Dessa forma o comandante máximo ficaria livre das funções religiosas caso tivesse que se ausentar em função de guerras. A esse sacerdote reuniu ainda dois flâmines, um para Marte e outro para Quirino. Escolheu virgens para o culto de Vesta, oficializando um culto originário de Alba, já praticado pela família do fundador da cidade. Escolheu doze sálios para Marte Gradivo e Numa Márcio, filho do senador Márcio, como pontífice, entregando-lhe:

todos os ritos sagrados transcritos e pormenorizados com os sacrifícios, as datas e os templos adequados às suas realizações e a fonte de onde seria obtido o dinheiro para aquelas despesas. Submeteu também todas as outras cerimônias públicas ou privadas às deliberações do pontífice para que existisse uma autoridade à qual o povo romano pudesse recorrer e para que nada do direito divino fosse conturbado pela negligência dos ritos nacionais ou pela adoção dos estrangeiros (XX).

Cabe lembrar aqui a visão da crítica moderna sobre a aceitação do fato de todas essas medidas serem iniciativas de Numa. Seria anacronismo e exagero datar a instituição de toda a tradição religiosa a tempos tão remotos (OLGIVIE, 1965, p. 100), o que pode ser entendido é o esforço de Tito Lívio em criar um tempo mítico, fonte de todas as normas e tradições constituintes da romanidade.

Numa organizou ainda os ritos fúnebres, consagrou um templo a Júpiter Elicio, deus ao qual consultou para saber quais prodígios deveriam ser considerados (XX), costume que fez com que o uso das armas fosse substituído pela consulta e cumprimento dos prodígios para resolver as questões impostas a Roma (XXI).

É interessante observar, na construção do texto, como Tito Lívio trata do sentimento religioso e dos valores romanos. Lívio não afirma que o rei se encontrava com uma deusa no bosque das Camenas, ele apenas diz: “Sob o pretexto de se encontrar com a sua deusa, sem

testemunhas, Numa se dirigia a um bosque (...)”. Por outro lado, a cerimônia instituída em homenagem à deusa Fé (*Fides*)⁵⁷ é descrita em detalhes:

Também instituiu uma cerimônia anual exclusiva para a deusa Fé, ordenou que os flâmines fossem conduzidos a esse santuário em uma biga coberta e efetuassem o rito divino com a mão enfaixada até os dedos, significando que a Fé deveria ser protegida e também que a mão direita deveria ser o lugar a ela consagrado (XXI).

Olgivie:1965.103 afirma que atribuir o estabelecimento desse culto a Numa é o maior anacronismo praticado pela tradição. Numa ainda indicou muitos outros ritos e locais para a sua celebração, chamados pelos pontífices de Argeus (XXI).

Outra feito importante, creditado ao rei Numa, foi o calendário, a partir do qual

(...) dividiu o ano em doze meses, de acordo com o movimento da lua. Porque a lua não preenche os trinta dias em cada mês e porque faltavam seis dias para o ano inteiro, correspondente a uma revolução do sol, ele ordenou a interposição de meses intercalares de maneira que no vigésimo anos os dias convergissem às mesmas posições do sol das quais haviam partido, preenchendo-se assim a duração de todos os anos. Do mesmo modo instituiu dias fastos e nefastos, porque algumas vezes seria conveniente nada ser tratado com o povo (XIX).

O ano de doze meses instituído pelo calendário atribuído a Numa veio substituir o modelo anterior, que se presume que teria um ano formado por dez meses, contendo 304 dias, atribuído a Rômulo. O motivo citado por Lívio para a mudança do calendário, os ciclos lunar e solar, não seriam as reais causas da mudança, mas sim uma adaptação do ano aos calendários babilônico e etrusco, este último tendo influenciado inclusive os nomes dos meses. Tal mudança ocorreu por volta do século VII a.C. A razão da atribuição do novo calendário a Numa vem da sua ligação entre o seu nome e as reformas religiosas, assim como o fato do nome de um dos novos meses, Janeiro (*Januarius*) ligar-se ao culto a Jano⁵⁸. (OLGIVIE, 1965, p. 95).

O reinado de Numa foi resumido, no final do capítulo, na forma como se lê:

(...) Todavia a maior de todas as suas obras foi, durante todo o tempo do seu reinado, a defesa mais da paz do que da sua soberania. Assim sucessivamente dois reis, cada qual por um caminho, um por meio da guerra, outro por meio da paz, engrandeceram a cidade. Rômulo reinou durante trinta e sete anos, Numa, quarenta e três. Roma

⁵⁷ Segundo PEREIRA, 1990 é terreno da especulação a hipótese de Dumézil do culto ter sido pré-romano, e com paralelos na Índia decorrentes de uma origem comum indo-européia.

⁵⁸ OLGIVIE, 1965, p. 95 tece esses comentários e discute a questão da relação entre os calendários de dez e de doze meses e a atividade econômica – pastoril ou agrária? – da sociedade primitiva romana.

apresentava tanto solidez quanto harmonia, não só devido às artes da guerra como também da paz (XXI).

O terceiro rei, Tulo Hostílio, foi “não apenas diferente do rei anterior, mas ainda mais feroz do que Rômulo” (...), pois “julgando que a cidade enfraquecia-se no ócio, em tudo procurava um pretexto para provocar a guerra” (XXII). As lendas em torno de Tulo Hostílio são mais antigas que a própria Roma, e seu nome Hostílio (*Hostilius*) = hostilidade, revela a sua principal característica, sua ferocidade. (OLGIVIE, 1965, p. 105)

Os capítulos dedicados a Tulo Hostílio trazem episódios sobre guerras, a começar pela que foi deflagrada contra os albanos. O caráter ardiloso de Tulo transparece no texto; a partir de uma pequena intriga iniciada por camponeses romanos se criou uma situação que levaria a uma “guerra civil”, por envolver dois povos de ascendência comum (XXII).

(...) Aconteceu que os camponeses romanos saquearam o território albanos e reciprocamente os albanos o território romano. (...)

Dos dois lados, quase simultaneamente, foram enviados embaixadores exigindo a restituição das presas. Tulo tinha recomendado aos seus que executassem as suas ordens o quanto antes, pois, diante da esperada recusa da parte do albanos, poderia legitimamente declarar a guerra. O assunto foi tratado pelos albanos com mais demora; recebidos cordialmente como hóspedes por Tulo, de bom grado participam do banquete do rei (XXII).

Dessa forma os embaixadores romanos apresentaram ao rei albanos as reivindicações de Tulo e também declararam que, diante de uma recusa de restituição, fariam guerra em trinta dias. Quando os embaixadores albanos cumprem sua função já não havia mais prazo e a guerra aos albanos foi declarada por Tulo, cuja fala foi inserida no texto: “Anunciai ao vosso rei que o rei romano tomará os deuses como testemunhas para indicar qual dos dois povos foi o primeiro a tratar com desprezo a reivindicação dos embaixadores, a fim de que sobre este recaiam todas as ruínas da guerra”. (XXII)

Um episódio que retrata o ferocismo de Tulo é o julgamento e execução de Mécio Fufécio, chefe dos albanos. Os romanos lutavam, junto com os albanos, contra os fidenates, e quase foram derrotados em função de uma traição cometida por Mécio. A manobra foi descoberta a tempo, os romanos, sob o comando de Tulo, venceram, mas o chefe albanos não tinha consciência de que seu plano tinha sido descoberto. No final dos confrontos, estando os dois exércitos reunidos, os albanos desarmados e cercados por romanos armados, tem lugar a seguinte cena:

Tulo então disse: “Mécio Fufécio, se tu próprio pudesses aprender a respeitar a lealdade e os tratados, a ti, vivo, esse ensinamento seria por mim mostrado; agora porque teu caráter é incorrigível, ensina à raça humana através do teu castigo a venerabilidade dessas coisas que foram violadas por ti. Se antes mantinhas o espírito dividido entre Fidenas e Roma, agora darás o teu corpo para ser também dividido”. Foram trazidas duas quadrigas, e Mécio, distendido, foi a elas amarrado. Os cavalos, impelidos violentamente em direções diversas, arrastavam depois as partes do corpo dilacerado em ambos os carros. Todos desviaram os olhos dessa cena tão cruel. Entre os romanos foi essa a primeira e a última punição desvinculada do exemplo das leis civilizadas; a não ser por esse incidente, a nenhum povo é lícito se vangloriar da prática de castigos mais brandos (XXVIII).

Após esse incidente terá lugar o fato que será o ponto máximo do governo de Tulo, a destruição de Alba Longa⁵⁹. A cidade foi destruída, a sua população transferida para Roma, que então dobrou de tamanho.

Tulo Hostílio guerreou também contra os sabinos, que eram “naquela época o povo mais populoso e bem armado depois dos etruscos” (XXX). Vencida essa guerra, “o reinado de Tulo e toda a Roma gozavam de grande glória e de grande riqueza” (XXXI).

O fim de Tulo atestou o erro por ele cometido ao relegar os deuses e a religião a um segundo plano. Os albanos, em sua fuga apressada para Roma, abandonaram os Lares e os Penates. A cidade ruiu em menos de uma hora (XXIX). Embora os templos tivessem sido poupados por ordem do rei, os rituais albanos não foram levados para Roma, e os deuses da cidade mostraram a sua insatisfação, através de uma estranha chuva de pedras caída sobre o Monte Albano. O fato foi observado pelos enviados do rei.

Pareceu-lhes também terem escutado uma voz grave vinda do bosque no alto do monte, dizendo aos albanos que fizessem as suas cerimônias religiosas segundo o rito nacional, pois os haviam relegado ao esquecimento, ao abandonarem os deuses juntamente com a pátria (XXXI).

Em função desse prodígio foi adotada pelos romanos uma cerimônia novendial, por ordem de uma voz celeste ou por conselho dos harúspices, segundo as duas versões apresentadas por Tito Lívio. Mas, mesmo assim, pouco depois uma epidemia abateu-se sobre Roma, causando apatia entre os soldados,

⁵⁹ OLGIVIE, 1965, p. 122 chama esse episódio de “*high-water mark of Tullus’ reign*”. Nas páginas 121 e 122 da mesma obra o crítico apresenta uma discussão sobre a possível data da fundação da cidade e de sua duração, questionando a compatibilidade entre o texto de Tito Lívio e outros autores, a cronologia por eles estabelecida e os dados resultantes de pesquisas arqueológicas.

(...) todavia o belicoso rei não os dispensava das tarefas militares, pois acreditava que os corpos dos jovens estivessem mais saudáveis na milícia do que em casa, até que ele próprio foi acometido por uma longa enfermidade. Juntamente com o corpo, o seu espírito feroz também foi lesado. Ele, que antes julgava nada ser mais indigno a um rei do que entregar-se à religião, subitamente vivia devotado a todas as grandes e pequenas superstições, enchendo o povo com cultos religiosos. Em toda parte, quem já exigia aquele estado vigente sob o reino de Numa acreditava que, para os males dos corpos, a única solução adviria da paz e do perdão dos deuses. Contam que o próprio rei, consultando as anotações de Numa, descobrindo ali ritos secretos feitos a Júpiter Elicio, teria se escondido para realizar, a sós, estes sacrifícios; mas não os cumprindo corretamente conforme o rito, nenhuma imagem dos deuses celestes lhe foi apresentada e ainda por causa da ira de Júpiter, enfurecido por um culto inadequado, o rei, atingido por um raio, teria se queimado juntamente com o seu palácio (XXXI).

Os fenômenos, cerimônias e ritos narrados acima são fatos que se encontram em fragmentos de anais atribuídos ao período da realeza romana, embora os mesmos não contenham nomes que confirmem o nome de reis. O historiador Pisão foi o primeiro a narrar as circunstâncias da morte de Tulo, e foi também o primeiro a fazer uso extensivo dos anais. Porém, as diferenças entre as mortes de Rômulo – uma apoteose – e de Numa – ocorrida aparentemente por motivos naturais – leva a crer que o texto de Lívio obedece mais a um esquema para enfatizar algumas características dos reis romanos que informações encontradas em documentos (OLGIVIE, 1965, p. 124)

O quarto rei de Roma, Anco Márcio, era neto de Numa Pompílio, gerado por sua filha. Anco Márcio é mais um personagem cuja existência não pôde ser comprovada, e seu nome surge na tradição através do acúmulo de fatos, lendas e ajustamentos feitos à história por famílias romanas (*gens*) ao longo dos séculos até os primórdios da República. O quarto rei romano foi caracterizado, tanto pela tradição como por Lívio, como um rei guerreiro, mas também como um homem da guerra dedicado ao bem estar de seu povo (OLGIVIE, 1965, p. 125).

Anco Márcio foi uma síntese dos dois primeiros reis de Roma. Prova disso foi que,

“quando começou a reinar, não apenas se lembrou da glória do avô como também do reinado anterior, que, insigne em todos os demais aspectos, tinha sido insatisfatório apenas pela negligência das práticas religiosas ou pela realização imperfeita, como também julgou mais acertado realizar os ritos públicos como Numa os estabelecera, incumbiu o pontífice de apresentar em público, transcritas em um quadro branco, todas as práticas presentes na anotações do rei (XXXII).

Os latinos, que haviam firmado um acordo com Tulo, acreditaram que o novo rei não seria um chefe guerreiro, que “haveria de reinar inativo entre os pequenos santuários e altares” (XXXII), por isso fizeram uma incursão ao território romano. Não contavam com o que viria em seguida.

Anco tinha um caráter que fazia lembrar não só Numa como também Rômulo; pois acreditava que no reinado do avô, a paz, em meio a um povo inexperiente e rude, tinha sido necessária, e também que dificilmente haveria de obter, sem injustiças, aquela harmonia alcançada por Numa. Se transigisse ao se testar a sua firmeza, não seria respeitado. Os tempos eram mais propícios a um rei como Tulo do que a um como Numa. (XXXII)

A guerra não seria, sob o comando de Anco Marcio, tal como tinha sido durante o reinado de Tulo Hostílio. Anco instituiu cerimônias relativas à guerra. “Para que as guerras não fossem somente geradas, mas também declaradas com o rito próprio, compilou o direito, proveniente dos antigos esqüículos, ainda hoje mantido pelos feciais, por meio do qual as coisas eram reivindicadas” (XXXII). O ritual aparece no texto, em uma longa composição permeada pelas explicações de Lívio e pela fala do mensageiro, que recita o texto que se perpetuou por longo tempo. A guerra só seria declarada quando o oponente não tivesse consentido nenhum acordo, e sempre com a permissão dos deuses e dos homens veneráveis:

Se as coisas que ele (*o mensageiro*) reclamava não eram entregues, passados trinta e três dias, pois tal era o prazo estipulado para a realização das várias cerimônias, declarava a guerra da seguinte forma: “Escuta Júpiter e tu, Jano Quirino, e todos os deuses celestes, e vós terrestres e vós do inferno escutai: eu próprio atesto a vós que aquele povo (designando o povo, qualquer que fosse, pelo nome) é injusto e não cumpridor do direito, mas sobre esses assuntos consultaremos na nossa pátria os mais velhos, sobre o meio de alcançar os nossos direitos” (XXXII).

Assim procedendo Anco Márcio guerreou contra os latinos, os quais foram derrotados. O rei retornou a Roma “em posse de um grande despojo”, e aceitou milhares de sabinos como cidadãos romanos. O aumento da população levou o rei a realizar várias obras, expandindo a cidade, fortificando suas muralhas. Para conter “vários crimes obscuros” que estavam ocorrendo foi construído também um cárcere situado no Fórum, “para inspirar terror na crescente ousadia”. Mas não foi somente a cidade que cresceu, Anco tomou territórios dos vizinhos, estendeu as posses romanas até o mar, na foz do rio Tibre, fundou a cidade de Óstia, instalando salinas ao seu redor. “Graças a esses feitos na guerra, o templo de Júpiter Ferétrio foi aumentado”. (XXXIII)

A fundação de Óstia por Anco Márcio, com a finalidade de instalar ali uma salina, é mais uma informação liviana baseada na tradição – havia unanimidade entre os romanos com relação a essa origem da cidade, e os próprios habitantes da cidade portuária valorizavam essa história – mas que foi desmentida pelas pesquisas arqueológicas. Óstia é uma cidade muito antiga, e nasceu como um porto na foz do rio Tibre, ligada às atividades comerciais etruscas. E, além disso, durante os seus primeiros séculos de existência Roma exercia atividades pastoris, não mantendo nenhuma rota comercial com aquela região (OLGIVIE, 1965, p. 139).

“Anco reinou durante vinte e quatro anos, esteve à altura de qualquer um dos reis anteriores, não só nas artes civis e militares como também na glória” (XXXV). Porém, embora tendo filhos que o pudessem suceder, foi um estrangeiro que ocupou pela quinta vez o trono romano.

Lúcumo foi um estrangeiro, oriundo de Tarquínios, cidade etrusca para a qual se dirigiu seu pai, Demário de Corinto, “exilado da pátria por causa de sedições (...)”. Casado com Tanaquil, uma mulher de alta estirpe que desejava para si e para o marido melhores condições, dirigiu-se para Roma, com o intuito de cobrir-se de honrarias. Lúcumo adotou o nome Lúcio Tarquínio Prisco, e logo passou a ser admirado pelos romanos. Conquistou a confiança do rei Anco Márcio, o qual o estabeleceu, por testamento, tutor de seus filhos (XXXIV)⁶⁰. Após a morte de Anco, Lúcio Tarquínio insistiu na realização de eleições para a escolha do novo rei, e uma vez aberto o processo, lançou sua própria candidatura, discursando de modo a cativar os ânimos da plebe.

Declarou que a sua candidatura não era um fato novo e ninguém poderia se indignar ou se admirar pois ele não era o primeiro mas o terceiro estrangeiro que aspirava ao trono romano; Tácio, não somente estrangeiro mas também de um povo inimigo, fora feito rei e Numa, que desconhecia a cidade e que não se candidatara, apesar disso fora nomeado para o trono. Ele, já dono de si e por seu próprio arbítrio, mudara-se para Roma com a esposa e todos os seus bens. Em Roma, mais do que na sua velha pátria, passara grande parte do tempo de vida no qual os homens desempenham tarefas civis. Quando às questões civis e militares, aprendera as leis e os ritos romanos sob a orientação de um mestre irrepreensível, o próprio rei Anco. Teria rivalizado com todos em obediência e em consideração para com o rei e em bondade em relação a todos com o próprio rei. O povo romano, em unanimidade, determinou que ele, que rememorou estes fatos verdadeiros, reinasse (XXXV).

Lúcio Tarquínio Prisco, que na obra de Tito Lívio aparece como o quinto rei, confunde-se com Lúcio Taquínio Soberbo na tradição. Muitas obras e feitos são atribuídos a Tarquínio, sem distinguir a qual dos dois, e ambos também têm em comum o fato de terem

⁶⁰ O assunto será retomado posteriormente.

sido dirigidos por mulheres ambiciosas. Essa confusão de nomes e personagens pode ser explicada pela importância que teve a família Tarquínio durante o período em que Roma esteve sob o domínio etrusco, entre os séculos VI e V a.C. (OLIGIVIE, 1965, p. 145). Seguiremos a caracterização que Tito Lívio usou para diferenciar os dois reis.

Lívio qualificou Tarquínio Prisco como adulator. Assim que assumiu o poder, “escolheu e nomeou outros cem senadores que depois foram chamados senadores das *gentes minores*, uma facção completamente fiel ao rei por cujo beneplácito tinham vindo para a Cúria” (XXXV). A distinção do corpo de patrícios entre *gentes maiores* e *gentes minores* é atribuída pela tradição ao “antigo” Tarquínio. Acredita-se que o reconhecimento de novas famílias patrícias ocorreu em função do crescimento da cidade, à qual chegaram muitos imigrantes que acabaram conquistando status e funções reservadas àquele grupo. Roma conheceu reis e cônsules plebeus, mas as funções religiosas e o senado sempre foram reservados aos patrícios, os cabeças (*patres*) (OLGIVIE, 1965, p. 147). Os senadores e cavaleiros também foram beneficiados por ocasião da criação do Circo Máximo, pois a eles foram destinadas áreas especiais para fazerem seus camarotes, os *fori*. Também foram distribuídos terrenos ao redor do foro a particulares (XXXV). Não há dúvidas que os jogos, como aqueles realizados no Circo Máximo, são originalmente etruscos e datam do período tarquíneo, mas nenhum dado pôde confirmar se seriam tão antigos como os primeiros reis daquela dinastia (OLGIVIE, 1965, p. 149).

A relação de Tarquínio com os ritos e autoridades religiosas não foi tranqüila, e ele obedeceu aos mesmos por força dos acontecimentos, não necessariamente por fé. Em meio a uma guerra contra os latinos, o rei resolveu acrescentar novas centúrias à cavalaria, e para isso agiu como Rômulo, tomando os augúrios. O célebre áugure Ato Navio afirmou que nada poderia ser alterado ou inovado sem o consentimento das aves.

Isto despertou a ira do rei. Contam que ele, para zombar dessa prática, disse: “Vamos então, ó tu, adivinho, toma os augúrios e vê se por acaso é possível ser feito aquilo que eu próprio agora concebi em minha mente”. Como Ato, tendo submetido a questão ao augúrio tivesse dito que certamente tal coisa seria possível, ele disse: “Na verdade, eu, em minha mente, pensei que cortarias, com uma navalha, uma pedra dura. Pega estas coisas e executa o que as tuas aves anunciam que é possível ser feito”. O áugure então cortou a pedra sem demora. (XXXVI)

O áugure Ato Navio foi famoso no período tarquínio, e pelo seu nome sabe-se que ele era etrusco também. Se ele não viveu junto aos reis tarquínios certamente foi contemporâneo

de Rômulo ou de Numa. A pedra citada nesse episódio também existiu, e era provavelmente um meteorito, o qual foi objeto de veneração (OLGIVIE, 1965, p. 150).

A partir desse feito os augúrios e seu sacerdócio alcançaram imensa popularidade. Nenhuma atitude, relacionada aos assuntos militares ou civis, foi tomada sem que se consultasse os áugures.

As assembléias do povo, as convocações do exército, os assuntos mais importantes, se as aves não os consentissem, seriam adiados. Tarquínio não fez as alterações nas centúrias dos cavaleiros, apenas acrescentou um número igual ao número já existente, de modo que houvesse mil e oitocentos cavaleiros em três centúrias (XXXVI).

A inclusão dessa história na narrativa atesta a importância que Lívio atribuía ao poder do sentimento religioso, pois o seu ceticismo com relação aos milagres era bastante conhecido.

Tarquínio venceu os sabinos, guerreou contra os latinos e os venceu, subjugando “toda a raça latina”, estabelecendo por fim a paz. Para evitar os perigos que corre um povo ocioso deu início a grandes obras públicas, como uma muralha de pedra, drenagem das partes baixas da cidade, construção de redes de água e esgoto e os alicerces do templo de Júpiter, prometido durante a guerra contra os sabinos (XXXVIII).

O sexto rei romano, Sérvio Túlio, surge no palácio real quando Tarquínio ainda governa com plenos poderes. Sérvio, ainda criança, dormia quando labaredas surgiram sobre sua cabeça. Tanaquil logo percebeu algo de extraordinário ali, e disse ao marido:

Vês este menino que educamos de uma maneira tão humilde? Esteja certo de que um dia haverá de ser uma luz nas nossas dúvidas e o amparo para o palácio em perigo. Portanto, nutramos com grande benevolência essa fonte de grande honra tanto para o nosso estado quanto para a nossa família”. Desde então o menino passou a ser tratado como um filho e a ser instruído nas artes com as quais se cultivam os espíritos reservados a um grande destino (XXXIX).

Sérvio Túlio “adquiriu uma verdadeira índole real”, e acabou se tornando genro de Tarquínio. Tito Lívio apresenta ao leitor duas versões sobre a origem do rapaz: ele seria filho de uma escrava, tendo nascido também nessa condição, ou então o filho de uma rainha, esposa de Sérvio Túlio, rei de Cornículo, morto por ocasião da conquista da cidade pelos romanos. Sua mãe foi reconhecida como rainha por Tanaquil, que então a libertou e as duas se tornaram amigas. Mãe e filho viveram no palácio, e as suas identidades foram camufladas, mantendo-se a suposta condição de escravos (XXXIX). A história de Sérvio Túlio se

enquadra em uma antiga tradição, a do filho do deus fogo. A humilhação pela qual passou – filho de um rei teve sua terra conquistada, o pai morto e, junto com sua mãe, passou à condição de escravo - aproxima-o da condição de Rômulo, cujo nascimento foi cercado por infortúnios (OLGIVIE, 1965, p. 159).

A história da monarquia apresentada por Tito Lívio revela ao leitor um processo de decadência. Embora Sérvio Túlio figure como um rei dotado de muitas qualidades, as circunstâncias que marcaram o fim do reinado de Tarquínio e a sua ascensão já trazem alguns elementos reveladores da corrupção dos valores morais, responsável pela situação que tanto alarmava o historiador paduano. Rancores, intrigas, lutas entre famílias e um assassinato marcarão essa história. Tarquínio estava no trigésimo oitavo ano de governo quando os filhos de Anco Márcio, incomodados porque sempre sentiram que foram excluídos da sucessão real, idealizaram um plano para eliminar o rei e recuperar o poder de Roma para sua família, tomando-o daquele que consideravam “um estrangeiro”. O rancor contra Tarquínio se somava ao temor de que Sérvio, filho de uma serva, viesse a ser o próximo rei, quando a descendência masculina de Anco estava viva (XL).

Os irmãos tramaram o assassinato do rei, crime que seria executado por dois pastores. Ferido mortalmente, o rei foi levado para o interior do palácio, mas Tanaquil interveio com uma solução brilhante:

ordenou que o palácio fosse fechado e que as testemunhas saíssem. Ela preparou, com zelo, todo o necessário para tratar o ferimento como se existisse uma esperança, ao mesmo tempo tomou outras providências para o caso de um malogro. A Sérvio, chamado às pressas, mostrou o homem quase sem vida e, segurando-lhe a mão direita, rogou a ele que não permitisse que a morte do sogro ficasse impune, nem que a sogra servisse de motivo de zombaria para os inimigos. Ela disse: “Se és homem, Sérvio, o reino é teu; não daqueles que por mãos alheias cometeram esse crime deplorável. Levanta-te e segue o comando dos deuses, que predisseram haver de ser célebre esta cabeça outrora envolta por um fogo divino. Que aquela chama celeste te estimule neste momento; desperta-te verdadeiramente, ainda que estrangeiros, nós reinamos; considera aquilo que tu és e não a tua origem. Se os teus planos foram atrapalhados por esse acontecimento repentino, ao menos siga os meus conselhos” (XLI).

Tanaquil dirigiu-se ao povo e disse que o rei estava temporariamente sem forças para governar, e que o mesmo deveria obedecer a Sérvio Túlio, “encarregado de aplicar a justiça e de executar as outras obrigações do rei”. “Sérvio avançou entre os lictores, com a toga usada pelos reis e se sentou na cadeira real”. Assim, ocultando a morte do rei por alguns dias, fortaleceu seu poder. Quando tudo foi revelado, “Sérvio, protegido por uma guarda sólida, foi o primeiro a reinar sem a escolha do povo, mas com o consentimento dos senadores” (XLI).

Sérvio Túlio tem o seu lugar no panteão dos reis construtores de Roma reconhecido pela tradição. Tito Lívio destaca o seu papel como promotor da consolidação das instituições romanas, e o considera o segundo fundador (*conditor*) da cidade, caracterizando-o de forma especial ao lado de Numa pela religiosidade (*religiones*), Anco pelas cerimônias de guerra (*bellicae caerimoniae*), Tulo por sua ferocidade (*ferocitas*) e Tarquínio Soberbo pela soberba (*superbia*) (Olgivie:1965.157). Sérvio Túlio tem seu nome associado com a organização das centúrias, com a construção dos muros de Roma e com a instituição do culto a Diana no Aventino. Além disso, seu reinado marca uma interrupção da dominação etrusca em Roma (OLGIVIE, 1965, p. 157).

Uma vez declarado rei, Sérvio procurou consolidar seu poder “tanto com arranjos públicos quanto particulares”. Ofereceu as suas filhas, ambas chamadas Túlia, como esposas aos filhos de Tarquínio, Lúcio e Arrunte, procurando extinguir qualquer mágoa por parte dos filhos do rei morto. O destino, porém, se encarregaria de anular esta atitude. Duas vitórias em guerras contra os veientes e “outros etruscos” o tornaram um rei incontestável, “tanto na opinião dos senadores como na plebe” (XLII).

Tito Lívio destaca “a mais importante obra dos tempos de paz” realizada por Sérvio. A posteridade atribuiu a ele a fundação da divisão de classes, “com as quais se distinguem os graus de cargos públicos e os de fortuna”, e também a instituição do censo,

fundamental para a futura grandeza do império, a partir do qual os encargos civis e militares foram distribuídos não de indivíduo a indivíduo, mas conforme a condição financeira. A partir do censo, inscreveu as classes e as centúrias numa divisão conveniente à paz e à guerra (XLII).

O censo revelou que Roma possuía oitenta mil cidadãos, mas Lívio acrescenta que Fábio Pictor alega ser aquele o número dos que podiam portar armas. Em função dessa grande população fez-se necessário ampliar a cidade. Sérvio anexou as colinas Quirinal e Viminal, ampliou as Esquílias, e circundou a cidade com uma muralha, fazendo avançar o *pomerium* (XLIV).

Aumentada a população com a expansão da cidade, tudo organizado na pátria para a gestão civil e militar, para que nem sempre o poder fosse obtido através das armas, empenhou-se em aumentar o seu prestígio com a moderação e, ao mesmo tempo, acrescentar algum ornamento à cidade (XLV).

E o ornamento com o qual a cidade foi brindada foi o templo consagrado à Diana, construído em comum acordo com os povos latinos. “Este era o reconhecimento da

hegemonia de Roma, motivo pelo qual se tinha lutado tantas vezes”. Aceita-se que as informações sobre a construção desse templo, bem como de outros do mesmo período – Júpiter Capitolino, Castor e Mercúrio – são oriundas de fontes pontifícias autênticas (OLGIVIE, 1965, p. 181).

Porém, apesar de todas as suas ações e do respeito e admiração conquistados, o reinado de Sérvio Túlio se aproximava do fim. O rei ainda realizou uma última manobra para confirmar-se como o governante romano, pois

embora tivesse já se apoderado do reino pelo exercício incontestável, todavia algumas vezes ouvira que o jovem Tarquínio o atacasse dizendo que ele reinava sem a escolha do povo. Depois de assegurar a estima da plebe com a distribuição a cada homem das terras tomadas aos inimigos, ousou perguntar ao povo se desejariam e consentiriam que ele reinasse. Tendo obtido um consenso maior do que o de todos os antecessores, foi declarado rei (XLVI).

Enquanto o rei consolidava sua situação segundo as leis romanas, em sua própria casa armava-se um cenário de crimes e traições. Sua filha Tulia, a mais velha, era casada com Arrunte Tarquínio, “jovem de caráter brando”. Já Túlía Menor casara-se com Lúcio Tarquínio, que ambicionava o poder. Arrunte e Túlía Menor morreram misteriosamente, quase ao mesmo tempo, e a “feroz Túlía” casou-se com Lúcio, “mais com a tolerância de Sérvio do que com a sua aprovação” (XLVI). A partir de então, movido por sede de poder e pressionado por sua mulher, Lúcio Tarquínio começou a minar o reinado de Sérvio. Assediava e pressionava os senadores, principalmente os das *gentes minores*, beneficiados por seu pai. Aliciava os jovens com presentes, fazia promessas grandiosas e acusações contra o rei. Por fim, invadiu o foro, sentou-se na cadeira real e convocou os senadores “para junto do rei Tarquínio. Ali ultrajou o rei, criticando sua origem inferior e suas ações em benefício da classe mais baixa” (XLVII).

Sérvio, alertado por um mensageiro assustado, logo da entrada do senado gritou: “O que significa isto, Tarquínio? Com que audácia tu ousas, estando eu vivo, convocar os senadores ou te assentar no meu trono?” Diante dessas palavras, Tarquínio afirmou rispidamente que ocupava o trono do próprio pai. Que era muito melhor um herdeiro do reino que fosse filho do rei do que um escravo. Sérvio, enganado pelo poder, já teria insultado os seus senhores por bastante tempo. (...)

Então Tarquínio, forçado pela própria necessidade a chegar aos extremos, muito mais vigoroso não só pela idade, mas também pela força, agarrou Sérvio pela cintura e, retirando-o do senado, lançou-o pelos degraus abaixo; então voltou ao senado para reunir os representantes. Os lictores do rei e os outros que o

acompanhavam fugiram. Ele retornava quase sem vida ao palácio, com uma escolta pouco digna de um rei, ao atingir o fim da rua Cíprio foi morto pelos enviados de Tarquínio que tinham perseguido o fugitivo (XLVIII).

Tito Lívio narra o fim do reinado de Sério Tulo anunciando também a decadência e o próximo fim da monarquia, quando ocorreria então a “libertação” de Roma.

Sérvio Túlio reinou durante quarenta e quatro anos, de tal maneira que uma equiparação seria difícil mesmo para um sucessor bom e moderado; aliás, isso também o encaminhou para a glória, porque junto com ele findaram os reinados justos e legítimos.

Lúcio Tarquínio, ou Tarquínio Soberbo começou o seu reinado desrespeitando os mais caros preceitos do povo romano; seu sogro não foi enterrado, sob a alegação de que Rômulo também não o fora, os senadores que suspeitava terem tomado o partido de Sérvio foram assassinados. Impôs-se pela força, consciente de que seu nome não fora escolhido pelo povo nem ratificado pelo senado, e para defender-se implantou o terror. Reduziu o número de senadores e proibiu a nomeação de novos, aboliu o costume de consultar o senado sobre todos os assuntos, administrando o Estado com assembleias domésticas. Para reforçar sua segurança entre os seus concidadãos Tarquínio apelou também ao povo latino, ligando-se a ele não só por laços de hospitalidade mas também de parentesco; “a Otávio Mamílio, de Túsculo – que era de longe o homem mais importante do povo latino e, se acreditarmos na sua reputação, descendente de Ulisses e da deusa Circe – Tarquínio deu a filha em casamento (...)” (XLIX).

Essa apresentação do início do reinado de Tarquínio Soberbo comprova a inconstância de Lívio no trato com a tradição. A arqueologia e os estudos sobre a história constitucional romana trazem evidências sobre o reinado de Tarquínio Soberbo, o qual restaurou o domínio etrusco logo após a interrupção provocada por Sérvio. Porém, não há registros de que Tarquínio tenha proibido os funerais do sogro, o que ficou registrado é que ele proibiu um funeral público, ou real, tendo feito uma cerimônia privada ou noturna, cerimônia existente na Roma clássica. Esse ato revela a intencionalidade de Lívio, pois para ele a história de Tarquínio é uma tragédia com uma moral, o triunfo da *pudicitia* sobre a *superbia* (OLGIVIE, 1965, p. 194).

Dois episódios narrados por Lívio comprovam o mau caráter de Tarquínio. O primeiro foi a assembleia que o rei marcou com os próceres latinos, no Bosque de Ferentina. Tarquínio não compareceu na hora marcada, deixando os chefes esperando quase um dia inteiro. Turno Herdônio, de Arícia, irritou-se com tal comportamento, o qual justificava o cognome Soberbo que davam ao rei em Roma. Tarquínio chegou quando o líder latino expunha suas reclamações. Para se vingar, o rei romano urdiu um plano indigno de um rei, “subornou o

escravo de Turno com ouro para que este consentisse que fosse levada para o alojamento de seu dono, às escondidas, uma grande quantidade de espadas. No dia seguinte, dizendo ter sido avisado por um deus, anunciou que Turno pretendia assassiná-lo, juntamente com os demais líderes ali reunidos, e para provar o que dizia levou os presentes ao alojamento de Turno. Encontraram espadas escondidas em todos os lugares do acampamento, o plano pareceu evidente a todos e Turno foi preso, julgado, e pelo ódio gerado pelo seu suposto ato, recebeu um tipo de punição nunca antes empregado, segundo Lívio: “precipitaram-no nas águas da fonte de Ferentina, lançando-se sobre ele uma grade, e para que se afogasse, sobre esta se amontoaram pedras” (L e LI). Os elementos que compõem esse episódio não se sustentam perante as evidências históricas, e Olgivie argumenta que trata-se de mito, não de história (OLGIVIE, 1965, p. 199).

O segundo episódio foi a guerra contra Gábios, cidade vizinha de Roma. Como o ataque impetrado contra a cidade não fora bem sucedido, Tarquínio “procurou por fim, com muito pouco da arte romana, conquistá-la através de fraudes e ardis” (LIII). Combinou com Sexto, seu filho mais novo, que o mesmo buscaria asilo na cidade, alegando ter fugido da intolerável crueldade paterna, que aplicava aos familiares a mesma tirania que devotava aos estranhos. Sexto disse aos gabinos que o pai queria a casa vazia, como fizera com o senado, que temia herdeiros desejosos pelo trono, e por isso não haveria lugar mais seguro contra as espadas e armas paternas que uma cidade declaradamente inimiga. Se não fosse aceito em Gábios, pediria asilo aos volscos ou a outros povos inimigos de seu pai. O plano deu certo, Sexto ficou em Gábios. Uma vez na cidade, Sexto começou a participar das assembleias públicas, concordava com as opiniões dos mais velhos, expunha seus conhecimentos sobre guerras, incitava os gabinos a se rebelarem contra Roma, participava de saques e pilhagens. O inimigo infiltrado conquistou todo o povo de Gábios, “dos mais ilustres aos mais simples”, e eles já acreditavam que Sexto Tarquínio lhes tinha sido enviado como chefe por dádiva dos deuses. O plano de Lúcio Tarquínio deu certo. Sexto,

depois de ter concluído que havia reunido força suficiente para qualquer empreitada, enviou um dos seus a Roma para se informar junto ao pai o que ele desejava fazer(...). Nada foi respondido ao mensageiro, creio eu por este não ter se mostrado digno de confiança. O rei vai para o jardim do palácio seguido pelo mensageiro do filho, e, pensativo, fica andando em silêncio. Dizem que ele, então, fez cair com um bastão os botões mais altos das papoulas. O mensageiro, cansado de interrogar e esperar resposta, mesmo não tendo a sua missão concluída, volta a Gábios. Ele próprio transmite a Sexto as coisas que viu e ouviu (LIV).

Sexto entendeu o recado,

matou todos os próceres da cidade, uns incriminando-os perante o próprio povo e outros, valendo-se da própria impopularidade por eles adquirida. Muitos foram mortos às claras, alguns, para os quais forjar uma acusação seria mais difícil, assassinou-os secretamente. Permitiu o exílio àqueles que o desejavam, impondo-o a outros. Tanto os bens dos exilados quanto os dos mortos foram divididos, ocasionando prodigalidade e fortunas; diluindo-se por interesses particulares qualquer reflexão dos problemas públicos, chegou-se ao ponto em que o Estado de Gábios, sem comando e sem sustentação foi legado ao rei romano sem qualquer resistência (LIV).

Segundo a tradição os gabios foram absorvidos por Roma não por efeito de uma conquista, mas por negociações, e segundo Dionísio de Halicarnasso, os detalhes do tratado foram preservados em um escudo de couro guardado no templo de *Semo Sancus Dius Fidius*. A queda de Gábios, tal qual foi apresentada por Lívio, é inteiramente imaginária, fruto dos seus métodos literários. Nesse terreno encontram-se imagens extraídas de dois episódios de Heródoto, Zópiro e a Capitura de Babilônia, e a comunicação entre Trasibolus e Periandro (OLGIVIE, 1965, p. 205).

Passadas as guerras, instaurada a paz com os équos, assinados tratados com os latinos e os volscos, Tarquínio voltou-se para as obras urbanas, e a primeira foi o templo de Júpiter no Monte Tarpeio. Ao discorrer sobre os gastos com a obra Tito Lívio apresenta ao leitor algumas de suas fontes de consulta:

A propensão do rei para os gastos foi aumentada; assim os despojos de Pomécia que tinham sido destinados à conclusão da obra até o telhado, não foram suficientes sequer para os alicerces. Por isso eu me inclino a acreditar mais em Fábio, historiador mais antigo, que diz terem custado apenas quarenta talentos, do que em Pisão que fala em quarenta mil libras de prata dispendidas naqueles alicerces (...) (LV).

É interessante observar que, além do valor indicado por Fábio ser mais condizente com o provável custo da obra, ele era também “mais antigo”. Para os romanos uma fonte tinha tanto mais valor quanto fosse mais antiga.

Tarquínio obrigou a plebe a trabalhar nas obras do templo e também em outras obras, tais como a construção de camarotes no circo e a abertura de um enorme esgoto, a *cloaca máxima*, receptáculo de todos os excrementos da cidade. Além disso, enviou colonos a Sígria e Circeios, “futuras guarnições da cidade na terra e no mar”, pois julgava que uma população numerosa e ociosa era um peso para Roma e desejava ampliar as fronteiras do império(LVI).

Enquanto o rei desejava ampliar as fronteiras do seu domínio, o destino enviava sinais de que o seu fim estava próximo. Ocorreu um prodígio no palácio, o misterioso aparecimento de uma cobra. Tarquínio enviou seus filhos Tito e Arrunte e seu sobrinho Lúcio Júnio Bruto à

Grécia, para consultarem o oráculo de Delfos sobre a estranha aparição. Lúcio Bruto, conhecedor das estratégias utilizadas pelo tio para se livrar dos inimigos, inclusive de seu pai, sempre se fez passar por estúpido, aceitando inclusive o cognome Bruto. O nome e o cognome de Júnio Bruto (*Junius Brutus*) são latinos ou de origem itálica e esta característica dá suporte à tradição que assegura que ele evitava a dinastia etrusca dos Tarquínios (OLGIVIE, 1965, p. 217). Lúcio Bruto desempenhará um importante papel na queda de Tarquínio Soberbo.

(Lúcio) foi levado então a Delfos pelos Tarquínios; na realidade mais como motivo de zombaria que como companheiro. Dizem que ele levou como presente a Apolo um bastão de ouro escondido em um bastão de chifre adaptado para isso, uma representação enigmática do seu espírito.

Depois que lá chegaram, cumpridas as ordens do pai, a cobiça despertou o interesse dos jovens em saber para qual deles o trono romano estaria destinado. Contam ter saído das profundezas da caverna uma voz dizendo: “Terá o poder máximo em Roma, ó jovens, o primeiro de vós que der um beijo em sua mãe” (LVI).

Os irmãos decidiram ocultar essa resposta de Sexto, e escolheram entre si quem beijaria primeiramente a sua mãe quando chegassem em Roma. Bruto compreendeu a mensagem da pitonisa, simulou uma queda e beijou a terra, “logicamente porque essa era a mãe comum de todos os homens. Voltaram a Roma no momento em que, com grande violência, uma guerra estava sendo preparada” (LVI).

Essa grande guerra foi a última promovida por Tarquínio Soberbo, e o motivo pelo qual foi declarada já era em si um prenúncio da decadência do seu reinado. Tarquínio cobiçava as riquezas da vizinha Árdea para acalmar a população com os despojos da guerra – o povo estava indignado com a sua tirania e a condição de escravidão a que vinha sendo submetido em função das obras que se realizavam em Roma. Além disso, Tarquínio visava também a aumentar a sua riqueza pessoal. Mas outro fato ainda mais escandaloso, protagonizado por Sexto Tarquínio, viria selar o destino do rei e da própria monarquia.

A conquista de Árdea não foi tão simples como previra o rei, e os romanos tiveram que montar acampamentos próximos à cidade (LVII). Nesses acampamentos os filhos dos reis, juntos com alguns oficiais, passavam o tempo em festas e banquetes. Em uma dessas festas, na qual se encontravam os filhos do rei e Tarquínio Colatino, a conversa recaiu sobre as qualidades das esposas. Tarquínio Colatino elogiava Lucrecia⁶¹, sua mulher, discorrendo sobre suas virtudes. Daí surgiu a idéia de fazerem uma visita às suas esposas para verificarem o que faziam na ausência dos maridos, e assim comprovariam qual seria a mais virtuosa. Os

⁶¹ Voltaremos à história de Lucrecia quando analisarmos a mulher no Livro I da *História de Roma* de Tito Lívio.

homens dirigiram-se primeiro a Roma, onde encontraram as noras de Tarquínio Soberbo com outras mulheres de sua classe “em um banquete e no luxo”. Depois foram para Colácia e encontraram Lucrecia entre as escravas, dedicando-se ao trabalho da lã. A vitória coube a Lucrecia, mas, sem querer, a dedicada esposa atraiu o interesse do filho do rei. “Então um desejo intenso de possuir Lucrecia apoderou-se de Sexto Tarquínio. A beleza, mas, sobretudo, a integridade comprovada o incitava” (LVII). Sexto Tarquínio, sem que Colatino soubesse, voltou à sua casa, onde foi acolhido de forma hospitaleira, e no silêncio da noite foi ao quarto de Lucrecia. Ameaçada não só de morte, mas também de perder a sua honra – “ele acrescentou ao medo a ameaça da desonra, dizendo que um escravo nu, degolado, haveria de ser colocado junto ao seu cadáver para que dissessem que fora morta em um adultério sórdido” – Lucrecia teve que ceder (LVIII).

Lucrecia enviou mensageiros ao pai em Roma e à Árdea, ao marido, Tarquínio Colatino. Esse veio ao encontro da esposa com Lúcio Júnio Bruto. Após narrar o acontecido, a esposa ultrajada se mata com uma punhalada no peito. Diante da dor de todos,

Bruto, segurando diante de si o punhal ainda ensanguentado, extraído da ferida de Lucrecia disse: “Por este sangue castíssimo antes da ofensa do filho do rei, eu juro, e vos tomo, ó deuses, como testemunhas, que, a partir de agora, hei de perseguir Lúcio Tarquínio Soberbo juntamente com a sua esposa criminosa e toda a descendência dos seus filhos com a espada, o fogo ou qualquer outro meio de coerção possível, pois não hei de permitir que eles, ou qualquer outro, possam reinar em Roma” (LIX).

O juramento de Bruto, tal qual aparece acima, pode ser mais que fruto da imaginação de Tito Lívio, pois o juramento dos cônsules tinha a sua origem na cena da morte de Lucrecia. Pelo que se lê também em Dionísio de Halicarnasso, o juramento consular se apresentava a partir do uso de termos precisos, segundo a crença helenística de que aquele ritual era uma garantia da democracia (OLGIVIE, 1965, p. 226).

Sob o comando de Bruto, “censor das lágrimas e das queixas inúteis, partidário de se fazer o que convinha a homens e a romanos, de tomar as armas contra aqueles que ousaram agir como inimigos”, jovens com armas, e o povo, que foi se ajuntando àquela comitiva, se dirigiram para Roma, mais precisamente para o Foro. “Lá chegando, foram todos convocados por um arauto a se apresentarem ao tribuno dos céleres, magistratura então, por coincidência, ocupada por Bruto”. O discurso de Bruto revelou o homem que até então se dissimulara, ele denunciou a violência e a devassidão de Sexto Tarquínio, criticou também o orgulho do rei e a situação miserável à qual a plebe estava submetida. Invocou aos deuses a vingança pelo assassinato de Sêrvio Túlio (LIX).

Estes e outros crimes mais atrozes, lembrados em um momento de indignação (o que os torna difíceis de serem relatados por escritores) creio que impeliram a multidão inflamada a suprimir o poder do rei e a ordenar que fossem mandados ao exílio Lucio Tarquínio com sua esposa e filhos (LIX).

Lúcio Tarquínio Soberbo, amedrontado, voltou a Roma para reprimir o levante, mas encontrou os portões da cidade fechados, e foi exilado em Cere, para onde foi com dois de seus filhos (LX). Em meio aos tumultos que sacudiam Roma, “Túlia fugiu de casa e por toda parte foi perseguida por homens e mulheres que a execravam e invocavam as fúrias vingadoras dos pais” (LIX). Sexto Tarquínio voltou para Gábios, “sendo morto por vingadores de antigas rivalidades que ele próprio, com assassinatos e roubos, tinha desencadeado para si”. “Lúcio Tarquínio Soberbo reinou durante vinte e cinco anos. Da fundação da cidade até a sua libertação, foram duzentos e quarenta e quatro anos de monarquia em Roma”.

O parágrafo anterior traz os trechos através dos quais Tito Lívio apresenta o fim do reinado de Tarquínio Soberbo, o destino de seus familiares e o encerramento do período monárquico em Roma. O livro I apresenta, em seu último capítulo, dados fornecidos pela tradição: há sinais evidentes de que o rei foi para Cere, e que aquela seria a cidade de origem de sua família⁶², e os dados sobre a duração do reinado de Tarquínio Soberbo constam dos mais antigos relatos em forma de *annales* (OLGIVIE, 1965, p. 230). Mas podemos perceber também a interpretação de Tito Lívio, quando o autor escreve “da fundação da cidade até a sua libertação” – não poderia ter escrito “até a queda de Tarquínio Soberbo?” Apesar de os primeiros reis terem construído a base política, religiosa e cultural de Roma, a monarquia foi condenada por Tito Lívio, e o seu primeiro livro se encerra apresentando uma nova aurora, o raiar de um novo tempo no qual os reis fariam parte da memória.

4.6 As mulheres

Os romanos sempre valorizaram mais os seus ancestrais masculinos que os femininos, embora encontremos mulheres em toda a história da cidade, mesmo quando se vai tão longe

⁶² Uma tumba encontrada em 1850 em Cere contém uma série de inscrições dos séculos V ao III a.C., as quais narram fatos relativos à família *Tarcna*. Não há dúvidas de que seja a mesma família dos Tarquínios, nome então latinizado. Assim fica comprovado ser Cere a cidade de origem da família, por isso o retorno a ela depois do exílio imposto pelos cônsules (Olgivie:1965.229,230).

como fez Tito Lívio. Enéias, o primeiro herói romano, era filho de Vênus, mas tardou muito para que a deusa fosse homenageada por Roma. Somente por ocasião da segunda guerra púnica o senado foi “obrigado” a dar cidadania romana a Vênus, bem como a instalar um templo para ela no Capitólio. Os romanos gostavam mais de se declarar descendentes de Enéias que de Vênus. Marte, pai Rômulo, sempre foi homenageado, mas sua mãe, Réia Silvia, não mereceu jamais tamanha atenção. O seu nome aparece somente duas vezes no primeiro livro, e a ela não coube nenhuma ação grandiosa, e é significativo que Rômulo e Remo não tenham tido realmente “mãe”. Seu nascimento é miraculoso. Coloca-se fora do âmbito humano, e os poetas repetem que eles mamaram apenas “a dura teta de uma loba” (GRIMAL, 1991, p. 13).

Por outro lado não se pode dizer que Roma seja fruto apenas da ação masculina, os romanos gostavam de atribuir às mulheres um lugar e um papel privilegiados na formação da cidade, e todo o sexo feminino via reconhecida oficialmente a sua função na sociedade “– e não só a função à qual a natureza a destina, que é a fecundidade” (GRIMAL, 1991, p.26). Um exemplo claro do papel das mulheres na formação da cidade é o episódio do rapto das sabinas, pois esse mito “tem o valor de uma segunda fundação; no Palatino Rômulo pôde traçar o contorno de uma cidade, dotá-la de muralhas, acumular riquezas, mas a urbe propriamente dita só começou com o consentimento das sabinas em seu rapto” (GRIMAL, 1991. p. 27).

E a mulher Sabina não foi uma personagem passiva, além de concordar em casar ela também resolveu os conflitos originados pelo ato de Rômulo. Quando os crustuminos e os antenates, que também tiveram suas filhas raptadas, resolveram lutar contra os romanos, Hersília, a mulher de Rômulo, “cansada das súplicas das moças do rapto, rogou (a Rômulo) que perdoasse os seus pais e os aceitassem como cidadãos, pois assim, com a concórdia, o Estado poderia se fortificar. Isto foi facilmente obtido” (XI). Mais tarde, quando os próprios sabinos atacam Roma e a batalha parecia levar a uma grande tragédia,

(...) as mulheres sabinas, cujo rapto tinha originado a guerra, com os seus cabelos soltos e as vestes rasgadas, vencido o pavor feminino diante dos perigos, ousaram enfrentar as armas que eram lançadas e, pelo flanco, desagregar as linhas de batalha hostis, suplicando de um lado a seus pais, de outro aos seus maridos que não se manchassem com um sangue nefando, tanto para o sogro quanto para o genro; que eles não desonrassem seus descendentes com o parricídio, uns os seus netos, os outros os seus filhos: “Se vos envergonhais deste parentesco, deste casamento, voltaí contra nós as vossas iras. Nós somos a causa dessa guerra, das aflições e das mortes dos nossos maridos e pais; é melhor morreremos do que vivermos viúvas ou órfãs de vós, de um ou outro de vós” (XIII).

A cena imaginada por Tito Lívio é dramática, tanto pela forma como as mulheres surgem no campo de batalha quanto pelo apelo feito pelas mesmas, em viva voz, como se formassem um coro.

Os antigos historiadores romanos já discutiam a inserção do episódio das sabinas na lenda romana, Tito Lívio recorre a eles para redigir seu texto. Uma das conclusões a que se chega é que a cena serve como um testemunho do lugar atribuído à mulher na cidade:

(...) se, aparentemente, a mulher é, segundo os juristas, uma eterna menor, se não pode, teoricamente, aspirar aos mesmos direitos que os homens, nem por isso deixa de ser depositária e garante do contrato em que assenta a cidade. Foi ela que, no campo de batalha, lavrou a ata das promessas trocadas entre Romanos e Sabinos, e pretende a tradição que os primeiros se comprometeram a poupar às esposas todo o trabalho servil, deixando-lhes apenas o encargo de “fiar a lã”. A Romana sabe, portanto, desde a origem, que não é uma escrava mas uma companheira, uma aliada, protegida pela religião do juramento antes de o ser pelas leis; é a recompensa da piedade das Sabinas, ao evitarem que os sogros derramassem o sangue dos genros e que estes fizessem correr o que circulava nas veias de seus próprios filhos.⁶³

A lenda do rapto das Sabinas serve para mostrar a pacificação dos opostos por meio da fusão de dois povos que através dos laços de parentesco assumidos podem coexistir pacificamente (PEREIRA, 2002, p. 29).

Duas outras mulheres têm ainda destaque nos tempos anteriores à fundação de Roma, Lavínia e Laurência. Lavínia será a terceira mulher de Enéias, o herói que abandona Creúsa e Dido para cumprir seu destino que é fundar Roma⁶⁴. Lavínia, filha de Latino, rei dos nativos do território laurentino, surge como o símbolo da concórdia, pois sua mão foi oferecida a Enéias por seu pai. Desse casamento nasceriam o povo Latino, raça fundadora de Roma, e Ascânio⁶⁵, o mais antigo ancestral de Rômulo em terras italianas. Mas, ao mesmo tempo, será ela também a razão para a eclosão da primeira guerra de Enéias na nova terra, travada contra Turno, rei dos rútuos. Lavínia havia sido prometida em casamento a ele, que não aceitando a ofensa luta contra os reis recém unidos, matando Latino. Por esse motivo Enéias passa a governar os troianos e os nativos, unindo todos sob o nome de latinos.

A segunda mulher destacada nesse primeiro momento é Aca Laurência, a quem coube a tarefa de criar os gêmeos encontrados no rio, amamentados pela loba. Originalmente a figura de Aca Laurencia está associada à loba (*lupa*), nome que por sua vez era sinônimo de

⁶³ GRIMAL, op. cit. p. 20

⁶⁴ Conforme se lê nos livros II e IV da Eneida, de Virgílio.

⁶⁵ O próprio Tito Lívio chama a atenção do leitor para o fato de Ascânio poder ser também o filho de Creúsa, nascido em Tróia (III). Porém, ele mantém a versão que traz Ascânio como fruto da união de Enéias com a filha do rei Latino.

prostituta (*meretrix*). Aca Laurência era a lupa, a prostituta que concebeu Rômulo e Remo e legou-lhes a terra onde Roma seria construída. Foi Licínio Macro quem modificou essa história, casando Aca Laurência com Fáustulo, relacionando então Rômulo e Remo com uma ama-de-leite, não com uma mãe solteira. Varrão comparou o nome Aca Laurência com os termos grego *ἄκκῶ* e o sânscrito *akka* “mãe”, daí concluindo ser Aca Laurência a “mãe dos Lares” (OLGIVIE, 1965, p. 47).

Réia Silvia aparece apenas para dar à luz os fundadores de Roma, Hersília e as outras sabinas mostram a importância da mulher para a paz, a concórdia e continuidade da cidade. Há muitas outras mulheres no livro I, e elas se caracterizam pela paixão. Pierre Grimal (1991, p. 21) tem uma visão muito peculiar da mulher nas lendas de fundação de Roma:

É inútil procurar na lenda dos primeiros tempos de Roma uma figura de mulher “sensata”, uma alma que não seja movida pela paixão e, mais poderosamente ainda, pelo desejo de amar, pelas paixões políticas e pelo instinto de dominação. (...) É preciso admitir que, de Dido a Lavínia, de Réia Sílvia a Laurência, nas lendas de origem só encontramos fúrias, criaturas insignificantes ou prostitutas vulgares. O amor nobre, desinteressado, a ternura serena estão ausentes. Somos tentados a pensar que as mulheres só são mencionadas porque os homens precisam ter mãe ou nutriz. Ou elas não contam nada, ou, quando interferem, é para desencadear as intrigas e os dramas.⁶⁶

A mulher que aparece na obra de Tito Lívio nem sempre corresponde à mulher vista por Grimal. Hersília e as demais sabinas surgem como conciliadoras. Já no reinado de Tulo Hostílio, por ocasião da destruição de Alba Longa, foram as mulheres as únicas a lamentarem o abandono dos deuses da cidade: “Ouviam-se lamentações, principalmente das mulheres, quando estas passavam diante dos templos venerandos, bloqueados por soldados em armas, como se deixassem os seus deuses prisioneiros” (XXIX). Não tardou para que os deuses albanos realizassem prodígios e enviassem epidemias aos soldados de Roma, cobrando o abandono só sentido pelas mulheres. O rei, temeroso e sentindo a necessidade do perdão divino, recorreu aos ritos prescritos por Numa “mas não os cumprindo corretamente” acabou morrendo; “atingido por um raio, teria se queimado juntamente com o seu palácio” (XXXI).

Uma mulher que se destaca por suas qualidades é Lucrecia. Lucrecia esteve no centro do turbilhão que culminou no fim do reinado de Tarquínio Soberbo e na derrocada da monarquia, conforme foi visto anteriormente. Porém, a protagonista de uma das mais dramáticas histórias do livro I, não foi a responsável pelo fatal resultado – a sua morte, o fim de uma família e de uma instituição. Foi a paixão – ou melhor dizendo, o desejo incontrolado

⁶⁶ GRIMAL, op.cit.p. 21.

– de um homem inescrupuloso o motivo de toda a tragédia. A Lucrecia de Tito Lívio encarna a mulher idealizada pelos romanos, e a sua morte representa um nobre exemplo de como a castidade era moralmente valorizada. A lenda envolvendo a sua violentação e a conseqüente queda dos Tarquínios é tão antiga quanto as fontes permitem pesquisar. Em Roma, o ideal da *maman au foyer*, porém otimista, era muito enraizado. Esse ideal ligava-se ao ritual simbólico da fabricação da lã, atividade que teve no passado uma grande importância na economia doméstica. A esposa que se dedicava a essa função simbolizava a boa dona de casa. O simbolismo tomou forma concreta na roca de fiar lã carregada pela noiva romana, mas era também comumente evocado em epitáfios (*domi mansit lanam fecit*) e nos meios intelectuais durante a era de Augusto, quando o conceito de *pudicitia* era tipificado por *lanificium*. Esse simbolismo foi muito valorizado por Augusto, e Tito Lívio usou-o ao recriar em seu livro a história de Lucrecia. Esse ato não significa, necessariamente, que Lívio fez propaganda deliberada da reforma moral de Augusto, os dois apenas valorizaram da mesma forma os ideais representados por aqueles símbolos (OLGIVIE, 1965, p. 222). Embora tenha sido considerada sem culpa, Lucrecia não se exime do castigo por ter tido seu corpo violado.

Estando tão atormentada, consolaram-na desviando a culpa da vítima para o culpado do delito, dizendo que a mente, e não o corpo, comete o erro, e que onde não há intenção não há culpa. Ela disse: “Vós cuidareis do que lhe for devido: e se eu mesma me absolvo da culpa, não me libero do castigo, para que, com o exemplo de Lucrecia, depois de mim nenhuma mulher impudica viva”. Cravou no peito um punhal que trazia escondido sob a veste e, debruçando-se sobre a ferida, caiu moribunda. Desesperaram-se o pai e o marido (LVIII).

Se a força é um atributo masculino, a mulher possuiu dons relativos à magia, à interpretação dos sinais dos céus.

Uma mulher que se destacou por suas habilidades místico-religiosas foi Tanaquil, mulher do estrangeiro Lúculo, que mais tarde seria Lúcio Tarquínio Prisco, rei de Roma. Ainda em Tarquínios, onde se casou com Lúculo, Tanaquil vislumbrou o marido “coberto de honrarias”, e por isso concebeu o plano de se mudarem para Roma. Chegando à cidade o casal foi agraciado com um augúrio, recebido por Tanaquil com alegria. “Mulher perita, como geralmente são os etruscos nos prodígios celestes, abraçando o marido lhe disse que esperasse um futuro nobre e brilhante, pois aquela ave (uma águia), vinda daquela região do céu, era mensageira de algum deus” (XXXIV). Tanaquil é um nome etrusco, e é conhecida a importância dos etruscos na formação religiosa romana. Os nomes de vários sacrifícios e ritos religiosos romanos são etruscos. A águia que voou sobre a cabeça do casal de imigrantes era o

pássaro de Zeus, rei dos deuses na mitologia grega, e sua aparição para um homem pressagiava poder real, com as bênçãos de Zeus. Essa cena sintetiza as origens grega e etrusca da religiosidade romana.

Mais tarde, quando já era a rainha de Roma, novamente Tanaquil decifrou um prodígio, adivinhou o que o destino reservava para o futuro e soube zelar por um novo rei. Um menino, chamado Sêrvio Túlio, dormia quando chamas surgiram sobre sua cabeça. Houve um princípio de tumulto, o rei e a rainha acorreram ao estranho prodígio, e Tanaquil impediu a ação de um escravo que se preparava para extinguir o fogo com água. Ela pediu que deixassem a criança dormir, e as chamas se apagaram assim que ela despertou. Então, em um lugar reservado, disse ao rei:

Vês este menino que educamos de uma maneira tão humilde? Estejas certo de que um dia haverá de ser uma luz nas nossas dúvidas e o amparo para o palácio em perigo. Portanto, nutramos com grande benevolência essa fonte de grande honra tanto para o nosso estado quanto para a nossa família (XXXIX).

Também nas questões políticas, particularmente nos momentos de crise, Tanaquil mostrou-se uma mulher sábia, e com sua ação serena soube contornar o perigo planejando o futuro próximo. Quando seu marido sofreu um atentado que lhe custou a vida, ela dissimulou a gravidade da situação diante do público e, com a ajuda de Sêrvio Túlio, conseguiu evitar uma crise maior no Estado romano, empossando o novo rei de acordo com os seus planos e com a visão que tivera anos antes (XLI).

Por fim, nos ocuparemos agora com um último grupo de mulheres que se aproximam do julgamento feito por Pierre Grimal. Tito Lívio trouxe para as páginas de seus livros quatro mulheres que servem como exemplo negativo por se deixarem levar pela paixão, pela cobiça de bens ou de poder. A primeira delas é Helena. Sua aparição no livro I é bastante breve, seu nome surge para explicar o tratamento diferenciado dado a Enéias e Antenor pelos gregos após a destruição de Tróia: “(...) os gregos isentaram apenas dois deles, Enéias e Antenor, de todas as leis da guerra, seja pelo direito de uma antiga hospitalidade, seja porque tinham sido sempre a favor da paz e da restituição de Helena” (I). Ao se deixar seduzir por Páris, abandonando seu marido, o rei Menelau, e sua terra, Helena vai para Tróia, levando com sua paixão insensata a desgraça para a cidade. A tradição não associa Enéias à história de Helena, e o que explica a junção dos dois personagens na obra liviana são os interesses pessoais do autor e o fato de Antenor ter intervindo nas negociações entre Menelau e os troianos por ocasião da guerra de Tróia (OLGIVIE, 1965, p. 37).

Helena foi infiel ao seu marido, o rei Menelau. Seu ato provocou uma guerra, ato necessário ao desejo dos deuses para lançar Enéias ao mar em busca de terras para abrigar uma nova Tróia. Roma já florescia quando uma outra mulher comete novo ato de infidelidade, desta vez contra a pátria. Romanos e sabinos guerreavam por causa do rapto das mulheres dos segundos pelos homens de Rômulo. Tarpeia, filha de um romano,

uma vestal, foi subornada com ouro por Tácio (líder dos sabinos), para que os introduzisse armados na cidadela, quando ela, por acaso, tinha saído para buscar, fora das muralhas, água para os cultos. Uma vez dentro das muralhas, os sabinos a mataram esmagada sob o peso das suas armas, para que a cidadela parecesse ter sido tomada à força, ou talvez para dar o exemplo, mostrar que, para um traidor, nada, em nenhum momento, pode ser digno de confiança (XI).

A tradição acrescenta que a jovem teria exigido aquilo que levavam nas mãos esquerdas, uma vez que normalmente os sabinos usavam pesados braceletes dourados no braço esquerdo e anéis cravados com pedras preciosas de grande beleza. Porém, eles teriam lançado sobre ela os escudos, em lugar dos presentes de ouro. Há outros que dizem que ela, conforme o prévio acordo de lhe ser entregue o que levavam na mão esquerda, teria pedido exatamente as armas, parecendo aos sabinos, desse modo, agir por fraude e, conseqüentemente, teria recebido como recompensa a sua própria morte (XI).

A tradição traz uma outra justificativa para o ato de Tarpeia, a sua paixão por um general Sabino⁶⁷. Tito Lívio não apresenta essa versão ao leitor, a discussão se dá em torno do possível objeto desejado pela Vestal, sem, contudo, dar a tal desejo um mínimo de dignidade ou aceitação que se tem pelos atos cometidos por amor. Dessa forma Tarpeia corrobora o ideário romano segundo o qual “só os homens sabem ser fiéis à pátria”, o que justifica a sua morte violenta (GRIMAL, 1991, p. 32).

Surge uma nova guerra, e novamente uma mulher trairá os ideais romanos, desta vez por amor a um inimigo. O crime por ela cometido foi não controlar suas emoções diante dos despojos de seu noivo, pertencente ao exército inimigo, morto pelo próprio irmão. Assassinada pelo irmão furioso, a jovem em momento algum recebeu uma menção de perdão, o máximo que mereceu foi o direito a uma sepultura.

Sob o reinado de Túlio Hostílio, Roma travou uma guerra contra os albanos. Diante de um impasse, a decisão final da contenda ficou a cargo de seis jovens, irmãos trigêmeos

⁶⁷ A mulher que trai a pátria por amor a um integrante do exército inimigo era um tema recorrente na tradição helenística, assim como a traição pelo desejo de ouro. Pinturas encontradas em antigos santuários anteriores ao século V a.C. mostram soldados etruscos ostentando braceletes de ouro, como talismãs, em seus braços (Olgivie:1965.74).

pertencentes aos dois exércitos. Por Roma lutariam os irmãos Horácios, por Alba Longa os Curiácios. Ao final de uma dramática batalha, Roma venceu, perdendo, entretanto dois dos seus três lutadores (XXII - XXV). Porém, a festa da vitória foi interrompida por um acontecimento inesperado:

O Horácio, trazendo os tríplices espólios diante de si, ia na frente. Sua irmã, uma jovem, noiva de um dos Curiácios, foi ao encontro dele defronte à Porta Capena. Tendo reconhecido sobre os ombros do irmão o manto militar que ela própria confeccionara para o noivo, soltou os cabelos e aos prantos chamou pelo nome do seu noivo morto. Os lamentos da irmã, em meio à sua própria vitória e à tamanha alegria do povo, perturbaram o espírito do jovem feroz. Assim, desembainhada a espada, traspassou a moça ao mesmo tempo em que a repreendia com estas palavras: “vai-te daqui com o teu amor imaturo, vai para junto do teu noivo, tu, esquecida dos teus irmãos mortos e do vivo, esquecida da tua pátria. E assim morra qualquer romana que chorar o inimigo” (XXVI).

O ato do Horácio foi visto pelos senadores e pela plebe como um “crime atroz”. Como era um crime inusitado, o réu foi levado ao rei para o julgamento. Tulo, por sua vez, instituiu duúnviros para julgarem o crime. O jovem Horácio foi condenado, mas, apoiando-se no rei, apelou da sentença.

A apelação foi discutida junto ao povo, os homens comoveram-se naquele julgamento, sobretudo quando o pai, Públio Horácio, proclamou que julgava merecida a morte da filha; se não fosse assim, ele já teria punido o filho com o direito paterno. Depois, suplicou aos que pouco antes o tinham visto com uma egrégia família que não o privassem desse filho. O velho, que entre tais palavras abraçava o jovem e mostrava os espólios dos Curiácios fixados naquele lugar que agora é chamado Coluna Horácia, disse: “Ó cidadãos, por acaso este que vós vistes ainda há pouco marchando condecorado e aplaudido por sua vitória, podeis vê-lo preso sob uma força em meio a chicotes e instrumentos de tortura? Pois nem os olhos dos albanos poderiam suportar uma visão tão degradante. Vai, lictor, amarra-lhe as mãos, essas mãos que armadas, ainda há pouco, trouxeram o poder para o povo romano. Vai, cobre a cabeça do libertador dessa cidade, pendura-o num patíbulo, chicoteia-o dentro do *pomerium*, mas entre aqueles dardos e espólios dos inimigos, ou então fora do *pomerium*, mas entre os sepulcros dos Curiácios. Para onde podeis conduzir este jovem sem que as suas honras não o vinguem da tamanha repugnância dessa pena?” (XXVI).

O jovem foi perdoado, tendo recebido apenas uma pena de purificação. A sua irmã foi sepultada no mesmo local em que foi golpeada.

A Vestal Tarpéia queria um bracelete de ouro, a jovem Horácia se desesperou por ver os despojos do seu amado. Seus crimes, embora tenham sido duramente condenados, revelavam imaturidade, conforme disse o Horácio furioso ao executar a irmã. Porém, já próximo ao final da monarquia, quando os sinais de decadência se evidenciam em Roma,

surgirá uma mulher que encarnará a ambição, a falta de valores, e cometerá atos vergonhosos por amor ao poder.

Sérvio Túlio tornou-se rei, logo após a morte de Tarquínio Prisco, de uma forma inédita, “sem a escolha do povo, mas com o consentimento dos senadores” (XLI). Uma de suas primeiras medidas como rei foi casar suas duas filhas, chamadas Túlia e Túlia Menor, com Arrunte e Lúcio, os filhos do rei morto. Sua intenção era evitar alguma mágoa por parte daqueles que seriam os herdeiros naturais do trono de Roma (XLII). Porém, tanto Lúcio e Arrunte como as duas Túlias eram muito diferentes entre si. Arrunte era um “jovem de caráter brando”, parecido com a Túlia Menor, que desposara Lúcio. A cobiça igualava os outros dois cunhados: “A feroz Túlia se atormentava por nenhum traço de cobiça ou audácia existir no marido; toda voltada para o outro Tarquínio, admirava-o, chamava-o de homem e nascido de sangue real; desdenhava a irmã porque, tendo obtido esse homem, faltasse a ela a audácia feminina”. Tito Lívio não explica as circunstâncias dos próximos acontecimentos, mas informa que “quase em mortes sucessivas” Arrunte e Túlia Menor deixaram o caminho livre para que Túlia e Lúcio se casassem (XLVI).

Sérvio Túlio foi um bom governante, e como não queria parecer um usurpador, fez uma consulta ao povo para saber se este desejava e consentia que ele reinasse; foi declarado rei com um consenso maior que os seus antecessores. Porém, havia alguém que não o aceitava no trono, Lúcio Tarquínio, “um jovem de caráter inflamado que tinha em casa a esposa Túlia que estimulava o seu espírito perturbado” (XLVI). O casamento com Lúcio não foi o único ato de Túlia para alcançar o poder,

pois de um crime a mulher já vislumbrava um outro. Nem durante a noite, nem durante o dia, deixava o marido sossegado, para que não fossem gratuitas as mortes anteriores. Dizia que não lhe faltara um homem do qual fosse dita esposa, nem um com o qual silenciosa se submetesse; faltara-lhe um homem que se julgasse digno do reino, que se lembrasse que era filho de Tarquínio Prisco, que preferisse ter o reino a aspirar por ele: “Se tu és aquele com quem julgo estar casada, não só te chamo de marido mas também de rei. Se a situação foi pouco alterada, pior agora, porque nesse momento junto à inação existe o crime. Por não te armares? Não tens necessidade de te esforçar por reinos estrangeiros, como teu pai proveniente de Corinto ou de Tarquínios. Os deuses Penates e nacionais, a imagem do teu pai, o palácio e o trono real que nele se encontra e o próprio nome Tarquínio te fazem rei e assim te chamam. Mas se tens pouca disposição para isso, por que enganas a cidade? Por que consentes em chamar a atenção como um herdeiro? Vai-te embora daqui para Tarquínios ou Corinto; recuar para a tua estirpe, mais semelhante ao irmão do que ao pai” (XLVII).

À fúria de Túlia somava-se a inveja, incomodava-a o fato de Tanaquil, a mãe de Lúcio, uma mulher estrangeira, ter conseguido levar dois homens ao trono de Roma

consecutivamente, o marido Tarquínio Prisco e Sêrvio Túlio (XLVII). O ódio de Túlia estava acima do seu amor pela família, pois Tanaquil era avó tanto dela como de Lúcio, e o rei de quem desejava tomar o poder era seu pai e sogro de seu marido. Por fim, Lúcio invadiu o Senado e tomou, pela força, o lugar de Sêrvio. O rei foi assassinado pelos homens de Lúcio Tarquínio.

Acredita-se, segundo Lívio, que tal crime foi idéia de Túlia. Logo após o assassinato de Sêrvio ela chegou ao Foro em uma carruagem, mandou Lúcio vir do Senado e chamou-o de rei. O marido ordenou-lhe que saísse daquele tumulto e que voltasse para casa. No caminho de volta “o condutor dos cavalos se deteve apavorado, freou e mostrou à patroa Sêrvio que jazia trucidado”.

Desde então, recorda-se um crime terrível e desumano e o lugar lhe serve de lembrança. Chamam-no Rua do Crime. Conta-se que ali Túlia, atormentada pelas fúrias vingadoras da irmã e do marido, teria passado a carruagem sobre o corpo do pai e teria levado parte do sangue e do corpo paterno no seu veículo ensangüentado, ela mesma sendo manchada e respingada, para os seus Penates e os do seu marido que, irados com o mau início do reino, dariam dentro de pouco tempo semelhantes desfechos (XLVIII).

Lúcio Tarquínio, seu esposo, assumiu o reino sob o cognome Soberbo, e foi esta a qualidade que marcou seu governo e sua família, ambos os quais findaram de forma desastrosa.

4.7 O estrangeiro

O fim da família Tarquínia significou também o fim da dominação etrusca em Roma. Os etruscos, assim como outros povos estrangeiros, tiveram grande peso na história romana, e sua presença foi uma constante na obra de Tito Lívio. A importância daquele povo pode ser medida pela sua presença na narrativa liviana, os etruscos estão presentes desde o seu início até o fim do livro I.

Tito Lívio seguiu a tradição ao adotar a lenda grega da saga de Enéias, fugitivo de Tróia, para explicar as origens da sua cidade. O nome Tróia é um termo Indo-europeu muito

antigo, que designava uma fortificação, e era também uma denominação comum para núcleos urbanos na região do Lácio. Talvez por isso tenha ocorrido a assimilação da lenda grega à história regional (OLGIVIE, 1965, p. 37). No primeiro encontro entre Enéias e os laurentinos, Tito Lívio denominou os súditos de Latino “nativos”, e a Enéias e seus homens “estrangeiros” (I). Os “latinos” só surgirão mais tarde, por ocasião da união dos dois povos após o casamento de Enéias e Lavínia e a morte de Latino (II). Logo no início do livro I, no capítulo II, antes mesmo do surgimento do povo latino, Turno, rei dos rútuos, se uniu aos etruscos para guerrear contra o estrangeiro Enéias e Latino.

Turno, rei dos rútuos, a quem Lavínia fora prometida em casamento antes da chegada de Enéias, não admitindo um estrangeiro em seu lugar, declarou guerra ao mesmo tempo a Enéias e a Latino. Nenhuma das duas linhas de batalha saiu ilesa desse combate: os rútuos foram vencidos, os nativos e os troianos, vencedores, perderam o chefe Latino. Então, Turno e os rútuos, desesperados com a situação, recorreram à grande força dos etruscos e a Mezêncio, seu rei (...) (II).

Enéias fundou a cidade de Lavínio, seu filho Ascânio, Alba Longa. Devido ao seu poderio, a cidade de Ascânio nunca foi atacada pelos etruscos ou outros povos vizinhos, nesse tempo foi assinado um tratado de paz que “determinava que o rio Álbula, agora chamado Tibre, fosse a fronteira entre etruscos e latinos” (III). A substituição do nome Álbula por Tibre é um sinal da preponderância da língua latina sobre a etrusca (OLGIVIE, 1965, p. 43).

As relações com os povos vizinhos foram tumultuadas durante todo o período contemplado no livro I de Tito Lívio. A postura romana foi delineada na primeira agressão sofrida por Roma, por ocasião do exemplar assassinato de Remo:

A tradição mais difundida é que Remo, para zombar de Rômulo, teria transposto com um salto as novas muralhas; por isso teria sido morto pelo irmão enfurecido que, ameaçador, ainda acrescentou: “assim morrerá de agora em diante qualquer outro que ultrapassar as minhas muralhas” (VII).

Em seus primeiros anos de existência a cidade não apenas manteve suas muralhas abertas, como também procurou atrair estrangeiros para formar sua população. Primeiramente foi edificado um asilo para aqueles que buscassem em Roma um novo lar:

(...) com o objetivo de reunir uma multidão, de acordo com um velho preceito dos fundadores de cidades, os quais, dissimulando ter uma descendência natural, agregavam a si pessoas desconhecidas e humildes, Rômulo instituiu um refúgio na ladeira entre os dois bosques sagrados, que hoje é cercado (VIII).

A tradição de que Rômulo criara no Capitólio um lugar de asilo para toda a espécie de fugitivos, incluindo escravos, é vista como uma

característica de um povo que tinha erigido o poder alargando a sua cidadania e admitindo continuamente novos elementos no meio dela. (...) Roma foi também única entre as sociedades antigas na sua prática de assimilar escravos libertos, que automaticamente se tornavam cidadãos romanos no ato de manumissão.⁶⁸

Muitos homens acorreram a Roma, mas as mulheres não. Por isso o rei teve que agir para garantir a segunda e as próximas gerações de romanos, “pois não havia na pátria a esperança de uma descendência ou a possibilidade de matrimônio com os vizinhos”. Rômulo, a partir da deliberação dos senadores, enviou embaixadores às nações vizinhas “para que procurassem obter uma aliança ou casamentos para o novo povo”. Os embaixadores insistiram com os representantes visitados para “que não se recusassem a misturar o sangue e a raça com as do seu povo” (IX). Infelizmente, porém, a tentativa foi em vão, e os romanos se viram obrigados a raptar as mulheres vizinhas, fato que passou à história como “o rapto das Sabinas”, apresentado por Lívio no capítulo IX.

A reação dos vizinhos – crustuminos, antenates, cenicensens e sabinos – foi imediata, e Roma se viu envolvida pela guerra. Roma se saiu vitoriosa contra os cenicensens, os crustuminos e os antenates. A esses últimos foi dado o perdão e oferecida a cidadania romana. Os crustuminos, após a derrota, migraram em massa para Roma, “principalmente os pais e parentes das moças” raptadas (XI). A guerra com os sabinos foi mais difícil, e seu desfecho foi apaziguado pela dramática intervenção das mulheres raptadas (XIII). Rômulo então, demonstrou mais uma vez qual era a postura de Roma frente aos seus vizinhos:

Em seguida os chefes se apresentaram para estabelecer um tratado; não fizeram somente a paz, mas uma única cidade a partir das duas, unificaram o reino e levaram o poder para Roma. Desse modo, a cidade foi duplicada. Para que aos sabinos fosse concedida alguma vantagem, o povo passou a ser chamado Quirites, a partir de Cures (XIII).

Escavações arqueológicas comprovam que no século VIII e nos primórdios do século VII a.C. existiam comunidades com culturas diferentes nas colinas que mais tarde seriam englobadas por Roma. O episódio das Sabinas tem como valor histórico a questão da fusão de elementos Sabinos e Latinos na formação da cultura romana (OLGIVIE, 1965, p. 65).

⁶⁸ CORNELL, 2002, p. 19

Rômulo ainda evitou mais uma guerra contra Lavínio, renovando um antigo tratado de paz entre Roma e aquela cidade (XIII). Porém, mesmo com toda a disposição para a paz e a negociação, Roma se viu obrigada a guerrear várias vezes para garantir sua estabilidade e crescimento. O que se observa na narrativa liviana é uma tentativa de provar que os romanos não guerreavam por cobiça, por ambição. Nos primeiros tempos o mais comum são os ataques estrangeiros. Na maior parte dos conflitos Roma apenas defendia seu território, a honra de seu povo. Com o passar do tempo a monarquia entrou em um processo de decadência, e assim foi se afastando dos valores tão caros à romanidade. Começam então a eclodir algumas guerras motivadas por cobiça ou pela vaidade pessoal dos reis.

O crescimento de Roma incomodou os vizinhos. Logo após a renovação do tratado entre Roma e Lavínio “os fidenates, julgando que as forças vizinhas cresciam excessivamente perto do seu território, antes que atingissem o vigor que renunciavam, tomaram a iniciativa de provocar a guerra” (XIV). Apesar de pegos de surpresa, os romanos, sob a liderança de Rômulo, souberam revidar e vencer os inimigos. Porém, a derrota dos fidenates repercutiu entre os habitantes de Véios.

Não só o parentesco – pois também os fidenates eram etruscos – mas a própria proximidade do lugar, caso as armas romanas se voltassem contra todas as fronteiras, indispunha-os. Os veientes avançaram contra o território romano visando mais à pilhagem do que a uma guerra justa. E assim, sem montarem acampamento, sem esperarem o exército do inimigo, voltaram para Véios levando consigo produto da pilhagem dos campos (XV).

Rômulo perseguiu os inimigos até as fronteiras de sua cidade, mas não a invadiu.

Na volta, destruiu os campos mais por desforra do que por interesse nos despojos. Os veientes, abalados igualmente pelo prejuízo e pela derrota, enviam embaixadores a Roma para pedir paz. Tendo sido privados de uma parte do seu território, foi-lhes concedida uma trégua de cem anos (XV).

Essas duas guerras são uma criação literária de Tito Lívio, pois nem Véios nem Fidenas teriam condições militares, interesses ou necessidade para entrarem em guerra contra Roma antes do século V a.C. Tito Lívio provavelmente pretendia mostrar o valor do rei guerreiro e o crescimento de Roma sob o comando de Rômulo (OLGIVIE, 1965, p. 81).

Sob o reinado de Numa Roma se volta para a religião, as guerras são abandonadas. Túlio Hostílio, o rei seguinte, retomará o belicismo contra os vizinhos. Como Roma vivia em paz há muito tempo, o novo rei, “julgando que a cidade enfraquecia-se no ócio, em tudo

procurava um pretexto para provocar a guerra”. E o pretexto foi dado pelos camponeses romanos, que saquearam o território albanos, provocando a mesma ação por parte dos albanos. As negociações entre Alba Longa e Roma foram manipuladas por Tulo para que a guerra fosse declarada, embora, segundo Tito Lívio, ela “se assemelhava mais a uma guerra civil, quase entre pais e filhos, pois os dois povos eram de descendência troiana: Lavínia de Tróia, Alba de Lavínio, os romanos oriundos da família dos reis albanos” (XXII). Ao final de longa guerra Alba foi destruída por Roma, e a sua população foi transferida para a cidade vencedora, recebendo plena cidadania (XXIX).

Após a morte de Tulo, Anco Márcio ocupou o trono de Roma e a cidade se voltou para as práticas religiosas e para a organização dos ritos, a exemplo do que fizera Numa Pompílio.

Por isso, os latinos, com os quais no reinado de Tulo se firmara um acordo, reanimando-se, fizeram uma incursão ao território romano. Diante das reivindicações dos romanos por uma retratação, responderam altivamente, julgando que o rei romano haveria de reinar inativo entre os pequenos santuários e altares (XXXII).

Anco, primeiramente, instituiu cerimônias relativas à guerra e depois lutou contra os latinos. À vitória de Roma seguiu-se a aceitação de “muitos milhares de latinos como cidadãos” romanos (XXIII).

Lúcio Tarquínio Prisco assumiu após a morte de Anco Márcio preocupado em aumentar o seu poder. Por isso, logo no início de seu reinado promoveu uma guerra “contra os latinos e deles tomou a cidade de Apíolas à força; como a presa trazida tinha sido maior do que a repercussão da guerra demonstrava, fez os jogos mais opulenta e organizadamente do que os reis anteriores” (XXIII). Logo em seguida foram os sabinos que atacaram Roma, de uma forma tão surpreendente que levaram pânico à cidade (XXIV). Após vigorosos combates, durante os quais o rei mostrou sua força e caráter, os sabinos pediram paz (XXVII).

Terminada a guerra contra os sabinos, Tarquínio voltou triunfante para Roma. Em seguida guerreou contra os antigos latinos, quando, em lugar nenhum, chegou-se a um combate generalizado. Levando as tropas para cada uma das cidades isoladamente, subjugou toda a raça latina: Conículo, a velha Ficúlea, Caméria, Crustumério, Ameríola, Medúlia, cidades que nessa ocasião foram tomadas dos antigos latinos ou de seus aliados. Depois a paz foi estabelecida (XXVIII).

O relato dessas guerras é mais produto de inferência do que registros encontrados em fontes históricas, reforçando a crença dos críticos de que os historiadores antigos forçavam verdades. Todas as evidências indicam que a conquista das cidades vizinhas a Roma se

efetuou sob o domínio dos Tarquínios, mas nada confirma narrativas como a de Tito Lívio (OLGIVIE, 1965, p. 146)

Sérvio Túlio se situou ao lado dos “reis justos”, e talvez por isso Tito Lívio tenha sido condescendente com aquele rei ao falar das guerras por ele empreendidas:

Uma guerra muito propícia para assegurar a tranquilidade da situação vigente foi empreendida contra os habitantes de Véios, pois nessa ocasião as tréguas já haviam terminado, e contra os etruscos. Destacaram-se nessa guerra a coragem e a sorte de Sérvio Túlio. Derrotado o grande exército dos inimigos, ele voltou a Roma como um rei incontestável, tanto na opinião dos senadores como na da plebe (XLII).

Lúcio Tarquínio Soberbo foi o rei que promoveu as guerras que mais fugiram à tradição de coragem, honra, lealdade e respeito, tão cara aos romanos. Ele guerreou contra os volscos, até então um povo contra o qual Roma jamais levantara as armas (LIII). As evidências arqueológicas apontam para um encontro entre os dois povos por volta do século VI a.C. A segunda guerra promovida por Tarquínio Soberbo foi contra Gábios, porém foi repellido sem conseguir ultrapassar as muralhas da cidade. Então, com a ajuda de Sexto, seu filho, tramou um dos planos mais vis, jamais concebido na história romana. Sexto foi para Gábios onde se instalou na condição de exilado, fugindo da perseguição do pai. Orientado à distância por Tarquínio Soberbo, Sexto acabou conseguindo minar o Estado Gabino, assassinando ou tirando o poder das lideranças locais, até Roma conseguir absorver completamente aquele povo (LIII e LIV). Após essa conquista Tarquínio pareceu querer se voltar para as questões internas de Roma, e fez as pazes com o povo dos équos e renovou o tratado com os tuscos (LV).

Lúcio Tarquínio ficou conhecido como Soberbo em função de sua postura arrogante, e ele agiu assim também com os vizinhos de Roma. Por ocasião da reunião com os próceres latinos no Bosque de Feretina,

o próprio Tarquínio observou a data, mas só chegou pouco antes do por do sol. Turno Herdônio, de Arícia, lançou-se ferozmente contra o ausente Tarquínio. Não se admirava que em Roma lhe dessem o cognome Soberbo – na verdade, às escondidas e certamente à socapa, chamavam-no assim em todos os lugares (L).

Os árdeos foram o último povo a sofrer um ataque de Roma, e mais uma vez Tarquínio Soberbo colocou os seus interesses pessoais acima do Estado. A riqueza da cidade foi o que motivou a guerra, pois “o próprio rei romano, exaurido pela magnificência das obras

públicas, desejava não só se enriquecer mas também acalmar com os despojos os ânimos da população (...)” (LVII).

Para além das guerras e conflitos, Tito Lívio nos permitiu outras visões sobre as relações entre Roma e seus vizinhos nos primeiros tempos da cidade. Numa Pompílio conquistou a admiração e o respeito dos vizinhos, pois,

como os próprios homens se orientassem de acordo com a conduta do rei, como se ele fosse o único modelo, então, os povos vizinhos, que anteriormente acreditavam estar instalado entre eles um acampamento de guerra, e não uma cidade, com a única intenção de perturbar a paz de todos, foram também tocados por aquele sentimento, a ponto de considerarem um sacrilégio atentar contra uma cidade completamente dedicada ao culto dos deuses (XXI).

Os vizinhos não apenas respeitavam Roma, a cidade já se fazia entender: “As palavras ditas em voz alta não só tinham sido ouvidas, mas também compreendidas, porque grande parte dos fidenates, como fossem colonos agregados aos romanos, conheciam o latim” (XXVII). Os fidenates habitavam a região do Lácio desde os tempos pré-históricos, e a lenda que narra a colonização daquele povo por Roma remonta ao tempo de Rômulo (OLGIVIE, 1965, p. 119).

Não foi apenas através de guerras, conquistas, tratados ou relações coloniais que os estrangeiros se aproximaram de Roma. A cidade atraía homens e mulheres que viam nela a chance de uma nova vida. Foi esse o argumento usado por Tito Lívio para introduzir a família Tarquínia em Roma. A situação e os cenários criados por Lívio são os seguintes:

No reinado de Anco, Lúculo, homem ativo e opulento, mudou-se para Roma, principalmente por cobiça e esperança de um cargo honorífico, cuja possibilidade de alcançar em Tarquínios, onde também era oriundo de família estrangeira, não existira. Ele era filho de Demátrato de Corinto que, exilado da pátria por causa de sedições, estabelecera-se em Tarquínio, onde se casara e tivera dois filhos (...). Lúculo, herdeiro de todos os bens, teve sua ambição, já despertada por suas próprias riquezas, aumentada pelo casamento com Tanaquil. Ela, nascida na mais alta estirpe, dificilmente admitiria, por ter se casado, condições mais humildes que aquelas nas quais nascera. Diante do desdém dos etruscos por Lúculo, filho de um exilado estrangeiro, ela não pôde suportar a desonra, e, esquecida do amor à pátria, já vislumbrando o marido coberto de honrarias, concebeu o plano de sair de Tarquínios. Para isso Roma lhe pareceu a melhor opção (XXXIV).

A dinastia Tarquínia dominou Roma nos períodos de 616-578 e 534-510 a.C., e foi uma das famílias que fizeram parte do domínio etrusco sobre Roma. A magnitude da dominação etrusca é um ponto pacífico para a historiografia, confirmada tanto por fontes arqueológicas – peças e fragmentos de terracota e cerâmica – como pelas histórias das

instituições, pela religiosidade e magia romanas, e também pelos nomes de algumas das famílias mais importantes da cidade. A arqueologia confirma também as transformações urbanas pelas quais a cidade passou sob os etruscos, assim como a duração do seu domínio, calculado entre os séculos VI e V a.C. Há evidências de que houve um domínio grego – Corintiano – sobre o comércio e a arte etruscas por volta do século VII a.C., e a história contada por Lívio apresenta muitos elementos verossímeis, dentre os quais a história de Demaratos, um homem oriundo de Corinto que se fixou em uma cidade etrusca (OLGIVIE, 1965, p.140).

Lúcumo e Tanaquil são recebidos em Roma com um augúrio, que a mulher interpreta como sendo uma mensagem dos deuses significando que os seus planos se realizariam na cidade. Uma vez instalado, Lúcumo adota um nome latino, Lúcio Tarquínio Prisco. “A novidade e as suas riquezas o tornavam admirado pelos romanos”, inclusive pelo rei, Anco Márcio, de quem se aproximou e, por ser “experimentado em todas as coisas, finalmente foi estabelecido por testamento com o tutor” dos filhos do mesmo(XXXIV).

Quando Anco morreu, Tarquínio não poupou esforços para ocupar o seu lugar. Foi ele quem insistiu para que se fizesse a eleição para escolher o próximo rei, uma vez que os filhos de Anco já estavam perto da idade adulta.

Anunciados os comícios, um pouco antes mandou os meninos caçarem. Dizem que foi o primeiro não só a lançar a sua candidatura como também a proferir um discurso bem arranjado para cativar os ânimos da plebe. Declarou que a sua candidatura não era um fato novo e ninguém poderia se indignar ou se admirar pois ele não era o primeiro mas o terceiro estrangeiro que aspirava ao trono romano; Tácio, não somente estrangeiro mas também de um povo inimigo, fora feito rei e Numa, que desconhecia a cidade e que não se candidatara, apesar disso fora nomeado para o trono(XXXV).

Tarquínio Prisco assumiu o trono, dando início à dinastia que, na obra liviana, será completada por seu filho Lúcio Tarquínio Soberbo, após uma breve interrupção durante o reinado de Sêrvio Túlio, também ele um estrangeiro. Dessa forma a narrativa de Tito Lívio não rompe frontalmente com a história romana, pois os tarquínios não dominaram por um período ininterrupto.

Quando Tarquínio Prisco morreu Tanaquil dirigiu-se a Sêrvio Túlio para aconselhá-lo a ocupar o trono, e mais uma vez ouviram-se argumentos favoráveis à nomeação de um estrangeiro como rei de Roma:

A Sêrvio, chamado às pressas, mostrou o homem quase sem vida e, segurando-lhe a mão direita, rogou a ele que não permitisse que a morte do sogro ficasse impune,

nem que a sogra servisse de motivo de zombaria para os inimigos. Ela disse: “Se és homem, Sérvio, o reino é teu; não daqueles que por mãos alheias cometeram esse crime deplorável. Levanta-te e segue o comando dos deuses, que predisseram haver de ser célebre esta cabeça outrora envolta por um fogo divino. Que aquela chama celeste te estimule neste momento; desperta-te verdadeiramente, ainda que estrangeiros, nós reinamos; considere aquilo que tu és e não a tua origem. Se os teus planos foram atrapalhados por esse acontecimento repentino, ao menos siga os meus conselhos” (XLI).

5 PERSPECTIVAS DE SÍNTESE

Tito Lívio, ao tratar as origens míticas de Roma, na parte inicial do seu projeto de apresentar toda a história romana, tinha necessariamente de enfrentar o problema de discorrer sobre determinados temas solidamente presentes na tradição romana, para os quais não havia, entretanto, nenhuma documentação segura e que, em alguns casos, eram absolutamente inverossímeis, podendo, portanto, abalar desde o início a credibilidade de um texto pertencente a um gênero literário do qual se requer uma mínima dose de credibilidade.

As lendas podem ser consideradas sob vários aspectos: histórico, etnográfico, religioso, quase todas se tornam paradigmas repetidos nas casas e ensinados nas escolas. A operação efetuada por Tito Lívio tem o mérito de combinar esses aspectos diversos em um texto organizado segundo determinados critérios que, apesar de não serem mais compartilhados pela moderna historiografia científica, resultaram em uma composição rica e funcional à representação dos valores presentes na tradição sob a forma de história mítica, através da qual tais valores podem ser integrados à história subsequente de bases documentais mais sólidas. Nesse momento inicial, não interessa tanto a busca rigorosa da verdade, o que constituiria de qualquer modo uma tarefa impossível, mas o valor paradigmático de modelos que estavam na base da formação do cidadão romano e que constituíam um patrimônio comum que dava sustentação ideológica à própria grandeza de um povo que, de modestas origens, conseguiu impor o seu poder ao mundo.

É quase um lugar comum se dizer que essa seção da obra de Tito Lívio é mais um poema em prosa do que uma indagação sistemática do passado. No entanto, é a própria consistência literária do livro I que possibilita a integração desse passado mítico à história de Roma. O variado mosaico cultural do mundo romano tem ali uma representação plausível da sua constituição através das origens gregas, da abertura aos estrangeiros, das miscigenações itálicas, da dominação etrusca, fatos provavelmente de real existência histórica, mas registrados apenas pela memória popular em épocas muito remotas. A seqüência dos sete reis, cada um deles representado como estereótipo de determinadas virtudes ou defeitos humanos leva à apoteótica afirmação do valor da comunidade na instituição da república, do poder comum sobre o despotismo individual.

Sobre esse grande plano da constituição política do Estado, é tecida a constituição dos valores tradicionais que hão de guiar a história futura da grandeza de Roma, através de personagens emblemáticos que personificam ou negam tais valores. Esses personagens serão

o centro dos diversos episódios que Lívio uniu para tecer a narrativa dos primeiros séculos da história romana.

Iniciamos essa dissertação por um capítulo através do qual acompanhamos a história da construção da narrativa histórica, desde as primeiras civilizações até o momento em que viveu Tito Lívio. No capítulo seguinte apresentamos o autor, seu mundo e sua obra. Acreditamos assim termos garantido ao leitor subsídios para compreender que, para Tito Lívio e os historiadores de seu tempo, escrever história significava um duplo trabalho. Primeiramente buscar informações confiáveis, o que, no caso específico do livro I dos *Ab Vrbe Condita Libri*, significava buscar informações na tradição, única fonte sobre o passado distante dos primeiros tempos da cidade. Com relação ao uso da tradição, no caso específico de Tito Lívio, os textos, dentre os quais aqueles vindos da literatura se tornavam mais importantes na medida em que sabemos que o autor tinha pouca familiaridade com os assuntos políticos, uma vez que ele jamais participou do governo da cidade, e também com os assuntos militares e outros como a economia, a geografia. Tito Lívio se preocupava com uma história humana, na qual as ações e os aspectos psicológicos dos personagens contam mais que o contexto no qual acontecem os episódios.

A preocupação com essa história exemplar – a história *magistra vitae* – levou o autor a organizar as informações de modo a criar uma história de leitura envolvente, agradável, verossímil e útil, ou seja, uma história que pudesse servir aos seus propósitos, que eram levar aos leitores os exemplos necessários à recuperação dos valores e virtudes que se esvaíam naquele momento. A história de Roma criada por Lívio foi o objeto do último capítulo.

O livro I apresenta os objetivos do autor em seu prefácio, e Tito Lívio não esconde seu desconforto com o presente e a sua intenção de voltar ao passado distante para buscar os modelos esquecidos, assim como os exemplos do que se devia evitar.

Ao apresentar as origens da cidade Tito Lívio recolhe na tradição os nomes de homens que representam algumas das virtudes mais caras à romanidade, a começar pelo “pio” Enéias. Lívio, mesmo diante de versões contraditórias, aceita Ascânio como o filho latino de Enéias, ligando a *gens* Iúlia aos primórdios da mais nobre dinastia romana. Na mesma linha sucessória virá Rômulo, filho de Marte, confirmando a presença divina e o caráter nobre e guerreiro do povo que nasceu para dominar o mundo.

A fundação da cidade é apresentada por Lívio como o resultado de um longo processo histórico no qual o autor inclui a formação do povo latino, as relações entre esse povo e os vizinhos e a fundação das cidades de Lavínio e Alba Longa, tidas pela tradição como predecessoras de Roma. A lenda dos gêmeos fundadores da cidade é uma história plena de

simbologia: a interferência divina, através da fecundação da Vestal pelo deus Marte; a humildade dos irmãos, pois embora predestinados a fundar a maior cidade do mundo foram lançados às águas do Tibre e amamentados por uma loba. As figuras femininas que compõem esse episódio – a Vestal, a loba, Aca Laurência – todas elas representam valores fundamentais da romanidade, tais como o cuidado com os ritos, a fertilidade e força da terra, a protetora dos Lares.

Ao relatar a morte de Remo Tito Lívio mais uma vez mostra ao leitor a dubiedade da narrativa tradicional, mas também lhe abre a possibilidade de relacionar aquele crime com as guerras que há pouco também cindiram a fraternidade romana. Sobre um crime tão grave e delicado, cujo julgamento seria exemplar para o seu presente, Tito Lívio não formou nenhuma opinião. Por fim vemos como Rômulo, o primeiro rei da cidade, organiza o Estado e a sociedade, procurando sempre ser justo e piedoso sem, porém deixar de ser o maior líder guerreiro da monarquia. Observa-se aqui a atribuição da fundação das principais instituições romanas ao seu fundador, fato plenamente aceito pela tradição e em total sintonia com os ideais livianos.

A história da monarquia é o eixo estruturador do livro I. A história dos primeiros reis é a história da constituição da cidade, de suas instituições políticas e religiosas, do seu império e, principalmente, dos valores, virtudes e vícios romanos. Aqui também o texto liviano segue a tradição, a qual estabeleceu em sete o número de reis, inscrevendo-se na mitologia de fundação indo-européia, a qual identificava nas origens das civilizações três funções necessárias aos fundadores: a função religiosa ou do sagrado, a função militar e a função econômica. Os três primeiros reis serão o exemplo máximo dessas funções, sendo Rômulo o provedor, Numa Pompílio o criador de cultos religiosos, de colégios sacerdotais e organizador do calendário e Tulo Hostílio, o guerreiro, que encarnará a função militar. Ao narrar cada um dos sete reinados Tito Lívio procurou destacar os feitos reais que identificam a personalidade dos soberanos. Assim o reinado de Rômulo foi um período de formação das primeiras instituições estatais, da constituição da sociedade romana, dos primeiros atritos e tratados com os povos vizinhos. A guerra e também a justiça foram o pano de fundo das ações do primeiro rei. Numa Pompílio promoveu a paz, no seu governo sobressaem-se a organização dos ritos e das instituições religiosas. Túlio Hostílio, como diz o próprio nome, se destacará pela sua hostilidade, a guerra esteve presente em um momento no qual a cidade se expandia. Anco Márcio foi representado como uma síntese dos dois primeiros reis, honrou os deuses e os ritos, mas também guerreou sem deixar de ser justo. A partir do quinto rei, Lúcio Tarquínio Prisco, Tito Lívio começa a mostrar o declínio da monarquia. Tarquínio representa também o

domínio etrusco sobre Roma, e Lívio soube descrever a sua entrada na história de modo a evitar a idéia de uma invasão estrangeira. Tarquínio foi apenas mais um imigrante que, graças ao seu empenho pessoal, atingiu poder e glória. Mas Tarquínio aparece como um rei adulator, suas qualidades não são positivas, ele representa a ascensão dos interesses pessoais sobre o interesse público. O Sexto rei, Sêrvio Túlio, representa a volta de um homem virtuoso, porém governando entre pessoas próximas contaminadas pela ambição. Sua queda representa a incapacidade da monarquia em manter Roma livre da cobiça de indivíduos. Por fim, Tarquínio Soberbo, o sétimo rei, personifica a ambição, a vaidade e a injustiça. A sua queda mostra que caberia ao povo, à plebe, levar o império novamente para o caminho que lhe garantiu sua grandeza. Não por acaso Tito Lívio usa a palavra “libertação” para definir a queda da monarquia.

A mulher tem uma forte presença na história de Roma e também na obra de Tito Lívio. São vários os episódios que têm a mulher como personagem central. E em todos eles, as personagens femininas são figuras exemplares, seja pelo aspecto positivo ou negativo. Evitamos apresentar as mulheres presentes no livro I pela ordem de aparição, acreditamos que seria mais esclarecedor agrupá-las a partir do exemplo que representam no conjunto da obra.

Primeiramente identificamos o papel da mulher que representa as virtudes maternas, a conciliação, a pudicícia. As mulheres estão presente já na fundação da cidade. Os romanos preferiam legar aos homens o papel de fundadores, mas as mulheres são necessárias como mães, como quem cuida das crianças indefesas. Apesar de não figurarem à frente das cenas iniciais, grandes mulheres compõem a história dos primórdios da cidade. Enéias era filho da deusa Vênus, Rômulo e Remo foram gerados por uma virgem escolhida por um deus e amamentados pela “mãe dos Lares”. Lavínia foi a mãe do povo latino, e se existiu uma segunda geração de romanos, o mérito foi todo das mulheres sabinas. Encerrando do rol das mulheres exemplares encontramos Lucrecia, símbolo da esposa romana, a mulher que se dedica à fiação de lã enquanto o marido luta por sua cidade.

Tanaquil, a esposa de Tarquínio Prisco, representa a mulher possuidora de habilidades místico-religiosas e também a mulher forte, guia e conselheira do marido. O reinado do primeiro rei etrusco, assim como o de Sêrvio Túlio, muito deveu à personalidade e à ambição de Tanaquil.

Um terceiro grupo de mulheres reúne aquelas que, pelo seu amor ou ambição descontrolados apresentaram ao leitor alguns dos piores vícios encontrados na história de Roma. Guerras, traições, assassinatos e o envolvimento de homens “de caráter inflamado” e “espírito perturbado”. Apesar de possuírem defeitos tão graves, é inegável o papel de tais

mulheres na história construída por Lívio. Nesse grupo encontramos Helena, a Vestal Tarpeia e Túlia.

Por fim destacamos os estrangeiros no livro I. O império romano foi feito a partir da conquista ou assimilação dos povos do Lácio, da Itália e de parte do mundo conhecido naquela época. O estrangeiro esteve sempre em íntima relação com Roma, e a guerra foi um elemento presente em toda a história narrada no primeiro livro. Tito Lívio procura demonstrar que a incorporação dos povos vizinhos a Roma foi uma necessidade para que se cumprisse a vontade dos deuses. As guerras sempre foram evitadas pelos romanos, que preferiam a negociação, e quase sempre eram provocadas pelos povos vizinhos. Somente os reis injustos provocaram guerras injustas.

Mas houve relações pacíficas também, a fusão de povos, com suas diferentes culturas, foi uma das principais características de Roma. Da união dos troianos com os nativos surgiu o povo latino. O povo romano só veio a existir com a união dos homens da cidade com as mulheres vizinhas, e outros povos, particularmente os etruscos, surgem em vários episódios como responsáveis pela introdução de práticas e costumes.

Foram esses os elementos e aspectos constituintes do livro I que julgamos necessário destacar para analisar a forma como Tito Lívio usou a tradição para a construção de sua narrativa. Em mais de uma ocasião ele mencionou a dificuldade de encontrar as informações corretas ou necessárias, em outras deixou ao leitor a opção por duas versões diferentes sobre um mesmo episódio. Mas o que se percebe é que, uma vez tendo as informações à sua frente, Tito Lívio foi criterioso ao selecionar, ao dispor os fatos, ao criar os falas e discursos. O cotidiano dos primórdios da cidade há tanto tempo sepultado e silencioso, renasceu das mãos de Lívio de uma forma que não parecia estranho aos seus contemporâneos. As qualidades e vícios, os desejos e motivações, e mesmo as frases ditadas com força nos discursos públicos ou sussurradas por lábios sediciosos se enquadravam perfeitamente em situações vivenciadas em casa, no banho público, no mercado. Os exemplos ilustrados por Lívio estavam próximos do que se discutia nas ruas, nos palácios, e apesar disso seu livro não foi recebido como uma obra doutrinária, mas sim como uma obra própria dos grandes escritores. A História de Roma conseguiu vivificar o passado da cidade no presente.

Terminamos aqui a nossa análise de trechos e episódios do livro I, análise que teve a intenção de revelar aspectos da relação que Tito Lívio manteve com a tradição, sua principal fonte de informações. Procuramos evidenciar que o autor procurou se manter sempre fiel à tradição, e nos momentos em que se afastou do que foi por ela transmitido, o fez pela

necessidade de construir seu texto de forma mais verossímil, ou em função dos exemplos que planejava transmitir. Se considerarmos as condições de trabalho sob as quais Tito Lívio operava, bem como os ideais da historiografia romana de sua época, podemos concluir que o historiador paduano criou uma obra-prima fiel, não só aos princípios da historiografia, mas principalmente à sua causa, a redação de uma história que ajudasse os romanos a reencontrarem a grandeza de sua cidade.

Um grande sinal da grandeza dessa obra reside no fato de, ainda hoje, a sua leitura resultar agradável e prazerosa. É um texto que procura revelar a essência do povo que contribuiu de forma indubitável para a constituição do nosso mundo. As idéias morais e políticas dos romanos, algumas herdadas dos gregos formam a parte mais significativa do seu legado cultural, tendo tido uma repercussão tão ampla em todas as épocas subseqüentes a ponto de se poder dizer que o mundo moderno, consciente ou inconscientemente, define os seus próprios padrões de comportamento pela adesão ou rejeição daqueles valores.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. *Poética*. Trad. Eudoro de Souza. São Paulo: Abril Cultural, 1984 (Série Os Pensadores).
- BARRERA, José Carlos Bermejo. Historia antigua: para qué? Vigor y decadência de la tradición clásica. In: *Dialogues d'histoire ancienne*. Institut des Sciences et Techniques de l'Antiquité, Paris: Presses Universitaires de Franche-Comté, Diffusé par Les Belles Lettres, 2003.
- BAYET, J. Introduction. In: Tite-Live: *histoire romaine*, tome I. Paris, 1965, p. VII-LXXVI
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica (*L'illusion biographique*). Actes de La Recherche em Sciences Sociales (62/63): 69-72, juin 1986) In: AMADO; FERREIRA, 2005.
- BRANDÃO, Jacyntho Lins. *Antiga Musa: arqueologia da ficção*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2005.
- BRANDÃO, Junito. *Dicionário Mítico-Etimológico da Mitologia e da Religião Romana*. Petrópolis : Vozes, 1993.
- CORNELL, T.J. The beginnings of home, 1965. p. 61 apud PEREIRA, Maria Helena da Rocha. *Estudos de História da Cultura Clássica – II Volume Cultura Romana*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 3ª ed., 2002.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa / Antônio Geraldo da Cunha; assistentes: Cláudio Mello Saobrinho...et. all. – Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007.*
- CUSSEN, Antonio. *Las tribulaciones del César*. Conferencia. Versión editada de la Conferencia dictada en el Centro de Estudios Públicos el 18 de agosto de 1986. Estudios Públicos (Chile), 28 (primavera 1987) (http://demo.vrweb.cl/cgi-bin/dms/procesa.pl?plantilla=%2fdms%2fbase%2ehtml&contenido=documento&id_doc=1852) Acceso: 12/12/2005
- DUMÉZIL, Georges. *Mito e epopeya*. Barcelona: Seix Barral, 1977.
- ERNOUT, Alfred; MEILLET, A. *Dictionnaire etymologique de la langue latine: histoire des mots*. Paris: Librairie C. Klincksieck, 1959.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 2ª ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro : Ed. Nova Fronteira, 2005
- FONSECA, Antonio López. *ILIA/REA SILVIA*. La leyenda de la madre del fundador de Roma. In: *Estudios Clásicos*. Órgano de la Sociedad Española de Estudios Clásicos. Tomo XXXIII (n. 100): Marid, 1991.

FONSECA, Fernando V. Peixoto da. *Dictionnaire Français Portugais*. Paris : Larousse. 1988.

GARDNER, Patrick. *Teorias da história*. Trad. Victor Matos e Sá, 3ª ed. Lisboa: Fundação Kalouste Goulbenkian, 1984.

GRIMAL, Pierre. *A Civilização Romana*. Lisboa: Edições 70, s/d.
 _____. *O amor em Roma*. Trad. Hildgard Fernanda Feist. São Paulo: Livraria Martins Fontes. 1991.

HARTOG, François.(Org.) *A história de Homero a Santo Agostinho*. Trad. Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

HERÓDOTO. *História*. Trad. do grego, introdução e notas de Mário da Gama Kury. Brasília: UNB, 1998.

HORÁCIO. *Arte Poética*. Introd., Trad. e Com. de R. M. Rosado Fernandes. Lisboa: Editorial Inquérito LDA. s/d.

JAL, Paul. *Tite-Live et le métier d'historien dans la Rome d'Auguste*. Bulletin de l'Association Guillaume Budé. Mars 1990 – (1) AGB, Paris.

KENNEY, E. J. (Editor) *Livy. The Cambridge History of Classical Literature*. VII. Part Cambridge University Press.

MORESCHINI, Cláudio. *Lívio nella Rom Augustea*. In: Tito Livio, 1998

LA PENNA, A. Aspectti del pensiero storico latino, Torino, 1978, p. 43. In: MORESCHINI, Claudio, 1998.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução Bernardo Leitão et al. —Campinas, São Paulo: UNICAMP, 1990.

_____. LADURE, le Roy, DUBY, Georges et. all. *A Nova História*. Lisboa: Edições 70, s/d.

MARTIN, René & GAILLARD, Jacques. *Les genres littéraires à Rome*. Paris : Ed. Natan, 1990.

MORA, Fabio. Storiografia greca e romana. In: *Dialogues d'histoire ancienne*. Institut des Sciences et Techniques de l'Antiquité. 25/1 1999. Presses Universitaires de Franc-Comtoises 1999. Diffusé par Les Belles Lettres. Paris.

OLGIVIE, R. M. *A Commentary on LIVY*. Books 1 – 5 . Oxford: At the Clarendon Press, 1965.

PEREIRA, Maria Helena da Rocha. *Estudos de História da Cultura Clássica – II Volume Cultura Romana*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 3ª ed., 2002.

POLÍBIO. História. Brasília: UNB, 1989 Apud HARTOG, François.(Org.) *A história de Homero a Santo Agostinho*. Trad. Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

POUCET, Jacques. *Le premier livre de Tite-Live et l'histoire*. Lês Études Classiques. T. XLVIII n° 4. "Les Études Classiques" 1975.

QUINTILIANO. *Institution Oratoire*. Texte revu et traduit avec introduction e notes par Henri Bornecque. Paris: Librairie Garnier Frères.

ROSTOVTZEFF, M.- *História de Roma*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro : Zahar, 1967.

SABBATUCCI, D. *Lo stato come conquista culturale*. Ricerca sulla religione romana, Roma, 1984.

SILVA, Rogério Forastieri da. *História da Historiografia*. Bauru: EDUSC, 2001.

SUETÔNIO. A vida dos doze Césares. Apresentação de Carlos Heitor Cony. Trad. de Sady-Garibaldi. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1985.

SUMMERS, Della (director) *LONGMAN Dictionary of Contemporary English*. The living dictionnary. International Edition. Pearson Education Limited. Essex. UK: 2003.

TAINÉ, Hippolyte. *Essai sur Tite Live*. Paris: Hachette, 1923. 9ª ed.

TITE-LIVE, *Histoire Romaine. Livre I : La fondation de Rome*, texte J. BAYET, trad. G.

BAILLET, introd. et notes J.-N. ROBERT, Paris, " Les Belles Lettres ", 1934 (Classiques en poche, 25), p. VII-LXXVI. [Texte et trad. repris à : Tite-Live, *Histoire romaine. Livre I*, 1923.]

TITO LÍVIO. *Histoire Romaine*. Tome I – Livre I. Texte établi par Jean Bayet et traduit par Gaston Baillet. Paris : Société d'Édition "Les Belles Letres" 1947.

_____. *Historia de Roma desde su fundación. Libros I-III*. Introducción general de Angel Sierra. Traducción y notas de José Antonio Villar Vidal. Madri : Editorial Gredos, 1997, 1ª reimpressão. 1ª Edição 1990.

_____. *História do povo romano*. Livro I - A Monarquia. Tradução de Mônica Valéria Costa Vitorino. Belo Horizonte: Editora Crisálida. 2007, 188 páginas. (em fase de elaboração)

_____. *Storia di Roma dalla sua fondazione*. Con saggio di Ronald Syme, introduzione e note di Cláudio Moreschini, traduzione di Mario Scándola. Volume primo (libri I – II) – Testo latino a fronte. Milano: Biblioteca Universale Rizzoli. Decima edizione: aprile 1998.

_____ *Storia di Roma Libri I-III*. A cura di Guido Vitali, Introduzione di Fernando Solinas. Bologna: Arnoldo Mondadori Editore. 2000.

VIRGILIO. *Bucólicas*. Edição bilíngüe. Trad. e com. de Raimundo Carvalho (em apêndice: trad. de Odorico Mendes). Belo Horizonte: Crisálida, 2005.

_____ *Eneida*. Trad. José Victorino Barreto Feio e José Maria da Costa e Silva (livros IX-XII) – edição organizada por Paulo Sérgio de Vasconcellos. São Paulo : Martins Fontes, 2004.

_____ *Eneide – Livres I-VI*. Texte établi par Henri Goelzer, et traduit par André Bellesort. Paris : Société d’Edition “Les Belles Lettres”, 1966.

WALSH, P.G. *Livy and the aims of ‘historia’*. An analysis fo the third decade, Aufstieg und Niedergang der römischen welt: Geschichte und Kultur Roms im Spiegel der neuren Forschung, I. Berlim – Nova Yorque, Walter de Gruyter, 1982. pg. 1058-1074.

_____ *Livy: His historical aims and methods*. Cambridge, 1961.

<http://dictionary.sensagent.com/scrappiness/em-pt/> (Dicionário on line Inglês/Português)

<http://www.wordreference.com/ptes/> (Dicionário on Line Espanhol/Português)

<http://michaelis.uol.com.br/escolar/italiano/index.php> (Dicionário on line Italiano/Português)